

## **SENADO FEDERAL**

### **Comissão Parlamentar de Inquérito, criada através do Requerimento nº 10, de 1989, destinada a apurar as denúncias sobre a devastação da Hidrovia Amazônica e a participação estrangeira nessas denúncias**

Ata da 12ª Reunião, realizada em 20 de junho de 1989

Ata da 13ª Reunião, realizada em 27 de junho de 1989

### **Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar os conflitos de terra existentes no País**

Ata da 5ª Reunião, realizada em 21 de junho de 1989

#### **COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO**

*Criada através do Requerimento nº 10, de 1989, destinada a apurar as denúncias sobre a devastação da Hidrovia Amazônica e a participação estrangeira nessas denúncias.*

**12ª Reunião, realizada  
em 20 de junho de 1989**

Aos vinte dias do mês de junho do ano de mil novecentos e oitenta e nove, às dez horas e dez minutos, na Sala 02, ala Senador

Nilo Coelho, presentes os Senhores Senadores Leopoldo Peres (Presidente), Jarbas Passarinho (Relator), Mário Maia, Ronaldo Aragão e Nabor Júnior, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a apurar as denúncias sobre a devastação da Hidrovia Amazônica e a participação estrangeira nessas denúncias. Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Aluizio Bezerra, Odacir Soares, Teotônio Vilela Filho e Edison Lobão.

Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos da Comissão e solicita seja dispensada a leitura da Ata

da reunião anterior que, logo após, foi considerada aprovada.

A seguir, convida o Dr. Emeleocípeo Botelho de Andrade, Chefe do Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Úmido, para tomar assento à Mesa.

Com a palavra o Senhor Senador Jarbas Passarinho informa ao Dr. Emeleocípeo que os trabalhos da Comissão foram divididos em três fases, sendo que a primeira foi chegar a números confiáveis relativos à área já desmatada da floresta amazônica. Solicita ao deponente, dentro do questionamento exposto, que preste algumas informações à Comissão.

Com a palavra, o depoente inicia sua explanação tecendo algumas considerações sobre as áreas de abrangência do Cepatu, enfatizando que é favorável a uma ocupação ordenada na Amazônia, sendo possível a criação de áreas biológicas, áreas de preservação, áreas indígenas e áreas extrativistas.

Prosseguindo, passa-se à fase interpellatória, quando usam da palavra, pela ordem, os Senhores Senadores Nabor Júnior, Leopoldo Peres e Mário Maia.

Assume a Presidência o Senhor Senador Nabor Júnior.

Finalizando, faz uso da palavra, para interpellar o depoente, o Senhor Senador Jarbas Passarinho. Solicita, ainda, a prorrogação do prazo final da Comissão.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Senador Leopoldo Peres reassume a Presidência, agradece a presença do Dr. Emeleocípeo e encerra os trabalhos às doze horas e quarenta minutos e, para constar, eu, José Augusto Pannet Santana, Assistente da Comissão, lavei a presente Ata, que lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com o anexoamento taquigráfico.

**ANEXO À ATA DA 12ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO RÉQUERIMENTO N° 10, DE 1989, DESTINADA A APURAR AS DENÚNCIAS SOBRE A DEVASTAÇÃO DA HILEIA AMAZÔNICA E A PARTICIPAÇÃO ESTRANGEIRA NESSAS DENÚNCIAS, DESTINADA A OUVIR O DEPOIMENTO DO DR. EMELEOCÍPEO BOTELHO DE ANDRÁDE, CHEFE DO CENTRO DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DO TÓPICO ÚMIDO, QUE SE PUBLICA COM A DÉVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO.**

Presidente: Senador Leopoldo Peres  
Relator: Senador Jarbas Passarinho

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Havendo número regimental, declaro aberta a reunião.

Concedo a palavra ao nobre Relator, Senador Jarbas Passarinho.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Dr. Emeleocípeo, talvez tenha chegado ao Sr. a informação de como estamos trabalhando. Nós fizemos aqui na CPI três fases: a primeira fase foi para discutirmos um número que fosse aceitável relativamente à área já desmatada da floresta amazônica, porque os números são realmente contraditórios e a pressão externa é muito grande, muito violenta, existe hoje, eu já posso chamar, uma histeria internacional com relação ao desmatamento da Amazônia.

Agora mesmo, por exemplo, aparece essa informação do desmatamento realizado em 1988, pelo Dr. Alberto Setzer e esse escândalo de 12 milhões de hectares queimados, etc., em primeiro lugar não foram todos na floresta, 40% foram na floresta, o resto é na áreas de

queima tradicional, histórica, que se faz aí no cerrado, inclusive para fazer agricultura.

E chegarmos já a um número que é confiável, um relatório preliminar que a Comissão já provou que é por unidade e agora chegamos na parte que nos parece a mais nobre, que é CPI, que é estudar uma forma de fazer balanço dos diversos tipos de ocupação da Amazônia, quer dizer, desde a forma colonial até o Polamazônia que, posteriormente, foi aqui objeto de uma palestra do Dr. Ary Caiate, que foi seu superintendente muitos anos. Nós preferimos chamá-lo, a respeito do prosseguimento da Sudam nesse campo.

Ele mostrou que o Polamazônia foi desativado, e, no período em que foi desativado, que foi a partir de 1985 até agora, não houve nenhuma diretriz nacional para a ocupação da Amazônia. Ele fez um plano na Sudam e até mandou, Sr. Presidente, esse plano para cá, que eu vou entregar também à Comissão; era um plano não aprovado pelo Ministério do Interior.

Bem, então, nós vimos aqui, por exemplo, a passagem do Dr. Alvim, que falou muito sobre as diversas vocações que a Amazônia pode ter. Ele é um homem polêmico, a formação dele é normalmente de fazer um desafio e falou sobre várias partes dessa nova investigação, e uma delas foi exatamente sobre culturas que poderiam haver na Amazônia com êxito, como, por exemplo, a cultura do dendê, a seringueira cultivada, a heveacultura e o cacaú, particularmente falando nessas três espécies, mas nós esperamos o Cepatu, e quando pedimos ao Cepatu para vir aqui é porque para nós é uma organização fundamental para nos dizer alguma coisa sobre isso, qual tem sido o caminho, quais têm sido as frustrações, por exemplo, no problema da agropecuária, na formação de pastagem, o que aconteceu no começo e depois. Ao que parece, houve regressão do capim-colônia, e o pessoal teve que se refugiar no braquiária. Essa sua experiência de um centro tropical importante, como é o Cepatu, era para nós termos uma idéia das diversas vocações naturais da floresta amazônica.

O seu campo é agropecuária, nós não vamos falar sobre mineração no seu campo, mas no campo de agropecuária, por exemplo, quais as áreas da Amazônia que, no entender do Cepatu, podem ser utilizadas quer para a agricultura, quer para a pecuária, quer para a combinação de ambos? Qual é a área da Amazônia que poderia fazer-se nela a silvicultura natural? Qual a área da Amazônia que se poderia fazer consórcio de espécimes vegetais que podem ser até florâneas, mas que pudesse ser adaptadas à região? Então, é isso que praticamente gostaríamos que, com a sua experiência, V. S' pudesse dar uma informação à Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Concedo a palavra ao Dr. Emeleocípeo Botelho de Andrade, do Cepatu, por 50 minutos.

O SR. EMELEOCÍPEO BOTELHO DE ANDRADE — Srs. Senadores, bom dia, para nós,

da Embrapa e do Cepatu, é uma satisfação ter recebido o convite e esperamos poder contribuir de alguma forma com algumas informações do nosso depoimento, depois de saber que passaram por aqui pessoas de tão grande eminência na agropecuária brasileira, como o Dr. Paulo Alvim, ao qual nós respeitamos muito; eu não sei se nós podemos contribuir tanto.

Esse assunto para nós é muito polêmico, assunto da Amazônia, ele é polêmico, ele é delicado e contraditório, e por isso nós gostaríamos apenas de nos ater aos aspectos puramente técnicos. Todavia, dentro desse aspecto técnico, nós temos alguns posicionamentos com relação a essa questão que se propala tanto, que é a da devastação da amazônia.

Nós temos uma crença, dentro do nosso Centro, junto com o corpo técnico dos pesquisadores, de que em toda essa propalada situação que o Senador colocou de histeria, nós acreditamos que exista, envolvido nisso, muita emoção, muita desinformação, inclusive técnica, a respeito das funções do ecossistema amazônico para o mundo. Acreditamos que inclusive tenham passado aqui pessoas que devem ter comentado ou dito o seu depoimento a respeito desses aspectos técnicos como o pulmão do mundo, o efeito estufa e, mais recentemente, o transporte de calor da região amazônica para as regiões mais temperadas. Seria uma espécie assim de Amazônia funcionando como um fornecedor de calor para o mundo.

Então, eu acredito que nesse caso, por exemplo, de pulmão do mundo, o Dr. Paulo Alvim deve ter dito que isso é uma falácia e consegue provar, isso não é verdade, isso é uma falácia. No que tange, por exemplo ao efeito estufa, não existe nada de provado a respeito de que a floresta amazônica possa contribuir com grande quantidade de gás carbônico a fim de ocorrer aumento na temperatura.

No caso da pesquisa do Dr. Molion, com relação ao transporte de energia, esse, sim, até agora não há nenhuma contestação técnico-científica capaz de contestá-lo. Nesse caso acredito que haveria bastante verdade nesse ponto.

Agora, de qualquer forma, nós acreditamos também que isso que está acontecendo é bom, é bom porque de repente toda a comunidade brasileira e toda a comunidade internacional se volta e se preocupa, e isso nós achamos que é bom e, de repente, nós estamos aqui a debater essa questão.

Eu, particularmente, sou, antes de tudo preservacionista; o nosso Centro tem um grande respeito e pensa assim. Todavia nós achamos que, nesse contexto geral da ocupação da Amazônia há alguém que já deve ter dito isso aqui, e eu acho que não custa repetir: existem três escolas que pensam em ocupação da Amazônia. Existe uma escola que acha que nós devemos fechar tudo, fazer uma cerca, e que a Amazônia seja um laboratório ou um santuário e que nós devemos estudar o que não conhecemos na Amazônia; nós ainda não

temos condições de explorá-la de modo eficiente. Existe uma outra escola que nós chamariam de a escola dos ecologistas ortodoxos. Existe a outra, que seria a escola que nós podemos chamar, eu preferia não usar esse termo muito pesado, de devastacionistas. Mas há aqueles que acham que nós devemos explorar de qualquer forma e urgentemente, a fim de ocupar os espaços da Amazônia, e de qualquer forma. Em face da dificuldade da mão-de-obra na região, em face da facilidade de se ocupar grandes espaços, a pecuária seria a melhor solução e com ela se embarcou nesse programa de exploração da floresta para transformá-la em pastagem. Nós tivemos prejuízos muito grandes com esse tipo de programa.

Agora, existe uma outra escola que nós chamariam assim a do meio, a mediana. Os chineses dizem que a sabedoria está no meio. Nós a chamariam de escola agronômica, o agronomista; é aquela que diz que nós podemos explorar a Amazônia desde que com técnica, com o conhecimento e com o sistema de produção adequado, que tem uma sustentabilidade econômica, agronômica e social.

Essa é uma tarefa difícil, árdua. Mas nós achamos que esse é um desafio para a Embrapa, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Todos os problemas têm que ser resolvidos ao nível de conhecimento, ao nível da ciência, ao nível da tecnologia. Então esse é um desafio da Embrapa, e nós aceitamos esse desafio.

Eu gostaria de lembrar aos Srs. que no processo de conhecimento da Amazônia, principalmente na área da agropecuária, digamos assim, e das ciências afins, nós podemos marcar, nós podemos colocar alguma fase nessa linha de conhecimento. Inicia-se em 1988 com a fundação do Museu Emílio Goeldi, muito mais voltado para o estudo da botânica, uma vez que anteriormente nós podemos dizer que há uma grande contribuição de cientistas que visitaram a região e deixaram relatórios famosos como o Humboldt, Wallace, Bates, enfim uma série de pesquisadores que estão com os seus registros feitos nas nossas bibliotecas e no mundo inteiro e que são uma contribuição ao conhecimento da Região Amazônica. Mas, oficialmente, se estabelece como instituição pública a criação do Museu Emílio Goeldi com os estudos de Botânica, principalmente com a contribuição fantástica, mas, como eu diria, assim uma era correlata, muito importante. Mas o marco fundamental em pesquisa da agropecuária na Região Amazônica foi evidentemente, sem dúvida alguma, a criação do Instituto Agronômico do Norte, em 1939, que teve como fundamento básico o fracasso da exploração em Fordlândia, em Belterra, a tentativa de estabelecerem os cultivos racionais de seringueira. A partir daí, o Presidente Getúlio Vargas cria o Instituto Agronômico do Norte, cuja função era desenvolver tecnologia e conhecimento para a produção e exploração da seringueira em moldes racionais de terras firmes da Amazônia e aproveitamento das várzeas ricas em sedimentos para a produção de alimentos.

Esse me parece um marco básico da pesquisa agropecuária na região. Em 1945 surge a necessidade de se formar os técnicos da amazônia e é criada a Escola de Agronomia da Amazônia. Em 1952 é criado o INPA, por causa daquela pressão da Hidro Amazônica que já vinha se arrastando com os países vizinhos, querendo formar um instituto, e aí se forma toda uma série de institutos que vão tentando compor e, digamos assim, tornar um pouco mais nítida essa radiografia, digamos assim, do conhecimento da região. E em passos seguintes são criadas outras instituições, como, por exemplo, o IPAOC, que é o Instituto de Pesquisa da Amazônia Ocidental em Manaus. Depois vêm as universidades.

Na década de 60 há uma parada muito grande, digamos assim, na pesquisa agropecuária brasileira e amazônica, por extensão, mas são criadas algumas empresas particulares que dão alguma contribuição como a BRUMASA, a BEMPASA, a JARI, enfim, empresas particulares que, na tentativa de explorar racionalmente a amazônia, também desenvolvem pesquisas e contribuem de alguma forma.

Essa, nós diríamos, seria a primeira fase da agropecuária, do conhecimento da pecuária na região.

Em 1970, o Governo brasileiro, preocupado com a situação da agropecuária brasileira, percebem que, embora o Brasil sendo um País essencialmente agrícola, o desempenho da agricultura era muito ruim, dado o que havia de desafio, quer dizer, que o Brasil estava vencendo os desafios e era necessário que se ativasse essa agricultura, que se transformasse essa agricultura em moldes mais modernos, ou seja, que se dinamizasse a agricultura.

Nos exames que foram feitos através de análises profundas, a nível do Ministério do Planejamento e Ministério da Agricultura, principalmente, verificou-se que o acervo de conhecimento tecnológico que se concebia ou se achava que haveria na época não havia, tanto que foi anteriormente criada a Abicar, porque se achava que esse acervo de conhecimentos existia e que era preciso criar assistência técnica e a extensão rural. Ela foi criada, mas não respondeu. E, numa última instância, verificou-se que, na verdade, estava carente o País de tecnologia moderna; precisava-se modernizar a agricultura.

Com isso, em 1972, o Governo foi aconselhado a criar a Embrapa, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, cujo objetivo básico era justamente gerar tecnologia para modernizar a agricultura em todos os níveis. Havia bastante recursos, principalmente recursos externos, via Bird, que foi o nosso principal financiador a nível internacional, e os recursos nacionais, que eram via Tesouro Nacional.

A Embrapa foi criada nos moldes mais modernos de uma empresa. Utilizou-se a experiência internacional para a sua filosofia de pesquisas.

Para os Srs. que não conhecem — o Senador Jarbas Passarinho acredito que conheça mais detalhes, porque participou muito dos

debates no Cepatu — vou fazer uma pequena consideração sobre a Embrapa.

A Embrapa foi criada com a filosofia e a experiência internacional para a faixa tropical. Os países do 1º mundo, preocupados com a expansão e com a agricultura na faixa tropical, criaram vários institutos internacionais, cuja filosofia era que recursos humanos, financeiros e materiais fossem alocados para estudar produtos. Achavam que assim, alocando-se recursos financeiros e principalmente humanos de alta competência para estudar produtos definidos de importância para os trópicos, se conseguiria maior eficiência. E assim foi feito.

Criou-se, por exemplo, o Cinete, que é o Centro Internacional do Melhoramento do Milho e do Trigo, no México. Esse centro desenvolveu tecnologias fantásticas. Hoje, por exemplo, o Projeto Puebla, no México, é alguma coisa de muito importante para esse Centro.

No ano de 1971, inclusive o Prêmio Nobel foi dado a um agrônomo. Como não havia um Prêmio Nobel de Agronomia, foi dado o Prêmio Nobel da Paz para o Dr. Norman Borlaug, porque criou o trigo tropical.

A partir daí, a Índia, o Paquistão etc, havia possibilidade de se plantar o trigo nos trópicos. E surgiu também, a partir daí, a "Revolução Verde", não só nesse Centro, mas também no Centro, por exemplo, de La Papa, que fica no Peru, próximo de Lima. Criou-se também, em Los Baños, nas Filipinas, o Centro Internacional de Arroz.

Criou-se, enfim, as culturas mais tropicais, ricas em proteínas, como o feijão, que foi logo depois criado como fundamental em Ibadan, na Nigéria, o IITA, o Instituto Internacional de Agricultura Tropical, para atender à África. E, para a América Latina, foi criado na Colômbia, o Ciat, o Centro Internacional de Agricultura Tropical.

Esses centros tinham recursos humanos em quantidade fantástica, em nível de competência, recursos financeiros sem limites e recursos materiais, em termos de laboratórios e equipamentos, mais fantásticos, tal que a experiência foi muito boa.

Inclusive a Embrapa já vinha de uma experiência, na década de 60, de uma cultura que não pertencia ao Ministério da Agricultura, mas, sim, ao Ministério da Indústria e Comércio, que era o cacau, com a experiência da Ceplac. Na Ceplac, foi, via Ministério da Indústria e Comércio, criada essa comissão, que investiu, em um produto só, o cacau, todos os recursos humanos capazes de tentar elevar a produtividade dessa cultura. E nós sabemos todos que no início da Ceplac, o Brasil era o 48º produtor de cacau e, hoje, é o 2º produtor do mundo.

Isso se deve essa estruturação ao Dr. Paulo Alvim, que é um dos grandes responsáveis, a quem nós todos tributamos esse respeito pelo trabalho que desenvolveu como Chefe Técnico dessa instituição, e à capacidade técnica dos funcionários, porque foi investida uma grande parcela desses recursos na capacitação do pessoal.

A Embrapa, respaldada nessa experiência internacional, nessa experiência da Ceplac no Brasil, achou por bem usar essa filosofia, ou seja, seriam escolhidos produtos de importância econômica para o País e, nas áreas de maior importância do produto, seriam criados os centros nacionais desses produtos. E assim foi criado.

No início, eram 16 produtos. Temos, por exemplo, o Centro Nacional de Pesquisa no Rio Grande do Sul, cujo objetivo é justamente esse. E, nesses 16 anos na Embrapa, 14 anos de Centro de Trigo, estamos atingindo a auto-suficiência econômica na produção de trigo. Acredito que temos grande parcela nesse contexto, nesse sucesso; acredito que a Embrapa tenha uma grande parcela de contribuição nisso.

O Centro de Soja, por exemplo, em Londrina, é outro atestado da competência dessa filosofia, ou seja, desenvolver-se tecnologia para essas culturas. Hoje, por exemplo, fala-se em soja no cerrado.

A soja tem um problema seriíssimo de fotoperíodo, que impede que ela atinja altas latitudes. No entanto, com o banco de germoplasma que se criou, foi possível, através de trabalhos diuturnos, conseguir variedades que, hoje, estão atingindo o cerrado todo. Já estamos atingindo o sul do Pará, o sudoeste do Maranhão e, agora, estamos, com sucesso, com variedades sendo plantadas no Amapá.

Quer dizer, já passamos o limite do hemisfério, fazendo com que os americanos fiquem impressionados com esta nossa rapidez, com a nossa capacidade de expansão desse produto, que era irrisório em 1970, no Brasil, e que, hoje, somos o 2º maior produtor do mundo, só superados pelos Estados Unidos.

Assim foi feito com o algodão. Temos o Centro de Algodão na Paraíba; temos o Centro de Milho e Sorgo, em Sete Lagoas, temos em Goiânia, o Centro de Arroz e Feijão, temos o Centro de Seringueira e Dendê em Manaus. Enfim, temos 16 produtos.

A Embrapa, além de se preocupar com esses produtos, preocupou-se com recursos. Isso foi baseado no seguinte princípio: no Sudeste e no Sul, não haveria limitações maiores para o desenvolvimento de uma agricultura mais moderna. A absorção da tecnologia era muito mais fácil, porque poucos entraves se apresentavam face a ela. Mas havia grandes regiões no Brasil, cuja modernização da agricultura ia ser muito difícil, porque carecia de conhecimentos básicos para tornar esses recursos naturais disponíveis nessas regiões, adequados a uma agricultura racional.

Essas regiões foram definidas como trópico úmido, que se confunde com a Amazônia Legal, o Pantanal, o Semi-Arido, que é o Nordeste, o Cerrado, que é essa região central fantástica, com grande potencial agrícola.

E, assim, foi criado o Cepatu, que é o nosso centro, onde trabalhamos com grande orgulho e que, hoje, estamos, no momento, dirigindo. Temos o Cepac, que é o Centro de Pesquisas do Cerrado, aqui em Brasília, próximo à Planaltina, temos o Centro do Pantanal, em

Dourados, temos o Cepta, que é o Centro de Pesquisa do Trópico Semi-Arido, em Petrolina, Pernambuco.

Com isso, esses centros tentam lançar luz, no sentido de avaliar, fazer uma avaliação quantitativa e qualitativa dos recursos naturais e sócio-econômicos dessas regiões; tentar aproveitar, de alguma forma, esses recursos naturais, através de sistemas de produção adequados a esses recursos, de tal forma que tenham sustentabilidade econômica, agronômica e social, causando o mínimo de prejuízos ao ecossistema.

É claro que essa é uma tarefa árdua, difícil, principalmente considerando-se a dimensão da Região Amazônica.

Gostaria também de ressaltar que existe um outro recurso, genético, que a Embrapa também, muito sabiamente, soube precisar e criou o Centro Nacional de Recursos Genéticos e Biotecnologia. Esse é o centro que trata de toda a preservação de recursos genéticos do País.

No Cepatu, estamos com uma linha muito especial nessa área, em termos de preservação de produtos de interesse econômico, potencial ou não, para a Região Amazônica.

Então, é mais ou menos essa a filosofia da Embrapa com que nós trabalhamos na Amazônia.

Como eu disse, uma outra face, digamos assim, um outro Brasil agropecuário surgiu depois da Embrapa. Acreditamos que podemos dividir a agricultura brasileira em duas fases: a de antes da Embrapa e a fase depois da Embrapa.

Não temos dúvida nenhuma de que, dos 72 milhões de toneladas de grãos que vão ser colhidos ou que se está colhendo este ano no País, nós demos alguma coisa em termos de contribuição. E acreditamos inclusive que essa contribuição foi muito grande num dos pontos fundamentais que a nossa empresa instituiu ou adotou, que foi a capacitação do pessoal.

Para os Srs. terem uma ideia, antes da criação da Embrapa, nós tínhamos em torno de mil pesquisadores. Apenas 18% desses pesquisadores tinham curso de pós-graduação. Na Amazônia, antes da Embrapa, apenas três pesquisadores tinham nível de mestrado e podem ser nominalmente citados: Dr. Cristo Nazaré, que foi o ex-chefe do Cepatu, Dr. Adilson Serrão, que é um especialista, hoje PhD em pastagens, e Dr. Acelino do Canto, que está em Manaus. Eram os três únicos técnicos pesquisadores com nível de mestrado. Hoje, a Embrapa tem 87% dos seus pesquisadores com curso de mestrado ou doutorado.

Acho que esse foi um desafio que vencemos e que deu respaldo para que a nossa pesquisa fosse respeitada hoje, a nível nacional e internacional.

O SR. MÁRIO MAIA — ...correspondente, em números absolutos, quantos?

O SR. EMELEOCÍPEO BOTELHO DE ANDRADE — Hoje, próximo de dois mil pesquisadores, mil, oitocentos e oitenta e sete, para

ser bem preciso. Quase dois mil pesquisadores.

O SR. MÁRIO MAIA — Quantos no Cepatu?

O SR. EMELEOCÍPEO BOTELHO DE ANDRADE — No Cepatu, temos 91.

Gostaria, neste momento, de falar sobre a Amazônia.

Como é que se estabeleceu na Amazônia, o que a Embrapa fez em termos de Amazônia, a partir de agora, a partir de 1972?

A Embrapa criou o Cepatu, criou o Centro de Seringueira e Dendê e criou as Unidades de Execução de Pesquisa de Âmbito Estadual para testar as tecnologias geradas nos centros e gerar tecnologia de interesse para os Estados.

Assim, foi criada a Uepae de Rondônia, que hoje nós chamamos de Uepae Porto Velho, a Uepae em Rio Branco, no Acre, a Uepae em Boa Vista, em Roraima, a Uepae de Macapá e, recentemente, a Uepae de Belém, porque não havia uma Uepae em Belém, havia uma Uepae em Altamira...

O SR. MÁRIO MAIA — O que é Uepae?

O SR. EMELEOCÍPEO BOTELHO DE ANDRADE — Uepae é Unidade de Execução de Pesquisa de Âmbito Estadual. Como eu falei, é uma unidade da Embrapa que testa tecnologia gerada nos centros e gera tecnologia de interesse para os Estados.

Como no Pará havia a Uepae Altamira, que era para atender aos anseios da Transamazônica, mas como ficou muito restrita à Transamazônica, o Cepatu foi sobre carregado, porque o Cepatu era para ser um centro de recursos. Mas, para atender às necessidades do Estado do Pará, começou a gerar muita tecnologia para o Estado do Pará.

Hoje, criamos a Uepae Belém e toda essa demanda do Estado do Pará está sendo atendida, nesses últimos três anos, pela Uepae Belém, e nós reestruturamos o Cepatu como um centro efetivamente de recursos, para trabalhar com recursos naturais, solo, clima, vegetação, sócio-economia, fauna, etc., e criar sistemas de produção adequados.

Falando em Amazônia, achamos que nesse caso dessa histeria, é preciso que as pessoas entendam que a Amazônia é enorme, e quando se fala enorme, as pessoas continuam não entendendo o que quer dizer grande, porque poucos têm noção do que sejam 100 metros, mas pouquíssimos têm noção do que sejam cem metros quadrados, que é um hectare; poucas pessoas têm noção do que seja um quilômetro, mas pouquíssimas sabem o que seja um quilômetro quadrado, que são cem hectares. Quando se fala, por exemplo, em um milhão de hectares, perdemos a noção, e quando se fala que a Amazônia tem 500 milhões de hectares, é algo de fantástico, é difícil de as pessoas mensurarem. É muito grande a área. É aí que estamos tentando colocar alguns pontos, que o próprio Senador Jarbas Passarinho em seus pronunciamentos tem colocado.

Às vezes, fala-se tanto em devastação, mas, em termos da Amazônia, as coisas são muito

pequenas, quando se faz esse alarde tão grande. O que precisa, sim, é se fazer uma ocupação que seja racional, porque se diz que a Amazônia tem sido ocupada de maneira desordenada. Nós temos sido culpados disso. Acho que, de repente, nós precisamos, também, fazer o nosso *mea culpa*. O Poder Público tem alguma culpa, a pesquisa tem um pouco de culpa. Essa ocupação desordenada tem sido feita porque não existe ordenamento. É necessário que se faça o ordenamento espacial da região; é preciso que se definam os recursos. É preciso que se faça esse zoneamento agroecológico-econômico, a fim de que o próprio Poder Público possa, com dados técnicos científicos, definir, com êxito, sua política de ocupação.

Nós sabemos que o Dr. Paulo Alvim, muito sabiamente, ao vislumbrar a potencialidade do cacau na Amazônia — e ele era um dos batalhadores pela saída do cacau da Bahia e voltar ao seu berço de origem — sabia que em qualquer empreendimento agrícola os solos são fundamentais, e quando escolheu os pôlos para estabelecer a cacaicultura, escolheu Altamira e Rondônia. Por quê? Porque ele sabia que na região de Altamira e na região de Rondônia as probabilidades de êxito da cultura seriam muito maiores, como o foram. Então, esses conhecimentos técnico-científicos são fundamentais. O Dr. Paulo Alvim assim escolheu porque conhecia os dados que nós dispúnhamos.

É preciso que se note que a Embrapa foi fundada em 1972. Estamos com 16 anos. Não esqueçam que o IAM foi criado em 1939. Neste ano, estamos completando 50 anos de pesquisa. Em 1989, estamos comemorando 50 anos de batalha, de geração de conhecimentos, desde o tempo de Filiberto Camargo até hoje. O acervo de conhecimentos é grande. É preciso que se note, por exemplo, que temos, pelo menos, 1.500 trabalhos publicados nesse período, fora o conhecimento particular, as experiências acumuladas que estão no próprio corpo docente da FCAPA ou das outras universidades da Amazônia, como a do Acre e do Amazonas e um número de uns três mil agrônominos que existem espalhados pela Amazônia.

A meu ver, o que estamos precisando é fazer um ordenamento. Achamos que existe espaço para tudo. Quinhentos milhões de hectares é muita área, que é possível atender a todas as exigências, contemporizar todos os interesses. É possível se fazer os parques nacionais, as reservas nacionais, as reservas biológicas, as reservas genéticas, as comunidades indígenas, as áreas de assentamento extrativista, enfim, todos os segmentos podem ser atendidos, desde que tenhamos um perfeito e adequado ordenamento da região. Para nós é de alta prioridade que se parte e que a Embrapa está assumindo esse desafio, que é a realização do zoneamento agroeconômico-ecológico e que em boa hora, o Ministério do Interior está apoiando esse trabalho.

Por outro lado, o recurso maior da Região Amazônica — dos recursos naturais não renováveis — o mais nobre são as florestas. Sabe-

mos também que a base da economia amazônica sempre foi o extrativismo e que até hoje, de alguma forma, ela tem entravado o próprio desenvolvimento da agricultura, porque a agricultura é o investimento de recursos de trabalho em atividades em que vai ter que se despende coisas. Como o potencial do recurso natural é abundante, ele inibe de certo modo a exploração racional. Esse tem sido o entrave para a grande quantidade dos conhecimentos e tecnologia que temos desenvolvido, fora outros. Nós achamos que no caso da floresta, por exemplo, a exportação de madeira, tem sido um dos grandes contribuintes na pauta de exportação ou de formação da economia amazônica.

Não somos contra a exploração madeireira. Achamos que deve ser feita, mas dentro de modelos e moldes racionais. Temos hoje resultados muito interessantes, que estamos chamando de "manejo florestal". V. Ex<sup>as</sup> vão ver que temos alguns resultados muito interessantes, não é só manejo florestal. Temos resultados fantásticos com relação ao levantamento de solos. O conhecimento dos solos da Amazônia, se não está a nível que gostaríamos, já temos detectado as principais unidades pedogenéticas, de solos, pedológicas, já temos definidas e quantificadas. Temos, numa primeira aproximação, os três principais climas, que eu preferia passar em seguida, para entrar mais em detalhes.

Existe hoje um acervo tecnológico de conhecimentos, não o suficiente, mas adequado para que possamos fazer algumas indicações. É claro que o ideal é o que sempre buscamos e acreditamos que só poderemos atingi-lo com consciência e tecnologia. Dificilmente poderemos fazer com que a Amazônia ocupe o seu devido espaço no cenário econômico do País se não for com sistemas altamente tecnificados. Temos pouca crença em explorações extensivas, porque se essa extensividade, muitas vezes, têm uma performance favorável no aspecto ecológico, ela tem muito pouca ressonância no aspecto econômico e vamos ter que considerar que estamos numa economia de mercado moderna. Se o Brasil optou por uma economia de mercado moderna, capitalista, a Amazônia tem que seguir esses passos, e temos que modernizar a agricultura amazônica. Com isso, temos que embutir muita tecnologia para aumentar a produtividade. Aumentando a produtividade, perenizaremos o desenvolvimento numa só área, porque o grande problema da agricultura na Amazônia é a migração, é a agricultura itinerante que se faz desde a pimenta até as pastagens cultivadas. É preciso que se crie tecnologia, para que o homem se fixe. É preciso que os sistemas de produção sejam sustentáveis e sustentados, economicamente, como disse, agrônoma é socialmente. Se me perguntassem quais os sistemas que teríamos hoje a oferecer, diria que muito poucos. No momento, devemos fazer algumas mudanças — nós já discutimos em outras épocas dentro da própria comunidade técnico-científica — qual seria um sistema semelhante, por exemplo, a uma produção de oliveiras da Eu-

ropa, que demoram cem anos produzindo na mesma área, ou de um parreira da França, ou de um plantio de maçãs na Espanha. Ai existe algum sistema desse que tenha a sustentabilidade que falamos. A sustentabilidade é plantar alguma coisa que passe, em termos amazônicos, pelo menos algo em torno de 50 ou 80 anos. Para isso, é preciso muita tecnologia. Acreditamos que podemos atingir esse nível, mas com muita tecnologia.

Essa é basicamente a primeira mensagem que daria a V. Ex<sup>as</sup>

Em seguida, gostaria de apresentar os *sídes*.

Isso seria, mais ou menos, a abrangência do Cepatu. Nós trabalhamos, tentando desenvolver conhecimento e tecnologia para 60,44% do Território nacional, abrangendo, de acordo com o que está aqui, os Estados da Amazônia — Pará, Roraima, Acre, Rondônia, Amapá parte de Mato Grosso e de Goiás e até a Amazônia maranhense.

É um desafio muito grande tentar ocupar essa área enorme que V. S<sup>as</sup> estão vendo, com tão poucos recursos humanos, financeiros que, cada vez mais, se tornam escassos. Estamos chamando de "Cinturão de instituições. Conforme já disse, temos as EPA no Acre, Roraima, Amapá, Belém, o centro de seringueiros, o Cepatu. Temos ainda, se podemos assim dizer, a EMPA — Empresa Mato-grossense de Pesquisa e Agropecuária, a EMGOPA — Empresa Goiana de Pesquisa e Agropecuária, a EMAPA — Empresa Maranhense de Pesquisa Agropecuária, que trabalham conosco no sistema cooperativo de pesquisa agropecuária, fora o INPA, o Museu "Emílio Goeldi"; enfim, outras instituições de pesquisa que desenvolvem tecnologia e conhecimento da região amazônica.

Como falei antes, o objetivo Cepatu, basicamente das unidades da EMBRAPA, na Amazônia, seria o de avaliar recursos naturais, sócio-econômicos, gerar tecnologia, visando ao aproveitamento desses recursos naturais e aprimorar sistemas de produção ou criar outros adequados para área, particularmente o Cepatu.

Se houver necessidade, falarei sobre os recursos humanos da Amazônia. Temos em torno de quinhentos funcionários com 61% na área de apoio, 20% na área de administração e 19% dos funcionários na área de pesquisa que é, digamos, o objetivo-fim da nossa empresa.

Na área basicamente da pesquisa, conforme falei anteriormente, temos 65% dos nossos pesquisadores, que são 91 com curso de Mestrado no Brasil e no exterior, 8% com nível de PHD e 27% ainda no nível de BSB que são os novos colegas que vão entrando e, nos últimos quatro anos, não conseguimos contratar nenhum.

Trabalhamos nestas quatro áreas técnicas básicas: produção vegetal, com vinte e oito pesquisadores; produção animal, com vinte e sete; recursos naturais e meio ambiente, com vinte pesquisadores e recursos florestais,

com dezenas de pesquisadores, num total de noventa e um.

Na produção vegetal, estamos basicamente trabalhando. Colocaria aqui Cépatu. Poderia fazer análises para as outras unidades, mas estamos dando ênfase especial ao Cépatu porque, com a nova "Operação Desmonte" do Governo, estamos adequando à nova situação econômica. Com poucos recursos e poucos pesquisadores, temos que os concentrar em áreas específicas. Estamos dando, basicamente, o enfoque na produção vegetal à preservação de recursos genéticos, criando bancos de germoplasmas, de produtos amazônicos; damos ênfase também aos sistemas de consórcios, de plantas perenes, gerando tecnologia em alguns produtos de grande potencial como, por exemplo, as fruteiras.

Na parte de produção animal, estamos concentrando o nosso esforço nesses vinte e sete pesquisadores na área de búfalos, de bubalinos. Achamos que seria a vocação pecuária da região amazônica para ocupação de áreas marginais e pastagens, principalmente recuperação de pastagens degradadas, problema seriíssimo na região amazônica.

Na área de recursos naturais do meio ambiente, estamos dando ênfase muito grande ao sensoriamento remoto, para avaliar com detalhes essas ocupações e a parte sócio-econômica na criação de bancos de germoplasmas *in situ*, através de reservas genéticas. Para alguma coisa, estamos tentando conseguir pessoal para, digamos assim, incrementar a nossa área de pesquisa do peixe, ou seja, a área de piscicultura.

E em recursos florestais, basicamente, a pesquisa está voltada para a exploração a manejo florestal, silvicultura e alguma coisa em termo de tecnologia de madeira.

Então, seriam mais ou menos assim as áreas mais específicas que você pode trabalhar!

Como falei aos Srs., conseguimos, nesse período — é claro que existem mais detalhes em áreas específicas de interesse, mas em grandes; como chamaríamos a classificação de Koppen, que leva em consideração a quantidade de água disponível na região, que seria como estávamos conversando há pouco acerca da disponibilidade hídrica. A classificação de Koppen classifica os climas em três tipos: AFI, AMI e AWI.

AFI porque, na Região, não há déficit hídrico — não existe nem um mês do ano em que chova menos de 60mm; não existe problema de déficit hídrico. E esta região aqui, próxima ao extremo oeste da Amazônia, com o clima AFI — na Ilha do Marajó e às proximidades de Belém, atingindo até o Moju.

Esse clima não tem problemas de limitações hídricas; não existe nem um mês em que chova menos de 60mm, repito: não existem restrições hídricas para qualquer cultura. Ele atinge 17% da Amazônia em termos quantitativos.

Outro clima seria o AMI — estaria dividido metade, metade: 41% e 42% do AMI e do AWI.

Um AMI, que seria esse verde, ele já tem certa carência de água, porque pelo menos em dois meses apresentam precipitações abaixo de 60mm, que causam algum déficit hídrico. Agora, sempre se diga que esse déficit não pode ser medido somente na chuva; por exemplo, na falta de água de chuva — porque também tem que se levar em consideração a capacidade de retenção do solo; se for um solo mais arenoso, é claro que a lixiviação e a evaporação são maiores. Ele tem baixa capacidade de reter. Mas isso aí varia. Pode ser que tenhamos alguns solos em que esse déficit seja quase nulo, porque a capacidade de retenção, quando faltam apenas dois meses de água, é muito boa.

Então, normalmente, para tipos de clima em termos de pluviometria, é classificado assim. Seria essa área que teria dois meses de seca, ou seja, dois meses sem chuva. Mas que não causam grandes limitações.

Outro tipo de clima seria aquele que tem até quatro ou cinco meses de seca; ele corresponde a 42% da Amazônia, estaria grande parte localizada no sul do Pará, aqui na pré-Amazônia maranhense, e lá em Roraima, na região nordeste.

Esses seriam os principais tipos de clima. Aqui estariam, mais ou menos, o que nós poderíamos dizer as limitações em termos climáticos.

O Senador Leopoldo Peres me perguntava, há pouco, qual seria a região apta à dendicultura. O dendê é uma planta ávida em água. Os déficits hídricos, à medida em que os déficits hídricos aumentam, diminuem a produtividade. Por exemplo, essa região aí seria propícia para dendê, tanto que o Centro de Pesquisa de Dendê foi localizado em Manaus. E as pessoas perguntam: Como? Por quê? Porque 50 milhões de hectares que representam esta faixa aqui estariam aptos à produção de dendê. O dendê é uma cultura altamente tecnificada e necessita de apoio logístico para se desenvolver, e de técnica também de usinas; a usina básica dela, mais eficiente, está em 20 toneladas de cachos por hora. Isso representa um plantio de 3 mil hectares. E os investidores sempre estão querendo proximidades, por questão de apoio logístico, proximidades de grandes cidades capazes de dar toda uma assistência técnica às máquinas, às usinas etc.

E, logicamente, também muito importante a proximidade do porto. Por isso, próximo a Belém, na estrada do Mosqueiro, está a Denpassa. Porém, mais recentemente, todo o polo de desenvolvimento de dendê, de palmeiras e de coco estará no Moju, região do Acará. Assim, a Denpassa já tem 28 mil hectares comprados e já está implantando. E estão a Agromendes, a Acria, a Reprasa etc. empresas que estão no Estado do Pará, com um total em torno de 22 mil hectares já plantados, o que faz com que o Estado do Pará, hoje, tenha mais dendê do que a Bahia, que seria o berço do dendê.

Temos, no Amapá, 7 mil hectares no cerrado, por causa dessa faixa de condição propícia na área. E, nessa região do cerrado, existe

muita facilidade de preparo da área, por ser uma região típica de cerrado.

No caso de potencialidade dos solos, temos isso aí, o que temos, hoje, nos solos da Amazônia, depois desses 50 anos? E este é um mapa muito geral. Claro que, em algumas áreas, temos até nível de detalhe desses solos. O que observamos? Que 92% dos nossos solos são de baixa potencialidade química; são solos de baixa fertilidade; todavia, é preciso que se diga que os solos são de baixa fertilidade química, porém, em termos físicos, as propriedades físicas, que são a estrutura, a textura, a densidade, a porosidade, esses são excelentes. Quer dizer que esses solos corrigidos, a sua deficiência química, por corretivos e fertilizantes, são excelentes em termos de penetração de raízes e desenvolvimento de qualquer cultura. Aí, fica apenas o aspecto limitante do custo desses insumos. E, logicamente, fica na dependência do produto que se vai explorar.

Mas, vejam bem, isso são 92%; nós temos também 6,11% de solos eutróficos. Solos eutróficos são aqueles de alta fertilidade. Por exemplo, o Acre é riquíssimo em solos férteis. Em Rondônia, por exemplo, temos manchas enormes de terras de alta fertilidade. No Pará, temos apenas aqui no sul, no rio Fresco, a que se referia o Projeto Tucuman, da Andrade Gutierrez. E essa pequena faixa em Altamira, e alguma coisa no Maranhão.

Alenquer também tem uma faixa, uma boa área de terra roxa, um pouco aqui na região do Taiana, em Roraima.

O SR. — Quer dizer, o celeiro da Amazônia, em potencial, é o Acre.

O SR. EMELEOCÍPEO BOTELHO DE ANDRADE — Em potencial, sim.

O SR. — A Ilha de Marajó está com que?

O SR. EMELEOCÍPEO BOTELHO DE ANDRADE — Não, ela está com solos distróficos. Porque temos também os solos de área inundável; temos terra firme — estou falando em terra firme — e temos áreas inundáveis, que são as várzeas. Aqui, temos 19 milhões de hectares de várzeas de alta fertilidade. Mas também temos áreas inundáveis de baixa fertilidade; o Marajó estaria nessa área de baixa fertilidade. Porque, no estuário, a riqueza dessas várzeas são segmentos que vêm dos Andes; quando chegam ao estuário, já depositaram quase tudo que tinham.

O SR. EMELEOCÍPEO BOTELHO DE ANDRADE — Sim.

Aqui também há áreas inundáveis, mas de baixa fertilidade por causa da própria origem dos rios.

Srs., esse seria, digamos, a potencialidade dos solos da Região Amazônica.

Por favor, o próximo slide!

O SR. JARBAS PASSARINHO — Quanto por cento dessa área de solos férteis seria da Amazônia?

**O SR. EMELEOCÍPEO BOTELHO DE ANDRADE** — De solos férteis, 6% — dariam 30 milhões de hectares. Para os Srs. terem uma idéia, hoje o Brasil tem 52 milhões de hectares em áreas cultivadas com culturas permanentes e temporárias, ou seja, teríamos condições de chegar a mais da metade da produção, por exemplo, de grãos. Se utilizássemos essas áreas férteis, poderíamos chegar a isso; quer dizer, tudo é uma questão de ordenamento, tudo é uma questão de indicar o que se deve plantar e onde. A Amazônia tem capacidade de contribuir com muito mais da metade do que se produz hoje no País em áreas férteis.

Bom, aqui a cobertura vegetal me parece ser o recurso mais importante da nossa região. Temos, neste verde aqui, a característica básica da região, que seria a mata, a mata densa, a floresta densa, que corresponde a 49,78%. Quase 50% da região estaria com floresta densa. Teríamos, nesse azul, a floresta aberta, uma área de mais fácil penetração e, inclusive, existe aquela relação, que sempre se diz que em solos mais férteis a floresta é menos densa.

É porque, na verdade, na evolução das espécies nas florestas, todo o segredo da Região Amazônica está na ciclagem dos nutrientes; quer dizer, os vegetais, para sobreviverem em solos pobres, tiveram que captar o máximo possível de nutrientes, tanto que se diz que a riqueza potencial dos elementos nutritivos da Amazônia não está no solo, mas na cobertura. Quanto mais pobre o solo, mais as plantas tiveram necessidade de crescer e ficar mais abastecidas, porque o segredo do sistema é a ciclagem do nutriente — tira o que pode e clica. Os elementos caem na floresta, se decomponem em um processo riquíssimo e desconhecido, em que clica. E todo o segredo da substituição dessa floresta por outra está no entendimento desses segredos.

Então, é preciso que se desenvolva muito a pesquisa básica, a pesquisa pura nessa área, para que possamos entender esses mistérios, esses segredos, para que possamos, aí, sim, imitar com perfeição a floresta.

Aqui, temos, junto às florestas, em azul, abertas, com 27%, áreas de cerrado na Amazônia, que seriam, aqui, esses alaranjados, e teríamos os campos naturais, com 6%, quase 7, 6,9, ou seja, 35 milhões de hectares de campos naturais que, para nós, são os vocacionados para a pecuária. Aí se deveria trabalhar; em vez de derrubar mata, estabelecer pecuária nesses campos naturais. E nós temos, aí, quase 7% — 35 milhões de hectares.

Srs., apresentei estes *slides* na Associação dos Empresários da Amazônia, em São Paulo, apenas para mostrar que a Amazônia não é só aquela floresta densa. Vê-se, por exemplo, todo esse relevo muito acidentado. Existem áreas, na Amazônia, com relevo acidentado, existem variações de temperatura que chegam até 12 graus, temos montes, temos essa vegetação mais rala, menos densa.

Aqui, uma vegetação típica do estuário do Amazonas, de que temos 2 milhões de hectares nas proximidades de Belém, o que, para

nós, é um potencial que poderia abastecer a cidade e as vizinhanças se pudéssemos torná-la adequadamente sistematizada para os produtores; é uma região muito rica com vegetação característica. Há os açaizeiros, que são os indicadores de zonas inundadas na região. E ecuuba também, a virola.

**O SR.** — Buriti também?

**O SR. EMELEOCÍPEO BOTELHO DE ANDRADE** — Buriti também. As palmeiras em geral. Isso aqui é uma várzea do baixo Amazonas, mostrando que existe uma vegetação densa nessa mata ciliar; é preciso, também, que se trabalhe essa área para torná-la produtiva; são riquíssimas em sedimentos, embora com alguns impedimentos nas cheias. Temos que aproveitar apenas durante um período do ano. Há tecnologia para isso.

Aqui, uma outra visão de uma várzea, já limpa, com exploração de gado às margens — todos vocês conhecem aqueles problemas do baixo Amazonas. Isso aí é próximo de Alenquer.

Há uma característica interessante, que é por trás dessa mata ciliar, a região inundável dos lagos, mas que floresce, na época seca, quando o rio baixa, uma vegetação riquíssima em gramíneas nativas da Amazônia, como é o caso, por exemplo, da canarana. Então, essa é uma forrageira muito boa para o gado e excelente para búfalos, porque, inclusive, quando entra a cheia, fica muito difícil de cuidar, de transportar o gado bovino, mas o búfalo se daria muito bem nessa região.

O cerrado, uma das vegetações típicas da Região Amazônica — um cerradão, aqui. Há representantes desse tipo em toda a região.

Aí, os campos naturais do Amapá, uma pequena mostra, cobertos de gramíneas, muito fácil de se mecanizar, daí a facilidade que os franceses acharam de plantar o dendê no Amapá, porque, dado aquele pedaço de clima propício, preparam a área rapidamente, com custos muito baixos, e estão tendo êxito fantástico, acima das expectativas. Franceses, na verdade, RHO, que está dando a orientação técnica.

**O SR.** — (Inaudível)

**O SR. EMELEOCÍPEO BOTELHO DE ANDRADE** — Não! É do grupo da Amcel, da Icomi, mas a orientação é francesa, que são os detentores da tecnologia. A produtividade deles estava entre 11 e 12 toneladas de caixas por hectare; estão tendo 15, 16; então, acima das expectativas.

**O SR. MÁRIO MAIA** — Sómente uma pergunta: Esse cerrado não tem nada a ver com a precipitação das chuvas?

**O SR. EMELEOCÍPEO BOTELHO DE ANDRADE** — No Amapá, mostrei que há uma mancha cinza, igual àquela, ou seja, não tem limites de déficit hídrico.

Outra coisa interessante é que hoje, no Amapá, há bastante eucalipto e pinus, que foram reflorestados pela Amcel, mais de 100 mil hectares. E houve uma modificação do clima. Esse plantio permitiu ligeira modifica-

ção do clima, em termos de maior pluviosidade, porque, logicamente, a evapotranspiração aumenta a contribuição, em termos de nuvens, para aquele local.

Assim como a colocação — eles dizem que 50% das chuvas da Região Amazônica são da evapotranspiração e da evaporação da água da mata e 50% seriam do mar.

Na Amazônia temos esse tipo de paisagem, como eu mostro. Aí, a Cachoeira do Santo Antônio, no Jari, onde vai ser construída a hidrelétrica, consoante Projeto Jari.

Para quem não conhece, aí é o Cepatu, nosso Centro, em Belém — todos são meus convidados, se quiserem fazer uma visita, teremos o máximo prazer em recebê-los.

Aqui, apenas para mostrar a importância da nossa biblioteca; temos uma das maiores bibliotecas em termos de agricultura tropical. Desde os tempos de Felisberto Camargo — só para os Srs. terem uma idéia —, a nossa lista de periódicos é 2 mil e 119 — só em periódicos. Então, temos, digamos assim, um suporte bibliográfico muito bom, que faz com que tenhamos uma boa capacidade de gerar a nossa tecnologia.

Aqui, um laboratório, também para mostrar que temos 10 laboratórios no Cepatu, em diferentes áreas de atuação. Esse é um orgulho do IAN e do Cepatu, que é o nosso herbário. Isso aqui é uma estirácea, essas plantas são coletadas na mata, secas e colocadas nessa "esticata". Aqui temos a classificação dela e o Cepatu se orgulha de ter um dos maiores herbários de flora neotropical do mundo. Temos 160 mil estiráceas classificadas. É um trabalho que vem desde Duque, e chegando ao Urca Pires, que é um dos grandes paulistas que foi para a Amazônia, onde está há 42 anos. Grande parte desse acervo foi ele que deixou, temos o maior orgulho dele, e precisa continuar porque existe muita coisa a ser estudada.

Apenas para mostrar o que fizemos: trabalhamos, como falei, em tentar desenvolver tecnologia para os recursos no caso várzea. Isso aí é uma área de várzea, um estuário de Belém em que conseguimos sistematizar, de tal forma, que produzimos e criamos variedades de arrocho capazes de produzir até três safras por ano em média de quatro-toneladas por hectare, o que daria, em termos de ano, doze toneladas por hectare, de arroz.

Outro produto é a castanheira. É uma preocupação nossa, esta é uma área que já foi derrubada e ficou ali por cumprimento da Lei do IBDF mas, na verdade, ela não tem muito futuro porque perde toda a sustentação; a tendência dela é cair. Estamos tendo um grande trabalho em cima disso na geração de tecnologia, principalmente, na coleta de material nos castanhais nativos; selecionamos castanhais, hoje estamos com duzentos e setenta castanhais nativos. Com o estudo de castanheiras por dia, os exploradores, coletores de castanhas podem indicar-nos quais as plantas mais produtivas, pois eles conhecem a partir daí, depois de três anos de anotação a respeito dessa planta, coletamos o material e enxerta-

mos o nosso banco de germoplasma. Estamos fazendo testes de procedência. Temos material de castanha desde o Acre até Marabá, porque desenvolvemos a técnica da enxertia, que não é a castanha precoce, como o pessoal diz; na verdade, conseguimos enxertar a castanha no método Folket, que é o mesmo da seringueira, que faz com que a castanha, ao invés de produzir com 15, 17 anos, comece a produzir com 6 anos. Isso aí, é justamente sobre a escolha desse material.

O SR. — (Inaudível.)

O SR. EMELEOCÍPEO BOTELHO DE ANDRADE — No Acre.

O SR. — (Inaudível.)

O SR. EMELEOCÍPEO BOTELHO DE ANDRADE — No Norte, junto a Roraima e a Jari há castanheiras maciças muito boas.

O SR. — (Inaudível.)

O SR. EMELEOCÍPEO BOTELHO DE ANDRADE — Eu diria que sim, maciças seriam nas regiões sul do Pará, próximo a Marabá, na região do Jari, próximo ao médio solimões e no Acre. Aqui, temos, por exemplo, um banco de germoplasma no Cepatu, que estamos charmando de teste de procedências; são plantas enxertadas dessa origem cuja performance estamos avaliando.

Aqui, um castanhal já enxertado com nossa tecnologia. Este castanhal tem 17 anos, um dos primeiros trabalhos do IAM, hoje, no Amapá; na estrada de Itacoatiara temos um empreendimento da área Ipuaná, que é de um paulista chamado Sérgio Vergueiro — ele tem 3.500 hectares com essa tecnologia, é um dos entusiastas da castanha...

O SR. — (Inaudível.)

O SR. EMELEOCÍPEO BOTELHO DE ANDRADE — Alguns dos plantios dele estão começando a produzir.

O SR. — (Inaudível.)

O SR. — É de Itacoatiara?

O SR. — Com 17 anos?

O SR. EMELEOCÍPEO BOTELHO DE ANDRADE — Não, não! Esta, aqui, está com 17 anos. Estou dizendo que existe empreendimento com 6 anos. Este é da Embrapa; é nosso, no Cepatu, foram os primeiros testes da enxertia que fizemos.

O SR. — (Inaudível.)

O SR. EMELEOCÍPEO DE ANDRADE — Esses, aí, começaram a produzir em torno de sete anos. Hoje, estamos...

O SR. — (Inaudível.)

O SR. EMELEOCÍPEO BOTELHO — Agora, temos alguns problemas; eles não estão produzindo no Cepatu aquilo que estamos esperando. Surgem alguns problemas e é isso que faz a pesquisa crescer; quer dizer, é teste no campo, é a verificação dos problemas, tentar cercá-los para buscar resolvê-los.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) (Fora do microfone) — Quer dizer que a produção de uma árvore dessa não é igual à de uma árvore nativa?

O SR. EMELEOCÍPEO BOTELHO — Não, por causa da idade, porque isso é questão de física do tamanho da copa. Uma árvore com copa maior deverá ter muito mais fruto, porque, inclusive, a produção vai crescendo a cada ano, vai aumentando.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — É crescente, é?

O SR. EMELEOCÍPEO BOTELHO — Sim, a produção é crescente de acordo com a copa.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) (Fora do microfone.)

O SR. EMELEOCÍPEO BOTELHO — Não por que não temos os plantios, digamos assim, estamos começando, à medida que você adensa, você cria um substrato, que a nossa região, basicamente, o problema sério para nós é doença. O aspecto da uniformidade do clima, que para nós é decantado porque não temos problemas de invernos, etc., mas para a agricultura ele é muito ruim porque permite a proliferação dos fungos e das doenças.

Outro ponto fundamental é que como essas culturas, seringueira, cacau, castanha, urucu, enfim, todos os problemas que estamos trabalhando são de origem da Amazônia, lá está todo o centro de origem e toda a variabilidade genética. Por exemplo, na Amazônia, como é o centro de origem, temos toda a variabilidade genética e, também, logicamente, nessa evolução estão os principais fungos, as principais doenças.

Outro produto que estamos trabalhando é pimenta-do-reino. Pimenta-do-reino, os senhores sabem, é um tem grande potencial, para o qual hoje temos alguma tecnologia. Seria, por exemplo, a cultura que seria tecnologia. Seria, por exemplo, a cultura que seria sustentável, o sistema sustentável, mas, diria, economicamente e socialmente, mas não agronomicamente porque tem um fungo, o fusário, que o arrasa. Estamos trabalhando nele, mas é difícil porque o grande centro de origem é a Índia em termos de produção eles se negam a dar qualquer contribuição em termos de variabilidade genética porque todos os 25 milhões de peste que têm no Estado do Pará e no Brasil, digamos assim, são originárias de três plantas. Então, quer dizer, a variabilidade genética é muito estreita e não se pode fazer melhoramento genético. Então, o que estamos fazendo? Estamos trazendo esse material de outros países que conseguem ter uma relação melhor com a Índia, ou mesmo em algumas visitas a Índia que alguns colegas conseguem burlar os vigilantes e temos hoje em torno de 12 variedades no Cepatu e já conseguimos lançar mais duas variedades, a guajarina e a bragantina, que são um pouco mais, não diria resistente, mas tolerante.

— Ai o caso da bragantina, que é uma variedade mais tolerante, inclusive melhoramos o

cacho, sendo mais comprido e mais cheio, com grãos maiores, o que aumenta a produtividade.

Outro produto é o guaraná, que temos alguma tecnologia, é um produto muito interessante, urucu... Vou dar uma abreviada, porque o meu tempo já deve estar se esgotando.

O SR. — (Longe do microfone)

O SR. EMELEOCÍPEO BOTELHO — Isso aí é uma coisa que o Dr. Filinto Camargo quando passou na Indonésia viu, trouxe e ficou um tempo no IAM e hoje é uma coqueluche, o mangustão. Depois de 30 anos, mangustão é uma planta que está aí, de origem asiática com uma produção de até três mil frutos por planta e o japonês está maluco porque tem de fato uma grande aceitação no mercado japonês e europeu. A cooperativa do japonês me fala em torno de um dólar por fruto que está sendo comercializado no Japão, em Tóquio, mas é um potencial... estava lá, exótico, mas nunca vimos nenhum problema de doença, e está lá naquela área.

O SR. — (Sem microfone)

O SR. EMELEOCÍPEO BOTELHO — Esse é um problema. As plantas perenes dos trópicos têm um período longo de maturidade e a nossa pesquisa toda é uma tentativa de abreviar isso. A enxertia dele é difícil porque é uma gutífera, tem látex e não como da seringueira, mas outro tipo de látex que oculta muito o pagamento dos enxertos.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — E a família dela?

O SR. EMELEOCÍPEO BOTELHO — Gutiér. Aqui é o fruto do mangustão, um fruto que é considerado o manjar dos deuses. É uma delícia de fruta.

Trabalhamos também com a seringueira. A seringueira no nosso trabalho entra como uma ferramenta do nosso sistema de produção, porque nós estamos tentando imitar a floresta, ou seja, estamos tentando o sistema chamado agro-silvocultural. Estamos querendo consorciar plantas perenes de tal forma que imitemos a mata. Infelizmente, no momento, nós temos conseguido com um máximo de três plantas: castanha, seringueira, pimenta e depois cacau.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Dendê?

O SR. EMELEOCÍPEO BOTELHO DE ANDRADE — Dendê, não. Esta é uma seringueira muito bem desenvolvida. Neste intervalo, que vamos ver mais tarde, tinha pimenta-do-reino. Veio o fusário e a atacou. Ela pagou a si, pagou o seringal e nós estamos colocando o cacau, que vai aproveitar a sombra da seringueira.

Aqui, por exemplo, a seringueira. Nós estamos inovando, porque achamos que, com uma fileira só, nós temos muito poucas plantas nesse espaçamento de 7 por 3. Neste caso o espaçamento não é de 7 por 3, é mais largo. Nós diminuímos o espaçamento aqui e esta-

mos colocando fileiras duplas de seringueiras de 5 por 2,5. Nesse espaçamento, que vai até 12 metros, coloca-se a pimenta-do-reino. Ela paga todo o investimento e, depois, fica espaço suficiente com sombra para se colocar o cacau. É um sistema estável.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Nesse sistema experimental de seringueira, V. S<sup>ta</sup> tiveram muitos ciclos ou nenhum?

O SR. EMELEOCÍPEO BOTELHO DE ANDRADE — Aqui? Sim. O Dr. Vicente Morais, que é o nosso fisiologista, com algumas incursões na área de patologia — que foi o Chefe do Centro de Seringueira — diz que esse é um fenômeno que nós estamos precisando conhecer. S. S<sup>ta</sup> fica muito triste quando, como nós passamos 12 anos tentando conhecer o processo nos seus mínimos detalhes, vem o Probor e acaba com tudo. E nós ficamos ansiosos, porque agora nós estamos começando a entender alguns mecanismos fundamentais para a implantação de seringais de cultivo na Amazônia. Com isso, criou-se uma celeuma, outra desinformação a respeito da cultura, fazendo com que ela vá para outras pragas. Daí V. Ex<sup>ta</sup> está dizendo que a seringueira só vai bem no sul do Mato Grosso, no litoral paulista etc. Nós achamos que não, mas precisamos entender. Nós estamos conversando hoje sobre a questão da ocorrência endêmica de microcíclos na mata. A seringueira é atacada na mata de microcíclos. Se se coloca no sistema de monocultivo, cria-se o substrato e o seringal é dizimado. Ela passa do caráter endêmico para o epidêmico.

Na diversidade das culturas, uma vez que os fungos são específicos para aquela planta, as outras funcionam como uma barreira. Não podemos deixar de admitir o aspecto dos inimigos naturais. Esse assunto que nós estamos trabalhando: os predadores naturais do fungo. Quando consorciarmos a seringueira com o cacau e com a castanha, que nós criamos alguma coisa semelhante, nós não tivemos o sucesso da proteção. Existem alguns portos que estão sendo levantados. O predador do fungo teria que ter proximidade da folha. Talvez, no nosso sistema não tenhamos atingido esses degraus para que o predador atinja as folhas da seringueira nos seus mais diferentes estados. Existe todo um sistema de fitopatologia para ver como funciona esse mecanismo de proteção da floresta. A nível de solo, esse é um mecanismo em que estamos insistindo muito. Estamos estudando o projeto aplicado através de nitrogênio marcado com o Ceno, em São Paulo, que é o Centro de Energia Nuclear na Agricultura de São Paulo, marcando nitrogênio fóssil, potássio, para vermos como é que funciona essa aplicação de nutrientes a nível de solo.

Temos uns poucos exemplos dos consórcios: este é um consórcio de seringueira com guaraná. E os consórcios vão por aí multiplicando-se, quantos forem os produtos que temos para desenvolver. Este é um excelente consórcio. O Dr. Paulo Alvim é um entusiasta disso, vai captar um pouco no nosso

campo experimental, onde tivemos o prazer de começar com este trabalho.

Isto é cacau sombreado com pupunha. Pupunha é uma cultura que pensamos ter um grande futuro na produção de óleo e de carboidratos, porque nunca poderemos competir com o milho do Sul, já que não temos uma grande vocação para a produção de milho.

Mas, a farinha da pupunha é tão boa, em termos de carboidratos, quanto o milho, porque este, na verdade, não tem outra riqueza senão carboidrato. O binômio imbatível na ração para suínos e aves que sustenta todos os Estados Unidos e o Sul é soja-milho. O milho entra com carboidratos e a soja com proteínas.

Já disse que o dia em que conseguirmos uma planta perene, com alto teor de proteínas estaremos resolvendo o nosso problema de nutrição animal para suínos e aves, que deveríamos deslanchar, porque não temos problema de óleo, não teríamos problema de carboidratos.

Esse sistema, por exemplo, temos uma tonelada e uma excelente produção em solos de baixa fertilidade. Mil quilos de amêndoas seca de cacau e 12 toneladas de cachos, num espaçamento que não é o comum. É bem largo, com 100 plantas por hectare: 10 x 10 para sombrear o cacau. Altamente ecológico. A proteção do solo é fantástica. Esses são os sistemas que podemos indicar para esses solos mais fracos. Os solos mais férteis deveriam ser desenvolvidos com culturas anuais.

Logicamente que o Cepatu não ficou sómente preocupado em gerar sistemas, porque de repente você tem produção de guaraná, de cupuaçu, seringueira, enfim, e o que se irá fazer com esses problemas? Temos que embutir tecnologia para aumentar, digamos assim, o nosso poder de renda.

Então, desenvolvemos guaraná em pó solúvel, porque o guaraná, normalmente, não é solúvel em água; para quem não conhece o guaraná, está aí o cacho com as suas sementes que ficam, depois de retiradas, neste estando, com seu arilo branco que não tem semente, depois ele é limpo em uma peneira, lavado, torrado e moído.

Aqui temos o pó ou o bastão. Nesse caso mesmo o pó ou o bastão que é ralado, ele não tem boa solubilidade. Então, estamos desenvolvendo o guaraná em pó solúvel, que coloca-se dentro da água e ele se solubiliza com facilidade.

Outra tecnologia que temos é a de néctar das nossas frutas: cupuaçu, bacuri, geléia, enfim todos os produtos das fruteiras tropicais. No caso, a pupunha é conservada em calda e em salmoura. Tanto a calda quanto a salmoura conseguem-se conservar até um ano em prateleira.

Outros aspectos interessantes é que com estes néctares nós podemos fazer refrescos. Na verdade, estes néctares, naquelas garrafinhas e o processo que é utilizado com pasteurização e esterilização do recipiente e vазamento à vácuo, aguenta prateleira até 6 meses. Qualquer vinho ou refresco de cupuaçu ou

de bacuri que se faça e fica um dia fora da geladeira, azeda, fermenta.

O SR. — Vamos dizer, tem todas as propriedades.

O SR. — Todas as propriedades.

O SR. — Esse aqui é apenas uma novidade. O cupulate é o chocolate que é obtido da semente do cupuaçu. O cupuaçu é do mesmo gênero do cacau. É o *teobroma grande florum*. O cacau é o *teobroma cacau*. No cacau só há sementes. A mucilagem vai em processo de fermentação e some, depois seca. No cupuaçu tem-se a polpa que pode ser utilizada para fazer néctar, sorvetes, doces, compotas etc., e o mais importante porque no suco de cupuaçu obtém-se 20% de casca que pode ser triturada para jogar como adubo, 40% de polpa e 40% de semente. A polpa pode ser utilizada como já falei e da semente pode-se fazer um chocolate tão bom ou melhor que o do cacau.

A Ceplac, inclusive, está preocupada porque se isso aí é verdade, eles estão querendo fazer alguns estudos, porque isso deverá ocupar grande espaço nas nossas exportações de cacau.

(Pergunta fora do microfone.)

O SR. — Sim, do cupuaçu. Hoje, há uma coqueluche na região da zona Bragantina, em implantar ...

O SR. — (Fora do microfone.)

O SR. — Tem. Aliás, o principal inimigo do cacau ataca o cupuaçu.

O SR. — Ele ataca mais o cacau de que o cupuaçu?

O SR. — A mesma coisa. O problema todo é o seguinte: é difícil eliminar um patógeno. Os patógenos existem, nós temos é que conviver com eles da melhor maneira. Temos técnicas hoje desenvolvidas que permite conviver plenamente, como por exemplo, podas e tratamento químicos. Consegue-se conviver plenamente, tanto no cacau, como no cupuaçu.

O SR. — (Fora do microfone.)

O SR. — É. Exatamente por isso.

O SR. — (Fora do microfone.)

O SR. — É porque não existe, por exemplo, *cliniperic perniciosus* na região de cacau.

Eles acham que se levando o cupuaçu leva o fungo. Mas tenho as minhas dúvidas.

O SR. — (Fora do microfone.)

O SR. — Queria apenas falar sobre a parte animal. Isso é uma fazenda nossa de búfalos. E basicamente o búfalo, para nós, é um animal de excelente aptidão para carne, leite e trabalho.

No caso, uma fazenda tem que ter esse lago que, inclusive, permite a criação de peixes, que é uma renda adicional ao produtor. Temos trabalhos interessantes, por exemplo, de criação, nesse lago, de pirarucu, que esta-

mos conseguindo atingir em um ano até 10 quilos.

O SR. — Ele se reproduz?

O SR. — Nesse caso com o pirarucu, precisamos ter tanques de criação. O pirarucu é um peixe carnívoro, ele tem que se alimentar de outro peixe, a tilápia, que é herbívoro. E esse lago é para o búfalo dissipar o calor corporal, porque ele é preto e, por isso, pega bastante calor. Quando ele vem para o estábulo, para a ordenha, ele tem que perder o calor corporal. Isso já está provado que aumenta entre 25, 27% a produção de leite. Quando ele passa aumenta, quando ele não passa diminui.

Ele fertiliza o lago e cria um fictoplanto muito bom para a tilápia crescer. A tilápia cresce e vai ser o alimento para o pirarucu — é mais ou menos esse processo.

Aqui é o búfalo entrando no lago no processo produtivo, porque isso faz parte da perda de calor. Temos um dos nossos *containers* trabalhando em cima do manejo genético para leite. Nos nossos *containers* essas matrizes são vendidas em leilão, como excedentes de pesquisa para os produtores, bem como os reprodutores.

Aí, por exemplo, é um reprodutor "murra", e duas vezes por ano fazemos os leilões, que são em Belém ou em uma cidade do Baixo Amazonas.

Aqui é o búfalo para o trabalho.

O SR. — É dócil?

O SR. — Completamente dócil e logicamente, a tecnologia do leite de búfalo. Já temos desenvolvido quatro tipos de queijo: o provolone defumado; o Minas, o frescal e o Marajó. Estamos agora com um novo, que é o mussarela brasileiro, porque o mussarela típico é o italiano que o outro processo que não é muito utilizado aqui. E os iogurtes de leite de búfalo, com sabores de cupuacu, de bacuri, etc.

O SR. — Fora do microfone.

O SR. — Bem, Srs., infelizmente eu teria outros *slides*, aqui, mas não vai ser possível apresentar porque aqui estão resultados de pesquisas no meio florestal e recuperação de pastagens. (Palmas).

O SR. — Poderia encaminhar, então, este estudo aqui para a Comissão?

O SR. — Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Passamos, agora, à fase das interpelações. Com a palavra o Senador Nabor Junior.

O SR. NABOR JÚNIOR — O Sr. Falou no zoneamento agroecológico da região amazônica. Eu perguntaria: a cuidada tem condições de realizar este trabalho?

O SR. EMELEOCÍPEO BOETELHO — Eu acho que tem. Agora, não é necessário que seja só feito por nós. Eu acho que há possibilidade de fazer um trabalho conjunto. É claro que, digamos assim, grande parte do conhecimento estaria na Embrapa. É possível que

a Embrapa saiba. Agora, eu gostaria que fosse feito em conjunto: por exemplo, os técnicos que existem hoje na Sudam, desenvolvendo um Setor de Sensoreamento Remoto, aproveitar aquela equipe; o pessoal da Ficape, o pessoal do INPA... Outra coisa, o zoneamento não é simplesmente agrícola, mas dinâmico, pois nunca acaba, porque ele fica mais rico à medida em que as demandas aparecem. Então, um zoneamento bem completo teria as aptidões agrícolas, ele teria as áreas destinadas às reservas, ele teria as áreas destinadas às reservas indígenas, se a FUNAI assim quisesse, ele teria as áreas vocacionadas para hidroelétricas; ele teria as áreas militares de fronteira, enfim, esse é o zoneamento completo e ele fica completo na medida em que é exigido.

Então, parece-me que na parte agropecuária nós poderemos fazer, mas também acho que a Ficape, que o Museu Goeldi, o INPA, etc, podem participar. Eu gostaria apenas também de fazer um registro: um dos grandes trabalhos que se realizou na Região Amazônica ligado a isso, foi o Projeto Radam. O Projeto Radam foi alguma coisa assim de muito séria e muito importante que se fez em termos de Amazônia e também de Brasil, que cumpriu a sua função e hoje, inclusive, os mapas cartográficos do Projeto Radam, são peças que nós podemos considerar como patrimônio, porque não existem mais e é alguma coisa de muito bem feito. Esse pessoal do Radam está disperso hoje no IBGE, mas tem experiência, porque é muito importante a experiência de campo. Por exemplo, em uma imagem de satélite, um técnico em imagem pode muito bem interpretar as diferentes nuances de cores, às vezes, ele não sabe o que quer dizer uma coloração.

Recentemente estive na Sudam e conversando com o Simeão, do INPE que está lá, ele disse: Eu estou com um problema aqui nesta cor, eu não sei o que é isto. Eu digo: "Qual é essa área?" Ele disse: "Paragominas": Eu digo: "Mas onde?" "Região assim, assim". Inclusive neste *slide* que eu ia mostrar, nós estamos com um sistema de recuperação de pastagens, via consociação com essências florestais. Nós estamos querendo fazer o sistema agro-silvo pastoril. Então, nós plantamos nas pastagens, essências florestais, mas antes, nós plantamos milho, porque para recuperar pastagens nós precisamos de adubos; como o adubo é caro, nós temos que ter alguma coisa para ele pagar o adubo antes. Então, nós plantamos milho, plantamos a essência florestal, ela cresce, depois nós plantamos o capim e nós estamos tentando ver se atingimos esta reciclagem a nível de pastagem, uma vez que a recuperação química em que nós tivemos sucesso em recuperar pastagens com fósforo, não foi suficiente. E ele me disse: "Eu não estou conseguindo perceber bem". E eu disse: "Isto aqui é uma cultura nova, pela cor isto é milho ou feijão".

Como a época do plantio do feijão é agora, que está terminando de chover, na época, então era milho. Eu disse: rapaz, então é isso ai.

Então, essa experiência de campo é preciso. E esse pessoal do Radam, o pessoal do levantamento de solo, da própria Embrapa, eles são importantes e estão espertos. Então, por exemplo, eu estive conversando, uma vez, com um colega nosso, que está em Goiânia, que trabalhou muito no Radam, na Amazônia. E devem ter, pelo menos, uns 30 espalhados aí, que trabalharam e conhecem.

Este é o depoimento que eu gostaria de prestar, aqui, na ajuda que este pessoal poderia dar no zoneamento agroecológico ecológico. Por exemplo, uma contribuição fundamental nele, neste zoneamento, é o IBGE. O IBGE é fundamental nisso. Porque o zoneamento não pode ser só solo, clima, vegetação. Têm um ponto fundamental, por exemplo, que é o socio-econômico. A socio-economia é fundamental. Como é que estão distribuídos, digamos assim, as propriedades. Como está a tipologia? Como está esta tipologia que está servindo de propriedades na Região Amazônica? A fim de que possamos verificar o assentamento. Se nossas técnicas de manusear dados e números via IBGE, na verdade, elas batem, com o que acontece no campo.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Na sua concepção, a primeira coisa que tem que ser feita na Amazônia, é esse zoneamento para se pensar na ocupação sócio-econômica da região.

O SR. EMELEOCÍPEO BOETELHO DE ANDRADE — Para mim é fundamental. Porque a ocupação desordenada é porque ainda não há um ordenamento, esse que tem que ser feito.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — A segunda pergunta e a última seria: o resultado dessas pesquisas realizadas pela Embrapa estão sendo devidamente assimiladas pelos produtores da região?

O SR. EMELEOCÍPEO BOETELHO DE ANDRADE — Esta é uma pergunta que sempre nos preocupa. Achamos que existe um problema básico. Porque a pesquisa, digamos assim, a base, a atividade fim da pesquisa é gerar tecnologia. Difundir tecnologia não é função nossa. Estamos tentando fazer isso. Esta difusão da tecnologia tem que ser feita via assistência técnica. A Embrater, o sistema Embrater. E, infelizmente, esse sistema tem sido pouco atendido. Eu diria, assim, que nesses últimos anos, ela tem tido muito, tem sido o "primeiro pobre" do setor agropecuário, inclusive com perigo de extinção. Então, quer dizer, isso aí é muito triste. Agora, basicamente, pelo aspecto amazônico, digamos assim, temos alguns problemas, que fazem com que esta adição seja difícil. Por exemplo, plantar seringueira não é muito atrativo se existem marançais, reservatórios maciços de castanhais e você pode chegar lá e retirar esse material. Agora existe uma necessidade de se plantar castanhas, porque o castanhal mais famoso, por exemplo, os maciços mais famosos são os do Pará. Os do Sul do Pará estão com problemas sérios de devastação, por causa da extra-

da de Carajás, na Serra Norte, e os problemas das usinas que estão demandando carvão. E fora, logicamente, a própria ocupação daque-las áreas. Então, isso aí está devastando os castanhais mais conhecidos. A carência dos recursos naturais disponíveis, facilmente, tecnica, a tecnologia do plantio racional. Este é um dos fatores. O outro, que nós podemos colocar, será o período que as nossas culturas — seringueira, castanha, cacau, que levam para serem pagos. Por exemplo, a pimenta, por que todo o mundo gosta de plantá-la? Porque, no primeiro ano, ela já produz. No segundo ano, ela já está com dois terços da produção. E no terceiro ano, já está com a produção plena. Já até se pagou e em valor dela. Já a castanheira, leva-se seis, sete anos, a seringueira sete ou oito, e assim por diante. É outro fator que dificulta a adoção. Podemos até colocar, de algum modo, a tradição agropecuária. Hoje, as coisas começam a mudar. Não porque tenhamos mudado o conceito de extrativista, mas porque estão chegando pessoas do Sul, principalmente mineiros, paulistas, paranaenses, gaúchos, que têm tradição agrícola. Agora, o problema deles é o desconhecimento da tecnologia. Aí, sim, temos que fazer um trabalho pesado em cima de difusão de tecnologia.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Péres) — Com a palavra o Senador Mário Maia. (Peço ao Senador Nabor Júnior para ocupar o meu lugar.)

O SR. MÁRIO MAIA — O Dr. Botelho, praticamente, exauriu as nossas curiosidades. Mas eu queria, só me aprofundar na informação seguinte — é uma curiosidade, uma preocupação obsessiva, uma cachaça nossa — é a preocupação com as transformações dos seringais nativos em campos de pastagens, principalmente, lá no Acre. E o Sr. mostrou, ali, pelo mapa que as nossas terras são, quase todas, do Acre, de solos eutróficos, portanto, é uma área a ser estudada e rezoneada e remediadas com os espaçamentos bem especificados para cada grau de cultura; e a pecuária lá, estou vendo que, realmente, pela amostragem do solo, que tem uma alta capacidade para agro-silvocultural, está-se derrubando a mata para transformar a terra em pastagens. Principalmente, aquele solo lá, que o Sr. mostrou que, praticamente é a mancha maior que nós vimos, aí, de riquezas da Amazônia.

Então, eu estive há uns quatro anos, visitando a Embrapa no Acre, e os seus colegas me informaram, e eu, então, falei para eles da nossa curiosidade, se eles tinham algum estudo sobre o adensamento dos seringais nativos com espécies nobres, especificamente, a seringueira e outras espécies mais, que ocorrem junto com as outras. E deu a idéia de plantar, entre uma seringueira e outra, nas pernas de estrada, para adensar. Então, eles me informaram o seguinte: que eles já estavam fazendo essa experiência, só que não estavam plantando, estavam espelhando, e, identificavam as seringueiras próximas entre as que estavam em idade de corte e espelehan-

do-as daqui a uns anos de experiência. Estavam abandonando a experiência por causa de falta de assistência, apesar de ela ter dado resultados muito significativos, só com o espelhamento. De modo que eu queria saber qual a experiência do CEPATU nesse sentido, com referência à seringueira, adensamento da espécie com referência à seringueira e outras espécies nobres, como a seringueira, o mogno, o cedro, a itáubá, a macaranduba, o jatobá. Esta é uma pergunta. E a outra, referente às frutíferas, principalmente o cupuaçu, como o Sr. falou, eu estive, agora, também, no Rio Grande do Sul e o pessoal, lá, está muito entusiasmado com o plantio de cupuaçu, porque já está sendo criado, lá, acostumados a seringais e ao cultivo extrativista da borracha e, também, do plantio, ele é um entusiasta as polpas do açaí e do cupuaçu. O Senador Nabor Júnior conhece, o Alquimiar, que é muito interessado, ele é um sujeito simples, leigo, mas ele é muito interessado nas coisas da agricultura. Ele me falou o seguinte: que a economia, comparando a economia do extrativismo da borracha com a coleta do cupuaçu, por exemplo, e uma safra, lá naquela área, uma safra que importa de seis a oito meses, dá mais ou menos uma média de trezentos quilos de borracha, que dá, mais ou menos 360 cruzados por safra, que, dividido por doze meses, dá uma mensalidade de 29 ou 230 cruzados por mês para o seringueiro. E um pé de cupuaçu dá por safra, por ano, dez quilos, vendido a seis cruzados a polpa. Só na polpa, sem a semente. Então, dez pés de cupuaçu davam pela saca da borracha de oito meses de trabalho de um seringueiro. Eu fiquei, assim, muito curioso e admirado deste raciocínio de trabalho de um seringueiro. Eu fiquei com esse seu raciocínio e queria saber se corresponde mais ou menos à verdade com a experiência da Embrapa.

O SR. EMELEOCÍPEO BOTELHO — Em primeiro lugar, a nossa concepção, logicamente o Estado do Acre é um potencial enorme em termos de exploração agrícola no futuro, o seu problema é a própria posição geográfica em que se encontra, a dificuldade de escoar a produção.

Eu, particularmente, defendo que se faça estrada para o Pacífico, porque abre perspectivas muito grandes para se explorar aquela região com maior técnica e maior produtividade porque, de fato são as reservas dos nossos melhores solos.

Com relação, por exemplo, ao aspecto do extrativismo, acreditamos que existe espaço — como disse desde o início — para todos. No nosso manejo silvo-cultural; aí envolve castanha, envolve seringueira e envolve mogno, etc. temos mostrado com dados que quando não se maneja uma floresta, a sua produção é de 1m<sup>3</sup> por hectare/ano — a mata sem explorar — quando se explora a mata e não se faz manejo, logicamente custo zero, é meio hectare/ano; quando se faz o manejo, quando se derruba a mata, temos nossos dados que quando se derruba uma mata, no sistema seletivo, até 70m<sup>3</sup> por hectare, que dá uma exce-

lente rentabilidade, nós só mexemos com 47% da massa — tenho slides aí para mostrar exatamente uma floresta que foi mexida, 1 mil hectares, na Flora, que é a flora nacional do Tapajós, onde temos os nossos trabalhos de exploração florestal com máquinas pesadas, utilizando empilhadeiras, etc. Então, fizemos este manejo e que custa 22 dólares por hectare, esse manejo nada mais é do que você justamente como o Sr. está falando na linguagem é o espelhar é você limpar uma planta que está com bom desenvolvimento; é aquela que está atrapalhando, uma sombra de uma planta que tem baixo valor econômico. Esse manejo é eficiente e passa de 3m<sup>3</sup>, a partir de agora, por hectare/ano, o rendimento dessa floresta, com o custo de 22 dólares, que é muito baixo em relação ao volume de madeira.

Os nossos dados de exploração florestal acho que são muito bons e muito seguros. Com relação a isto, por exemplo, enriquecimento florestal, acreditamos que não só com seringueira, mas é possível que seja feito com seringueira. O conceito, hoje, moderno de extrativismo é que tem uma fase de ascensão, em termos econômicos ecologicamente é excelente, ninguém discute o aspecto ecológico, mas em termos econômicos e sociais tem uma ascensão, um patamar e um declínio. Esse patamar e esse declínio ficam em função do tipo de exploração que está sendo feita; é claro, por exemplo, que uma exploração de floresta no corte raso, esse período é muito curto. Numa seringueira que você corte, explora toda a seringueira e espolia completamente a planta e pode levar até a impossibilidade de reaproveitar, o espaço é um pouco maior, mas, tem limite; castanha seria maior porque é só a coleta.

Então, achamos que é um sistema que tem esses limites. A nossa idéia é para essas áreas e essas zonas, porque estaria havendo assentamento de produtores nessa base, e estamos tentado enriquecer para aumentar não só a produtividade desse período. Ele é plenamente válido não só com cupuaçu, não só com o timbó, por exemplo. O timbó é uma planta nativa da Amazônia que vai ter um potencial muito grande; já teve, no fim da década de 50, o IAN trabalhou muito com o timbó, para a produção de rotenona que é um inseticida natural; ele combate piolho de búfalo com uma precisão fantástica, largarta de milho. O timbó é rotenona pura que ataca apenas os animais de sangue frio. Só não ataca os de sangue quente; ele é imune aos bovinos, aves, etc.

No fim da década de 50, eu me lembro, ainda menino, no IAN tinha aquele monte de timbó; o Dr. Múcio, Dr. Rubem Lima, esse pessoal tinha. Com o advento dos inseticidas modernos, sintéticos, acabou o timbó. Assim como veio a fibra sintética, pensou-se que a juta ia acabar. Quando veio a borracha sintética, pensou-se que a borracha ia acabar. Com os corantes sintéticos, que são cancerígenos, e a poluição que os inseticidas estão fazendo, tudo isso faz com que esses produtos voltem à terra.

O Dr. Rubem, por exemplo, está com uma coleção fantástica. Ele está terminando a sua carreira de pesquisador lá conosco. Eu disse que vamos fazer uma homenagem para ele porque ele merece. O Dr. Rubem Lima disse à meia-noite do dia 31 de dezembro pendura as suas chuteiras, e nós vamos fazer uma festa de arrumba, porque ele merece, foi nosso professor. Ele fez uma coleção de timbó que é uma coisa fantástica, de toda a Amazônia, podemos dizer que nós temos no Cepatu uma grande parte das variedades de timbó.

Enfim, esse é um caminho, porque, veja bem, eu coloquei que toda essa confusão sobre a Amazônia é muita emoção, muita desinformação e muito interesse econômico por traz disso, muito grande.

Na verdade, o Brasil é um País que cresce, um País jovem, um País que está aí apavorando o mundo inteiro em termos de crescimento e tem alguém que tem interesse em brecá-lo. Nós temos que ter coragem para aceitar o desafio de não aceitar essas intromissões.

O SR. MÁRIO MAIA — Estou satisfeito com a resposta; queria só uma palavra final, sua opinião, porque tem sido muito polêmico isso, a preocupação com a exploração extrativista, borradá, castanha versus derrubada da floresta para campo de pastagens.

Como nós vimos ali no mapa, a maior mancha está lá no nosso Estado. Eu queria saber a sua opinião se realmente a vocação do Acre é agro-silvocultura, muito mais do que pastoril.

O SR. EMELEOCÍPEO BOTELHO — A atividade agrícola ou pastoril pode ser feita em qualquer área da região Amazônica, desde que seja feita com técnica. O Acre precisa, assim como o Amazonas — Rondônia já está fazendo, já está inclusivo bem avançado — do zoneamento. O zoneamento agro-ecológico de Rondônia está muito avançado. O que é preciso é que os Estados também participem disso, quicá os municípios. Porque quando se fala em zoneamento, todo pedólogo fala em que escala? 1:1 milhão, 1,2 milhões; alguém diz que isso não vai dar em nada, porque a melhor escala seria 1:30 mil. Os municípios e Estados têm que ter esta preocupação.

O Estado do Acre precisa urgentemente fazer o seu zoneamento. Ele tem terras fértilíssimas, que precisam ser aproveitadas. Seria uma tolice se colocar um extrativismo, se tem tanta área que pode ser explorada com esse extrativismo, que pode ser reservada para florestas, etc., e utilizar essas terras férteis para produção de alimentos básicos, arroz, feijão, milho, mandioca, soja, com tecnologia, com controle, com técnica de conservação do solo. Assim, consegue-se tornar essa terra produtiva durante um período muito grande. Nós temos competência para isso, precisamos apenas investir na pesquisa, precisamos saber que não podemos sucatear recurso humano na área de pesquisa, como está acontecendo. Na realidade, a Embrapa está; os nossos orçamentos são ridículos em relação ao que se tinha antes. Na época se investiu muito e devi-

do a pesquisa de maturação ser longa, o que se faz agora só aparece daqui a 3, 5, 10 anos. Para nós, lá, são dez anos. Então, na época em que tivemos os nossos melhores salários, estámos tendo hoje as nossas melhores colheitas. No entanto, estão se esquecendo de que estamos sendo sucateados, prejudicados no salário, em equipamento, em reposição, em investimento. Isso vai começar a aparecer daqui a 5 anos porque a nossa produtividade caiu. É preciso que se tenha sensibilidade para que a aplicação desse recurso seja contínuo. Veja bem, a solução do Acre, de Rondônia, do Pará é usar a técnica nas áreas, que são pouquíssimas, que respondem a essa técnica. Se a área é, por exemplo, pastagens, acho que devemos desenvolver. Talvez, no momento, não tenhamos a técnica pastoril, como o senhor fala, como desenvolver pastagens. Mas, com o trabalho que estamos desenvolvendo, tenho certeza de que teremos êxito em curto espaço de tempo e gerar tecnologia para esse aproveitamento agropastoril. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jarbas Passarinho, relator da comissão.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Professor Emeleocípeo, a sua palestra foi muito útil para nós.

Expondoaneamente o Senador Mário Maia, puxou a claque das palmas depois da sua exposição e nós aderimos a ela.

O senhor muito entusiasmado, naturalmente, com a Embrapa, pegou seus 5 ou 10 minutos para falar sobre ela e não sobre o Cepatu propriamente dito. Talvez por isso tenha prejudicado um pouco o que gostaríamos de ver, essa série de slides sobre o problema do Cepatu, especificamente nessa questão das pastagens degradadas. Mas, me preocupou, de inicio, uma referência numérica sua. O senhor falou sempre em 500 milhões de hectares. Nós tivemos, aqui, uma variação muito grande porque a Amazônia foi considerada com 260 milhões pela Sudam — Dr. Clara Paudolfo —; com 350 milhões pela FAO; Lúcia Pires se refere a 300 milhões e o IBGE se refere a 500 milhões, mas estes são para a pan-amazônia, para toda a Amazônia sul-americana, da qual detemos cerca de 60%, o que daria uma ordem de 300 milhões também. Então, quando o senhor se referiu àqueles 6% como sendo 30 milhões de hectares, ficamos em dúvida sobre esses valores. A primeira pergunta é por que o Cepatu trabalha com 500 milhões de hectares?

O SR. EMELEOCÍPEO BOTELHO DE ANDRADE — Esses 500 milhões de hectares são baseados no IBGE, em primeiro lugar; em segundo, é porque estamos trabalhando com a Amazônia legal. Estou admirado, pois a Amazônia legal é da Sudam.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Pois é, e esses dados são da Amazônia legal. Trabalha com a Amazônia legal e tivemos esses dados aqui. Na verdade, existe uma discrepância porque queremos trabalhar com a floresta, dentro da Amazônia legal, que não é

necessariamente a região Norte, pois esta tem mais do que floresta, tem cerrado, tem campos naturais, tem mata ciliar. Então, os dados fundamentais para nós seriam caracterizar quanto de floresta na Amazônia brasileira nós teríamos. E esses dados de floresta, como disse estão com números discordantes.

O SR. EMELEOCÍPEO BOTELHO DE ANDRADE — Nós temos um trabalho, que se chama Impacts Tecnológicos da Pesquisa Agropecuária na região Norte, em que esses dados podem ser bem avaliados. Vou deixar uma cópia aqui. Inclusive, ele expressa bastante esse assunto. Outro ponto em que gosta de dar uma contribuição, e vou mandar, é a tese do Dr. Ruma, que é sobre o Extrativismo Vegetal na Amazônia, uma tese de doutorado que foi recentemente concluída em Viçosa, e que eu diria ser o trabalho mais completo hoje sobre o extrativismo. Para se ter uma idéia, são setecentas páginas, que poderiam, inclusive, enriquecer o trabalho da comissão.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — O senhor referiu-se também a uma área de sensoreamento. O Cepatu trabalha com sensoreamento remoto?

O SR. EMELEOCÍPEO BOTELHO DE ANDRADE — Estamos iniciando, estamos querendo trabalhar junto com a Sudam.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Isso é o que ia perguntar porque a Sudam já tem a sua, baseada, em grande parte, no pessoal treinado pelo Inpe e seria interessante não fazer cada um por si porque é um recobrimento desnecessário.

O SR. EMELEOCÍPEO BOTELHO DE ANDRADE — A nossa equipe surgiu justamente da necessidade do pessoal do Inpe, que não tem conhecimento da região amazônica. O pessoal da Embrapa, por exemplo, o nosso pessoal de solo, esse pessoal de floresta, que conhece a região, teria condições, num trabalho conjunto, utilizando o mesmo material, numa equipe multidisciplinar e interinstitucional. Seria nesse sentido.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — A pergunta que o Senador Mário Maia lhe fez, que também me interessava desde o início, até na prévia que fiz para situá-lo na sua exposição, é com relação ao problema das pastagens. Uma das nossas tentativas de fazer aqui aquele balanço dos diversos tipos de política de ocupação na Amazônia era concluir se há cabimento ou não para a pecuária na Amazônia, fora dos campos naturais, a pecuária decorrente do desmatamento e cultura de pastagens. E falou em Felisberto Camargo. Não havia nascido, naturalmente, quando eu já lia as polêmicas do Felisberto Camargo, que foi um dos homens mais polêmicos e mais brilhantes que o Pará encaminhou, pois ele não era paraense, nem amazonense. Inegavelmente, ele defendia a tese da pecuária e naquele tempo não se admitia, mas ele admitia que a floresta podia ser desmatada para dar curso

a pastagem, e trouxe, se não me engano, o primeiro plantel de herefordshire.

Nós, até aqui, chegamos a uma conclusão, que foi essa levantada primeiro pelo Senador Nabor Júnior, depois pelo Senador Mário Maia, de que tudo é uma questão de zoneamento. Então, ganhamos este mapa que há poucos meses nos foi dado de presente pela direção da Embrapa, e nele se nota, inclusive, uma classificação bastante diversificada dos solos para a possibilidade de ocupação.

Esta região, aqui, toda, por exemplo, eles dão como absolutamente insuscetível de exploração, nem mesmo para o extrativismo. É uma área inundada, que ocupa grande parte do território da Amazônia e que tivesse que ser drenada provocaria, automaticamente, erosão futura.

Então, a Embrapa sustenta essa tese de que ali deveríamos ficar com o aquário para o gozo pictórico dos europeus, dos americanos etc. Então, podíamos reservar essa parte da Amazônia para eles.

Mas vejam que o Acre aparece exatamente com quase a totalidade da sua área ocupada por terras férteis, por indicação de solos bons. E volta a pergunta do Senador Mário Maia: o que poderíamos ter, numa vocação primordial, prioritária, para a utilização da terra no Acre? Ela seria mais, portanto, para a agricultura e, nesse caso, esbarraria automaticamente nessas campanhas que têm sido feitas, e o Acre se notabilizou, agora, ao não permitir derrubada da mata, as propriedades privadas passaram a não ter sentido a partir do momento em que o seringueiro, lá dentro, impede que ela seja utilizada para outra finalidade. Então, a pergunta é: a vocação do Acre seria mais para a agricultura do que para o extrativismo?

O SR. EMELEOCÍPEO BOTELHO DE ANDRADE — Acredito que pela vocação do solo, o Acre teria muito mais vocação para a agricultura do que até mesmo para a pecuária, porque os solos férteis, que são poucos, devem ser vocacionados para a produção de alimentos.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Conhecia esse mapa?

O SR. EMELEOCÍPEO BOTELHO DE ANDRADE — Eu conheço. É do Serviço Nacional de Saúde.

V. Ex<sup>o</sup> falou sobre Felisberto Camargo, dizendo que a floresta é derrubada etc...

O que nós estamos pensando é o seguinte. É possível que, agora, com esse estudo de sensoramento remoto possamos monitorar as áreas que, por exemplo, foram devastadas, degradadas com pastagens.

Os números não estão muito precisos ainda, mas acredita-se que esteja entre 6 a 8 milhões de ha de pastagens, de florestas derrubadas para fazer pastagens. Desses 6 a 8 milhões, em torno de 3 milhões, ou metade, no caso de ser 6, 3 milhões e, no caso de 8, 4, mais ou menos, estariam degradadas.

Só que estudos recentes da Sudam, com imagens de satélites ao sul do Pará — esse

documento, inclusive, está disponível — selecionando 28 fazendas, inclusive aquela do Rio Cristalino da Volkswagen, ele mostra que quase 17% dessas fazendas em que foram implantadas pastagens, apenas 17% estão com pastagens limpas, o resto, ou seja, a imensa maioria, está com pastos sujos ou muito sujos...

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Foram todos decorrentes de desmatamentos.

O SR. EMELEOCÍPEO BOTELHO DE ANDRADE — Todos. Chamamos de pastagem de primeiro ciclo aquela feita na mata, pastagem de segundo ciclo é aquela que nós vamos recuperar.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — É verdade que fora da possibilidade tecnológica de reparação, a utilização do braquearia resolve o problema?

O SR. EMELEOCÍPEO BOTELHO DE ANDRADE — Não. Deixe eu colocar alguns pontos. Nós deveremos ter entre 3 e 4 milhões de ha de pastagens que estão degradadas. Então, o que podemos fazer? Recuperar essas pastagens degradadas. Como? Basicamente, hoje, estamos convencidos de que tem que haver consórcios também com plantas perenes. Nas pastagens precisamos consorciar gramíneas e essas gramíneas consorciadas com leguminosas, também consorciadas. Para isso, estamos fazendo uma rede de testes. Nós temos um banco de hemoplasmas com mais de 200 forrageiras nativas e introduzidas que precisam ser testadas a nível dessas fazendas e consorciá-las, também — essas pastagens — capins consorciados com leguminosas também de diferentes espécies, para aumentar a diversidade com essências florestais.

Seria aquela linha que tínhamos colocado no início.

Assim, teríamos aí, pelo menos, 3 milhões de ha que é uma coisa muito grande. Esse é um ponto para pastagens.

Com relação às pastagens, é preciso que nós tomemos a planta perene. Plantas perenes, se diz que a vocação é a planta perene. Planta perene é alguma coisa que se formos somar todos dendê do mundo, toda a seringueira do mundo, todo o cacau do mundo, todo o café do mundo, todo o guaraná — aí seria aqui — castanha, castanha nós podemos decupilar o que se tem plantado hoje e pimenta, também. Isso tudo, somado o que existe no mundo, não chega a 6 milhões de ha.

Então, se formos pensar em termos reais de mercado, para se ter uma ideia, a cultura perene mais decantada no País é o café, nós estamos em torno de 3 milhões e meio de ha. Então se formos plantar, em termos de mercado, com certa segurança de competição de mercado, 200 mil ha de dendê seriam suficientes, 250 mil ha de seringueira seriam mais ou menos suficientes, já estariam com a nossa cota satisfeita, já iríamos ter problema de comércio; mais uns 50 mil ha de cacau, mais, talvez, uns 10 mil ha de pimenta. Enfim, se somarmos isso, não vamos chegar a 1 mi-

lhão. Se quisermos dobrar isso, teremos 2 milhões com alguns problemas já de mercado no futuro.

Então, 2 milhões de ha é muito pouco em relação à Amazônia. O futuro da ocupação da Amazônia não é tanta a perene, é a própria floresta em si que deve ser explorada de forma dos manejos que estamos desenvolvendo e que precisam ser urgentemente adotados: o manejo florestal efetivo, a utilização desses solos degradados com essas plantas perenes que já se aproveita toda uma área que já está limpa e não teríamos aquele custo amazônico que são os tópicos e a dificuldade de limpeza etc, que ficam muito fáceis, porque são capoeiras finas que podem ser tratadas com máquinas. O grande desafio, me parece, é a produção de alimentos. Esse me parece fundamental e devem ser reservados esses solos férteis.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Para não haver dúvidas sobre o problema dos números; vejam que o Inpe reavaliou, exatamente com o Departamento de Geociência do IBGE, toda a superfície da Amazônia Legal, e chegou a 4 milhões, 906 mil e tantos km<sup>2</sup>, o que daria 490 milhões de ha, para a Amazônia Legal. Os 260 milhões a que me referi da Sudam é só para a floresta.

Mas, como esses números variam de 260 milhões até 350 da FAO — não sei qual é a origem através da qual a FAO se serviu para isso — ficamos em dificuldade, na Comissão, de fazer uma relação de quanto desmatamento houve em relação à cota da superfície. Assim, preferimos dizer que ao invés de ter 7%, 10% da floresta, temos 7% da Amazônia Legal e 343 mil e tanto km<sup>2</sup> de desmatamento, dos quais os recentes são mais importantes. Mas, o seu número quando fala em 500 milhões de ha é da Amazônia Legal. Neste caso confere.

O SR. EMELEOCÍPEO BOTELHO DE ANDRADE — Quero colocar dentro desse tema, que nós do Cepat não estamos trabalhando nesses dados, porque a nossa pesquisa é mais tecnológica. Então, nessa parte, preferimos utilizar os dados do banco do Serviço Nacional de Levantamento de Solos, que é uma outra Unidade e neles confiamos.

Apreciamos utilizar os dados oficiais do IBGE; apreciamos utilizar, por exemplo, na área de floresta, também os dados do antigo IBDF.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — O IBDF trabalhou com 280 milhões de ha, também de floresta de lenha, mas também não deu fundamento.

O SR. EMELEOCÍPEO BOTELHO DE ANDRADE — Acredito que no futuro com o pessoal do Inpe e nosso lá na Sudam, com esses dados de monitoramento, no futuro teremos precisão nisso.

Acredito que no momento, a curto prazo, quem dará uma grande contribuição deverá ser os dados da Comissão que deverá trabalhar em cima disso.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Nós fomos objeto de uma sujeição no sentido de que pedissemos esses dados a duas áeras: ao IBGE para uma reavaliação e ao Projeto Radam Brasil, principalmente para o Radam.

O SR. EMELEOCÍPEO BOTELHO DE ANDRADE — Eu confesso a V. Ex. os nossos não têm a precisão, digamos assim, da Embrapa.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Quanto ao zoneamento, acho que esse dado é fundamental, se a Embrapa puder, daqui por diante, desenvolvê-lo.

Relativamente à exportação de madeira, a sua colocação é também voltada para a possibilidade dessa implantação ser feita de maneira seletiva. Sobre isso, a Sudam fez uma exposição muito interessante, principalmente em relação ao Centro deles de Santarém. O senhor fez uma referência ao ferro-guia e hoje é matéria bastante polêmica no mundo. Acabamos de ver que um Parlamento Europeu se reuniu e pretende boicotar a importação do minério de ferro do Brasil, de Carajás, sob o fundamento de que a Vale do Rio Doce estaria devastando a floresta amazônica. Hoje tudo é ecologia. De maneira que, daqui a pouco, não vamos fazer mais nada com relação a aproveitamento de solo que não seja com ecologia garantida.

Qual é a sua opinião sobre a exportação de toras?

O SR. EMELEOCÍPEO BOTELHO DE ANDRADE — Veja bem, não sou especialista na área.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Fora disso, quero a sua opinião como agrônomo, como cientista da área.

O SR. EMELEOCÍPEO BOTELHO DE ANDRADE — Depende de como é feita a exploração dessa tora.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Refiro-me à exportação. O que o senhor preferiria: exportar toras ou exportar o produto já manufaturado, já beneficiado?

O SR. EMELEOCÍPEO BOTELHO DE ANDRADE — Beneficiado.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Então, umas das causas do desmatamento da Amazônia está sendo a presença de serrarias clandestinas que já são contadas em mais de 2000 localizadas na área e, na medida em que o Brasil permite, como voltou a permitir agora, a exportação em toras, vamos ter um trabalho muito sério, porque essa exploração não será seletiva, será predatória. O senhor concorda?

O SR. EMELEOCÍPEO BOTELHO DE ANDRADE — Concordo plenamente.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Finalmente uma pergunta só por curiosidade a que o senhor atribui o malogro de Fordlândia e Belterra? Fiz essa pergunta ao Rubem Lima e há vários agrônomos que têm projeção no estudo do problema amazônico.

O SR. EMELEOCÍPEO BOTELHO DE ANDRADE — Acho que as tentativas de ocupação da região amazônica, o esforço que o poder público tem feito em criar programas, dos mais diversos, desde 1930 até recentemente, mais intensivamente nos tempos mais recentes, tem criado alguns problemas sérios para as culturas. Por exemplo, se tentou, de uma certa feita, na Amazônia, explorar cajú. Acredito que no caso da exploração de cajú na Amazônia, o cajú não tem culpa nenhuma, o cajú está bem, ninguém provou que ele não vai bem. Parece-me que houve um outro problema que não no aspecto de desempenho agronômico.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — O senhor está se referindo àquele malogro no agrisol?

O SR. EMELEOCÍPEO BOTELHO DE ANDRADE — Sim.

Tivemos, numa época, uma tentativa, e a pesquisa mostrou que o amendoim iria bem na região Amazônica, desde que feita a calagem e que o Estado pudesse participar de um programa de apoio a uma indústria de esmagamento de óleo de amendoim. Foi feito o financiamento para a indústria etc., e os agricultores ficaram na mão, porque malogrou o projeto industrial. Então, o amendoim levou uma culpa que não tem.

De certa feita, aconteceu algo semelhante com o maracujá. Uma empresa se interessou em comprar e em envolver os agricultores com maracujá. Os agricultores se frustraram, porque houve problemas outros que não o desempenho puramente agronômico ou econômico da cultura. A empresa, simplesmente, não honrou com seus compromissos. Hoje, por exemplo, temos a cultura do maracujá no Pará. Por quê? Porque há uma empresa séria, que é a Mafrutas, que desenvolve um programa sério em cima das comunidades produtoras de maracujá.

E, assim, há outros. Por exemplo, sabemos que a pastagem tem problema em qualquer parte do mundo. Por que não teria na Amazônia, com os solos pobres? Parece-me que as culturas estão levando a culpa, como o arroz do Jari. Um homem tão rico, como o Ludwig não conseguiu desenvolver um sistema de produção sustentável economicamente.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — O senhor se referiu ao arroz do experimento da Embrapa, com três colheitas, cerca de 4 toneladas cada uma, por hectare. O Ludwig, no Jari obteve duas colheitas de 4,5 toneladas por hectare. Entretanto, o custo de produção foi altíssimo, porque ele fez aquilo com tratores anfíbios, com tecnologia talvez até de ponta, que não tinha ainda o resultado.

Então, no caso da Icomi, atualmente, com o Projeto Jari nacionalizado, estão abandonando a cultura de arroz, porque ficou muito mais caro produzir do que vender. Então se tornou gravoso.

A minha pergunta é mais específica. O senhor está fazendo uma moldura para o que quero, na borracha, na seringueira?

O SR. EMELEOCÍPEO BOTELHO DE ANDRADE — Veja bem. O programa do Jari é semelhante ao do Ford. Mais ou menos tem as mesmas origens de homem rico, embora não sejam muito bem as mesmas, porque o Ludwig nunca plantou tanto arroz na vida dele, nem explorou celulose.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Mas o Ludwig trouxe pessoas altamente qualificadas, um oficial da Marinha para tratar da plantação.

Veja um caso. Quando começou a haver a devastação da gmelina arbórea pelas lagartas, houve um momento em que se pensou que todo aqueles 200 mil hectares que ele plantou com gmelina arbórea e com o pinus caribé iriam fracassar totalmente porque eles não contavam com a agressão do meio ambiente, e as lagartas começaram a destruir completamente as plantas que estavam nascedendo praticamente. Ele mandou buscar um entomologista que é Prêmio Nobel. Esse homem se plantou lá, no Projeto Jari, estudou o ciclo vegetativo e o ciclo animal da lagarta e fez com que a variação da plantação, da sementeira, se desse de tal modo que quando a lagarta passou a existir para atacar as folhas, já eram folhas da árvore adulta. Com isso, ele ganhou, porque a folha era consumida, a lagarta morria e ainda formava o húmus. Então, ele venceu aquele problema que parecia fatal.

Agora, o que se diz do Ford é que ele encarregou um oficial da Marinha.

O SR. EMELEOCÍPEO BOTELHO DE ANDRADE — O que eu queria colocar é que, nas plantações Ford, o problema me parece muito mais administrativo, como o próprio programa de arroz.

Quer dizer, isso é administração. Alguém que não faz um planejamento, não sabe quanto vai custar, quanto vai vender, é administrativo. Dá a idéia de que é para alguém ver a coisa e achar que está bonito, mas talvez até soubesse que a coisa ia dar nisso, não sei. Não chego ao ponto de dizer que tenha feito isso apenas para nós olharmos e dizer que ele estava investido. O problema é administrativo.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Ele conseguiu com o investimento ameaçar o monopólio inglês?

O SR. EMELEOCÍPEO BOTELHO DE ANDRADE — Voltando a sua pergunta inicial, a seringueira. Houve três problemas, um me parece que fundamental, administrativo, excesso de gastos para pouca produção; estratégia errada na escolha da área por desconhecimento da própria cultura, a nível Amazônico. Por exemplo, fala-se que o platô de Belterra e de Fordlândia é tão alto que o lençol freático é impossível ser atingido pelas raízes e com isso as plantas não conseguiram se desenvolver com grande exuberância. Sabemos, por exemplo, hoje, que micrônios estão diretamente relacionados com nutrição, e água é nutrição porque é quem dissolve os elemen-

tos. Então, as plantas estavam tão debilitadas que o ataque de microciclo foi terrível.

Quando nós temos, por exemplo, plantio na zona úmida, que se diz que não se pode plantar, se V. Ex<sup>a</sup> tem um plantio muito bem conduzido, muito bem adubado, o ataque de microciclos é muito menor. Parece-me que o que está acontecendo é que não se está utilizando as técnicas de cultivo que a pesquisa está indicando. Assim é com a pastagem também.

Veja, por exemplo, o caso de uma empresa séria que produz dendê. Os franceses instalaram lá a Denpasar e têm completo domínio tecnológico, desde os híbridos até a comercialização, o processamento final da clarificação do óleo.

Então, veja bem, doença, como eles colocaram, que o Ford atribuiu a microciclos, o problema dos microciclos houve, mas não foi o principal, jamais. Nenhuma doença inviabilizou qualquer cultivo em qualquer parte do mundo. Os franceses foram implantar a Denpasar. Quando eles estavam com 1500 hectares, houve um problema sério de anel vermelho, que é o nematóide que ataca a palmeira. De novo eles fizeram o seguinte: trouxeram seus dois técnicos melhores, aliás, não eram nem franceses, um deles era holandês, que também é outro país que detém grande tecnologia com o dendê, e conseguiram definir. Bem, quem é que está transmitindo o nematóide? É um besouro e uma borboleta. É só V. Ex<sup>a</sup> diminuir a população desses animais. Eles estavam na época com 7% de ataque, ou seja, eles derrubavam 7% das plantas. Estavam apavorados, conseguiram o quê? Pegaram aquela meninada toda ali das círcunvizinhanças de Santa Bárbara e pagavam por besouro e por lagarto. Conseguiram diminuir estupidamente a população e acabaram com o ciclo. Hoje está com 0,07% de ataque de anel vermelho. Isso aí é técnica, seriedade, é alguém que está acreditando no investimento.

Hoje nós estamos com um problema seriíssimo de novo. É o amadurecimento fatal do dendê. Porque primeiro, não sabemos o que é. Então, de novo, eles chegaram conosco, vieram com o Presidente da Embrapa e este, por portaria, disse que nós teríamos que resolver o problema. Tudo bem.

Concentramos o que tínhamos de recursos humanos na área de fitopatologia, de entomologia, de nutrição de plantas, melhoramento e hoje estamos com 23 projetos que cercaram o problema. Já conseguimos saber o que é. Porque o maior problema de uma doença é quando a gente não sabe o que é. Então conseguimos definir. Primeiro, parece se tratar, ou está com grande probabilidade de se tratar de um víróide, não um vírus, um víróide. Mobilizamos todo mundo, inclusive a Universidade de Brasília, com um especialista em microscopia eletrônica. Descobriu-se o víróide. Víróide não se transmite por inseto. Primeiro ponto. Então, estamos continuando com todos os nossos estudos com insetos, de Entomologia.

No entanto, nós desenvolvemos uma técnica de detecção precoce da doença, esse é

outro ponto. Quando não conhecemos a doença, nós temos que detectar com precocidade os sintomas para estirpá-la o mais rápido possível. Com isso, conseguimos diminuir tremendamente a doença. Eles estavam perdendo cerca de 100 hectares por ano. Hoje, apenas com essa precocidade dos sintomas, já estão começando a respirar aliviados.

Eu estou colocando aqui que não é doença. Microciclos não foi para o Ford, para mim, em Fordlândia, o crime.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — É uma coligação de fatores.

O SR. EMELEOCÍPEO BOTELHO DE ANDRADE — Mas de dois principalmente, administração e essa carência de água.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — E má localização.

O Dr. Alvim foi mais lacônico e até me surpreendeu, porque eu disse que tinha ouvido homens como o Dr. Rubem Lima e outros que me deram opinião muito parecida com a sua. E ele colocou apenas, respondeu aqui para nós: não, o problema foi o mal das folhas, foi o microciclo acabou." Então, se isso é real como sabemos que em um hectare nativo da Amazônia temos de duas a dez árvores, no máximo, ficaria explicado, pela falta de compactação, então, a doença não se transmite pela distância que ficava uma árvore de outra. A partir do momento em que se jogava num hectare 500, em vez de dois a dez espécies, então, automaticamente a epidemia se alastraria. Nesse caso nós perderíamos. Veja o porquê da minha pergunta, porque é uma conclusão a que nós queremos chegar. É possível fazer aqui cultura na Amazônia?

Então, com sua resposta sim, desde que se escolha o lugar adequado, portanto o nutriente será garantido e haja convivência com o mal das folhas.

Aproveitando a deixa, os Senhores conseguiram conviver com fusário em Tomé-Açu ou está totalmente perdida nossa localidade?

O SR. EMELEOCÍPEO BOTELHO DE ANDRADE — Veja bem, nós não conseguimos vencer o fungo. Estamos conseguindo o máximo...

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Porque em Tomé-Açu se perdeu e se erradicou 11 milhões de pés.

O SR. EMELEOCÍPEO BOTELHO DE ANDRADE — Estamos desenvolvendo, por exemplo melhoramento genético. Hoje nós temos algumas espécies não resistentes, tolerantes. O fungo ataca e extermínia...

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — O Senhor mostrou uma, mas eu notei que duas folhas estavam amareladas.

O SR. EMELEOCÍPEO BOTELHO DE ANDRADE — Não, mas ali não é fusário, porque não dá só em duas folhas, quando ele dá, ele dá em todas. Ele começa amarelando todas de uma vez e é fulminante.

Então veja bem, nós estamos atacando o elemento que é de melhoramento genético difícil e porque não temos variabilidade genética para isso. Sem variabilidade genética, não se tem melhoramento genético, porque não há como escolher. Temos que selecionar quem é melhor. Duas pessoas iguais, não se pode selecionar. Então, nós temos que ter variabilidade para fazer melhoramento. Agora estamos com 12, mas não temos detectado essa fonte de resistência.

Temos trabalhado em cima da proteção, da profilaxia. Temos que colher material de propagação de pimentais sadios; nós temos que tratar com fungicidas as estacas; nós temos que utilizar um nó com uma folha, em vez de três nós, porque quanto maior o comprimento da estaca, maior a probabilidade de haver a doença; nós temos que ter manejo, mais cuidado na poda; todo mundo sabe que o senhor não entra num aviário sem pisar num pé-de-lúcia e sem também se tornar certas proteções etc. Só na pimenteira que não, todo mundo entra. O trator entra, o caminhão com adubo entra, e sai, e não necessidade de proteção. Até a tesoura de uma poda que ele faz em uma planta doente e vai para outra, se transmite o fusário. Quer dizer, se ele levar um balde e colocar dentro de uma água para esterilizar... São esses os princípios que estão fazendo com que nós estendamos de cinco anos, para oito, nove anos. Agora erradicar não. Estamos convivendo de que maneira? É que antigamente eu perguntava para o produtor, quantas pimenteiras você tem? Ele dizia eu tenho 5 mil, eu tenho 10, 15, 20, 100 mil. Hoje pergunto quantas pimenteiras você tem? Ele diz de quantos anos? Porque eu tenho pimenteira de três anos; tenho tantas mil com três anos, tantas com dois etc. Ele diz: agora passo para o gado. Ele tem animais com idades diferentes. E outra coisa, isso não implica em que vá resolver o problema, o que está havendo é uma migração porque o solo fica infestado. Sairmos de Santa Isabel, passamos por Castanhal, entramos em Santa Maria, depois entramos para salinas. Enfim, estamos caminhando e saímos de Santa Isabel, atravessamos o rio Bujaru, fomos a Tomé-Açu estando por Acará, quer dizer existe todo um lastro.

Agora, a pimenta é uma cultura de tão boa expressão econômica que vale a pena investir nela.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Sr. Presidente, eu me dou por satisfeito. Cumprimento o Dr. Emeleocípeo Botelho de Andrade, a sua exposição foi muito valiosa para nós.

Agora V. Ex<sup>a</sup> parece que gostaria de sugerir ainda na reunião de hoje a possibilidade de uma prorrogação dos nossos trabalhos. Estou de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Determino à secretaria as providências necessárias para o expediente.

Agradeço aos senadores presentes, ao Dr. Botelho pela magnífica exposição que fez e

lamento apenas que a Embrapa não tenha nenhum estudo a respeito de pau-rosa.

Muito obrigado.

Nada mais havendo que tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 40 minutos.)

**13ª Reunião, realizada em 27 de Junho de 1989**

Aos vinte e sete dias do mês de junho do ano de mil novecentos e oitenta e nove, às dez horas, na Sala 2, Ala Senador Nilo Coelho, presentes os Senhores Senadores Leopoldo Peres (Presidente), Mário Maia, Jarbas Passarinho (Relator), Edison Lobão e Nabor Júnior, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a apurar as denúncias sobre a devastação da Hileia Amazônica e a participação estrangeira nessas denúncias. Presente ainda, o Senhor Senador Carlos Patrocínio. Deixam de comparecer, por motivo justificado os Senhores Senadores Aluizio Bezerra, Odacir Soares, Teotônio Vilela Filho e Ronaldo Aragão.

Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos da comissão e, solicita seja dispensada a leitura da Ata da reunião anterior que, logo após foi considerada aprovada.

A seguir, convida o Dr. Fernando Cesar Mesquita, Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis — Ibama, para tomar assento à Mesa.

Com a palavra o Senhor Senador Jarbas Passarinho, informa ao depoente que os trabalhos da comissão foram divididos em três fases, tendo concluído em um relatório parcial. Sugere, ainda, que a comissão solicite ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Departamento de Geociências, o valor correspondente à superfície coberta pela floresta amazônica: revestimento florestal.

Com a palavra o Dr. Fernando Mesquita inicia sua explanação tecendo algumas considerações sobre o que se devastou na Amazônia; Porque se devastou; De que maneira; Quais foram as áreas desvastadas; Onde ocorreram as queimadas e por que elas ocorreram. Finalizando, fala sobre as estradas e caminhos que mais contribuíram para o desmatamento.

O Senhor Presidente suspende os trabalhos por cinco minutos. Reabertos os trabalhos, passa-se à fase interpellatória quando usam da palavra, pela ordem, os Senhores Senadores Mário Maia, Nabor Júnior e Jarbas Passarinho.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença do Dr. Fernando Mesquita e encerra os trabalhos da comissão às doze horas e cinqüenta minutos e, para constar, eu, José Augusto Panisset Santana, Assistente da comissão, lavrei a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com o anexo da reunião.

**ANEXO À ATA DA 13ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO N° 10, DE 1989, DESTINADA A APURAR AS DENÚNCIAS SOBRE A DEVASTAÇÃO DA HILEIA AMAZÔNICA E A PARTICIPAÇÃO ESTRANGEIRA NESSAS DENÚNCIAS, DESTINADA A OUVIR O DEPOIMENTO DO DR. FERNANDO CÉSAR MESQUITA, PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS — IBAMA, QUE SE PÚBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO PRESIDENTE DA COMISSÃO.**

Presidente: Senador Leopoldo Peres

Relator: Senador Jarbas Passarinho

(Integra do Apanhamento Taquigráfico da Reunião.)

**O SR. PRESIDENTE** (Leopoldo Peres) — Havendo número regimental, declaro aberta a reunião.

Nós estamos hoje reunidos para ouvir o Presidente do Ibama, jornalista Fernando Mesquita. E antes de dar a palavra ao nosso convidado, passo a palavra ao Sr. Relator.

**O SR. RELATOR** (Jarbas Passarinho) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, jornalista Fernando Mesquita:

Nós já tivemos o prazer de vê-lo aqui mais uma vez assistindo a uma exposição, parece-me que do Ministro do Interior. E V. Sr deve ter notado que nossa forma de trabalhar, a escala que fizemos aqui se dividiu em três etapas: a primeira etapa era chegar exatamente a um número que fosse confiável em relação aos vários números apresentados como sendo aqueles que correspondem à chamada devastação da Floresta Amazônica.

Nós já chegamos a um número confiável, fizemos um relatório, a Comissão aprovou por unanimidade e esse relatório conclui que nós estamos com 7% da Floresta Amazônica abatida e queimada. Mas isso desde a descoberta do Brasil.

Nos monitoramentos feitos a partir dos anos 70, principalmente a partir de 73, esses indicariam realmente o número que o Inpe nos forneceu: de 5,12%. Foi o número que o Presidente da República utilizou. Mas como o Presidente disse que era desde Pedro Álvares Cabral, nós tivemos que naturalmente rever essa colocação com a introdução dos desmatamentos antigos.

No Estado que eu represento, por exemplo — eu ainda não tinha nascido —, a área do Pará foi objeto de construção de uma estrada de ferro de 200 kms apenas, entre Belém e Bragança. E como as máquinas eram a vapor, a alimentação era com madeira. Então hoje existe uma vegetação secundária lá. Isso, somado ao desmatamento que aconteceu no Maranhão ao longo da Belém-Brasília, depois da construção pelo Presidente Juscelino, dá um total de 92 mil km<sup>2</sup>. Somados aos 251, dá 343 mil e fração, consequentemente, e nós chegamos aos 7%, e não temos um referen-

cial sobre a floresta em si, porque todos os números são referidos, tanto os nacionais como os internacionais, à Amazônia Legal e não à Floresta Amazônica.

O esforço da Comissão para chegar aos números da Floresta Amazônica foi inconcluso, porque os números correspondentes à Floresta são extremamente variáveis.

A Dr. Clara Pandolfi na Sudam — e consequentemente a Sudam incorporou esse valor — fala em 260 milhões de hectares. O próprio Inpe, trabalhando com o IBDF nos primeiros levantamentos com os satélites Landsat, trabalhou com 280 milhões de hectares. Quer dizer, são 20 milhões de hectares de diferença.

Murça Pires pelo Museu Goeldi e a FAO, fala em 350 milhões de hectares de floresta. E o IBGE fala em 500. De maneira que nós ficamos aqui sem possibilidade de chegar a um número para ter o denominador e, em consequência, o quociente exato de desflorestamento da Hileia Amazônica.

Eu sugeriria ao Presidente, Senador Leopoldo Peres, que nós fizéssemos uma solicitação ao IBGE, no Departamento de Geociências, para que ele nos desse o valor correspondente à superfície coberta pela Floresta Amazônica: o revestimento florestal e não revestimento vegetal. Então, chegamos a uma conclusão. Chegamos à conclusão, também, dessa falácia da Amazônia como o "pulmão do mundo". Na Europa isso é muito difundido. Ainda recentemente recebi recortes de jornais americanos, de uma jornalista que conheci quando eu era Ministro da Educação, que mantém correspondência comigo, e lá está de novo o problema do "pulmão do mundo", o que é um equívoco muito grande. Mas vai ser difícil desmistificar essa versão, porque não temos tido uma publicação nos jornais brasileiros e estrangeiros a respeito dos trabalhos que a Comissão realmente realizou.

Se fosse para dizer que o Presidente da República se enganou, porque em vez de 5% seriam 50% desflorestado da Amazônia, hoje estaria no mundo inteiro. Mas como o número variou apenas de 5 para 7, chegou aí uma Sr. desse grupo dos ecologistas "xiitas", desembocou no Rio de Janeiro e disse que estava no Brasil para preservar o que resta da Amazônia. O que resta da Amazônia são apenas 93% de toda Floresta.

Bom, então, depois chegamos ao problema do efeito estufa. E o efeito estufa nós temos uma contribuição. Mas essa contribuição, embora em valor absoluto seja considerável, é de 336 milhões de toneladas de carbono que nós jogamos pelas queimadas do Brasil, e não apenas da Amazônia, na atmosfera.

Os povos industrializados, sozinhos, jogam 5 bilhões de toneladas por ano.

Bem, então, nós chegamos à terceira fase do nosso trabalho, que é fazer um balanço das diversas políticas de ocupação da Amazônia, não vamos remontar ao período de colonização, mas naturalmente desde a criação da Spvea, graças à iniciativa de Leopoldo Peres, quando fez a introdução na Constituição de 46, da obrigatoriedade da União de jogar 3%

da receita tributária no desenvolvimento da Amazônia. Nenhum Presidente da República cumpriu isso. Nem antes, nem depois de 64. E aqui ficou, no Congresso, o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, ficou dormindo aí, jamais foi aprovado.

Então, depois passamos para os incentivos fiscais, a política dos incentivos fiscais. E, dela chegou ao período do Presidente Geisel com a introdução do Pólo Amazônico. Isso seria uma idéia de fazer pólos de desenvolvimento que iam aumentando a sua área de influência de tal modo que depois se interseccionavam entre si, consequentemente, a Amazônia inteira estaria desenvolvida.

Hoje, nesta oportunidade, a questão de analisar os projetos, pois os grandes projetos são acusados de terem sido objeto de devastação mais intensa da Amazônia.

Para o leigo, a declaração inicial, por exemplo, que se fez um incêndio tão grande que o satélite detectou, isso causa realmente um grande efeito, insisto, para o leigo. Para nós aqui que chegamos à conclusão de que 15 metros ou 30 metros de um incêndio que são detectados pelo Landsat ou pelo satélite meteorológico Noa. Então nós sabemos que isso aí é um pouco de exploração também.

Então, agora, a posição fundamental é saber como compatibilizar esse desenvolvimento auto-sustentado da Amazônia sem deprezá-la. O que coloca, portanto, o seu instituto numa posição privilegiada para uma opinião de como devemos evitar os erros do passado e participar — que é o ponto de vista hoje da comissão — de um processo de desenvolvimento de maneira que nós tenhamos na Amazônia a utilização de suas diversas vocações: uma vocação agrícola, uma vocação pecuária, uma vocação florestal, silvicultura... Então, queremos muito ouvir — eu tenho horror do tratamento de V. S.º, mas quando eu chamo senhor aqui a taquigrafia depois corrige; eu vou passar para V. S.º — V. S.º a respeito exatamente dessa política que nós deveríamos adotar. Seria muito útil ouvir a sua experiência.

**O SR. PRESIDENTE** (Leopoldo Peres) — Concedo a palavra ao jornalista Fernando César Mesquita.

**O SR. FERNANDO CÉSAR MESQUITA** — Sr. Presidente, Leopoldo Peres; Senador Jarbas Passarinho; Senador Nabor Júnior; Senador Mário Maia; Senador Edison Lobão; minhas Srs., meus Srs., gostaria de ser bastante objetivo, pragmático nessa minha exposição mais uma vez que autoridades pessoas que têm uma responsabilidade muito maior e um conhecimento muito mais profundo, histórico e técnico, da realidade Amazônica, sem falar no sócio-econômico já aqui passaram e fizeram uma análise, uma avaliação histórico sócio-econômica, política da realidade Amazônica no passado e se desdobraram sobre um exame das perspectivas para o futuro.

Gostaria de me deter mais, como salientou bem o Senador Jarbas Passarinho, num tema mais objetivo: o que nós pretendemos fazer? Porque eu acho que é o objetivo desta CPI

é encontrar essas alternativas, como bem salientou o senador, de desenvolvimento econômico que possam compatibilizar a preservação ambiental com a procura da melhoria de condições de vida da população da Amazônia através do incremento da agricultura ou mesmo da industrialização. Esse realmente é o grande desafio que está posto para toda sociedade brasileira e para as pessoas de responsabilidade que estão interessadas efetivamente em encontrar soluções objetivas para o problema da Amazônia.

A respeito do tema "devastação", tenho me manifestado em todos os fóruns dos quais eu participei em debates e entrevistas, que considero importante se discutir o que se devastou na Amazônia, a partir da avaliação dos porquês. Por que se devastou? De que maneira se devastou? Como se devastou? Quais foram as áreas devastadas e por que se devastaram nessas áreas? Onde o senhor observou uma incidência maior de devastação? Onde ocorreram as queimadas e por que elas ocorreram? E quais foram as estradas e os caminhos que foram os mais favoráveis ao desmatamento?

Acho que nós temos que aprender com o que se fez de errado. Acho que esse é o caminho mais certo. Então, estamos interessados em saber por que é que se devastou, por que é que se queimou, e como se queimou, para evitar que se cometam no presente e no futuro os mesmos erros.

Somente analisando as causas dessa devastação, por que ela ocorreu e da maneira como ocorreu, é que nós poderemos procurar acertar no futuro. Esse tem sido o meu ponto de vista, permanentemente.

Com relação ainda à devastação, tenho os números de 1988, que não sei se já foram aqui apresentados, e seria repetitivo falar a respeito deles. É sobre os números que nos foram fornecidos pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Esse instituto tem um convênio com o Ibama, e através desse convênio ele desenvolve, oficialmente, essas pesquisas, esse levantamento, através de satélites, de sensoriamento remoto, do que se passa na Amazônia. Inclusive eles desenvolveram tecnologia, soft sofisticados, que poderão inclusive fazer previsão de safras, mostrar o estado de rigidez da floresta, da mata. Há, realmente, uma programação muito sofisticada que nós estamos convenientemente com eles a aplicação prática para a Região Amazônica, dentro dessa idéia de procurar saber a realidade, mas também procurar encontrar formas de no futuro não cometer os mesmos erros cometidos no passado.

Então, estamos querendo ter esse aporte tecnológico, aproveitar de todas as maneiras, o que existe em termos de tecnologia voltada para o desenvolvimento econômico e para o monitoramento à fiscalização de áreas como a Amazônia.

De acordo com o levantamento feito pelo Inpe, o levantamento de 1988, para todos os tipos de vegetação encontrados na Amazônia, em 1988, foram queimados cerca de

121.000km<sup>2</sup>, ou seja, 2% da área de 4,6 milhões de quilômetros quadrados, localizados na Amazônia Legal, abaixo do Equador.

Esse levantamento foi feito com a utilização do Satélite Noaa e, cuja detecção não passa da linha do Equador. Mas o que existe acima da linha do Equador, é muito pouco, comparativamente, e não são áreas onde se observa costumeiramente a ocorrência de incêndios ou desmatamento.

Então, este aqui é o cálculo abaixo do Equador. Esses dados foram monitorados pelo projeto de sensoriamento remoto das queimadas, por satélites, executado pelo ex-Instituto Brasileiro do Meio-Ambiente, juntamente com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, com base nas imagens do Satélite Noaa IX.

Estimou-se que cerca de 40% das áreas queimadas correspondem a desmatamentos recentes; chegaram a ser detectadas num único dia até oito mil e quinhentas queimadas. E, por Estado, levantaram-se os seguintes dados: Em Mato Grosso detectaram-se 49 mil quilômetros quadrados de áreas atingidas por incêndios ou 5,6% da área total monitorada no Estado, sendo que 27,6 mil quilômetros quadrados foram identificados em áreas de cerrado e 27,1 mil quilômetros quadrados nos domínios da floresta densa. No Estado do Tocantins detectaram-se 26,1 mil quilômetros quadrados ou 19,7% de áreas atingidas pelo fogo. Em Rondônia 19,1 mil quilômetros quadrados ou 7,49%. No Pará identificaram-se 14,9 mil quilômetros quadrados ou 1,2%. No Maranhão, 7,1 mil quilômetros quadrados ou 1,9%. E no Amazonas 1,3 mil quilômetros quadrados ou 0,1%.

Esse dados do ano passado, detectados pelo Satélite Noaa IX e confrontados no campo por amostragem, por equipes técnicas e da fiscalização do IBAMA. Para detectar os efeitos das queimadas em períodos anteriores, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente tem procurado se valer de informações oriundas de convênios assinados pelo antigo IBDF com as Universidades Federal do Paraná e do Rio de Janeiro e com o próprio Instituto de Pesquisas Espaciais, através do Programa de Monitoramento da Cobertura Florestal do Brasil, que vinha fazendo uso de imagens multiespectrais e multitemporais do Satélite Landsat. Então, passo aqui esses dados para a Comissão.

O que nós temos procurado fazer e realizar a partir da criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente é exatamente procurar encontrar formas que nos permitam uma ação objetiva muito direta para encontrar saídas, soluções para o problema da ocupação econômica da Amazônia.

Nós sabemos das dificuldades que a região atravessa, sabemos dos problemas; às vezes as pessoas falam muito em Amazônia, porque passam uma semana em Manaus ou três dias visitando o Museu Emílio Goeldi em Belém ou fizeram turismo em Santarém ou foram ver o garimpo lá em Itaituba.

A Amazônia, todos os Senadores, que aqui integraram esta Comissão sabem muito bem, tem várias "amazônias". Aqui mesmo — não

é nem mais a Amazônia — mas aqui na Região do Pantanal estive recentemente participando de um seminário onde cientificamente se comprovou que existem 13 espécies de pantanais dentro do Pantanal em Mato Grosso do Sul e em Mato Grosso. Imaginem na Amazônia!

Cada Estado tem suas características, quer dizer, cada região tem as suas propriedades, tem os seus ecossistemas bem diferenciados, seus biomas.

Então, é muito fácil falar em Amazônia e apresentar soluções milagrosas para a Amazônia, apresentar propostas às vezes até demográficas.

Mas a realidade da Amazônia ainda é conhecida na dimensão necessária, para que se faça de maneira honesta, de maneira objetiva uma programação de Governo para a região. A menos que queijarmos incidir nos mesmos erros que foram cometidos no passado.

Tenho a certeza de que há muitas pessoas bem intencionadas, pessoas sérias, pessoas dedicadas que têm manifestado suas opiniões, têm apresentado propostas sobre a Amazônia, mas de maneira empírica. Porque as pesquisas científicas lá na Amazônia, lamentavelmente, não têm merecido o apoio governamental imprescindível a que elas não sofram solução de continuidade.

Nós temos universidades muito boas na região, nós temos o Impa, nós temos o Museu Goeldi, nós temos a Embrapa, nós temos, enfim, entidades particulares que têm trabalhado e procurado desvendar os mistérios da Amazônia. Nós temos cientistas fora da Amazônia que têm também dado uma contribuição importante nessa busca, nesse trabalho de procurar conhecer a Região, sair do discurso e encontrar realmente soluções que sejam adequadas à realidade da Amazônia.

O Governo Federal, através do Programa Nossa Natureza procurou objetivar ações na Região, estimulando pesquisas na Amazônia, coordená-las e sistematizá-las dentro desse propósito de procurar o chamado desenvolvimento sustentado. Nós acreditamos que os projetos de lei os decretos que foram editados pelo Presidente da República e os projetos de lei encaminhados ao Congresso vão nos ajudar bastante na procura dessas soluções. Nós dividimos a questão em duas etapas, que acredito que são realmente importantes para o começo dessa discussão.

Nós temos que ter meios de controlar a devastação. A devastação existe, talvez ela não tenha as proporções gigantescas que são apresentadas, que são divulgadas. Mas a devastação existe e ela é um fato na Amazônia. O conflito de interesses econômicos está presente no País, como um todo, mas também muito presente na Amazônia, até pelas carac-

Então, nessa preocupação básica, através do programa Nossa Natureza, sendo o Ibama, que é o executor dessa política, é, em primeiro lugar, conter a devastação. E o Presidente da República, quando assinou o decreto que suspendeu os incentivos fiscais, Sua Excelência tomou a primeira providência, deu o primeiro

deu o primeiro passo, no sentido de mudar radicalmente a orientação da política que vinha se executando na Amazônia a partir da década de 70, que era o incentivo, o estímulo oficial a que se fizesse a ocupação econômica da área, de maneira que considero hoje, pelo conhecimento que adquiri do assunto, dos debates que participei, dos documentos que li, foi, realmente, uma ocupação desordenada. Ela não foi precedida das avaliações, das pesquisas, dos estudos que deveriam ter sido feitos para que se executasse um programa adequado na região. Havia uma preemência, uma decisão política de se fazer aquela ocupação, havia aquela famosa e velha história de internacionalização da Amazônia, o que não acredito, porque o Brasil, realmente, é um País muito grande, é um País poderoso, é um País que tem uma população muito consciente, é um País que tem, realmente, hoje, uma gente muito aguerrida que jamais aceitaria — defenderia de armas em punho — qualquer tentativa de internacionalização da Amazônia, como já se defendeu o território nacional em fóruns internacionais em outras oportunidades.

Não desconheço, eu conheço o livro do Professor Artur Cezar Ferreira Reis, conheço outros documentos, e sei que ao longo da história houve manifestações de cobiça da região amazônica; houve aquela história da hileia, e o Amapá foi francês durante muito tempo, e sempre há no mundo aquela idéia de transformar a Amazônia em uma grande reserva para os países desenvolvidos que estão desenvolvendo tecnologia sofisticadas, principalmente no campo da biotecnologia, da engenharia genética, que sonham em preservar a Amazônia para que no futuro suas pesquisas possam ser realizadas e eles possam tirar da amazônia tudo o que necessitam em termos de tecnologia, até mesmo para mudar, pela engenharia genética, muito do que se faz já em termos de agricultura e na Medicina, porque a biodiversidade que tanto se fala e que pouco se conhece, realmente, é muito rica na Região Amazônica. Então, há essa idéia de cobiça. Mas há, também, essa história de internacionalização, acho que nenhum brasileiro, até o próprio caboclo da Amazônia pega o rifle dele e a sua espingarda e não deixasse que isso acontecesse.

Acho que isso é um discurso um pouco político, às vezes transcende, passando um pouco pela paranoíta. Mas a minha tese é essa. Realmente o Brasil é grande demais, é um País muito consciente, hoje, da sua territorialidade, e da sua soberania e, jamais, principalmente as Forças Armadas, admitiriam nem de longe, que isso acontecesse. Não vejo nenhum país em condições de promover essa internacionalização. O mundo hoje tem tantos problemas para enfrentar, esses países estão com tantas dificuldades que não teriam muito como chegar a elaborar ou a executar qualquer programa que visasse a internacionalização da Amazônia.

O que nós temos, brasileiros, realmente, é, de maneira competente e inteligente, fazer es-

sa ocupação de maneira ordenada e através de uma grande discussão, que não houve na década de 70, quando, dentro daquele *slogan* Integrar para não Entregar: se fez aquela ocupação desordenada, que deveria ter sido precedida de um ordenamento territorial, de um zoneamento agro-ecológico, de um levantamento profundo da realidade da região.

Portanto, nossa preocupação no Instituto, executando o programa "Nossa Natureza" é conter a devastação. E o decreto do Presidente Sarney, ao suspender os incentivos fiscais para projetos agropecuários na área da floresta, foi um divisor de águas. Ele mudou toda a orientação que vinha sendo seguida. Foi, realmente, o documento mais importante que se fez no Governo em termos de Amazônia, suspender os incentivos fiscais. Há uma crítica de que esse decreto não retroagiu, não alcançou os projetos que estavam aprovados. Até acho que poderia se fazer isso, mas acredito que o primeiro que entrasse na Justiça ganharia e iria, inclusive, firmar uma jurisprudência complicada, que seria perigosa para o próprio Governo dentro do seu projeto de proteger a Amazônia. Então o Governo, ao suspender os incentivos até que se fizesse o zoneamento que houvesse um estudo maior, ele mudou, radicalmente, a orientação que vinha adotando na amazônia e tomou outras providências. Recebi ordens do Presidente da República de executar fielmente a legislação ambiental brasileira: as resoluções do Conama, o Código Florestal, tudo o que estivesse na legislação que fosse de modo a preservar, não cair no exagero de impedir que se fizessem projetos razoáveis, projetos racionais que não fossem agride a natureza. Mas, a aplicação da lei era indispensável para que se conseguisse conter esse processo de devastação. E é o que nós temos feito, não obstante as pressões, os jogos de interesses que têm se manifestado, mas nós estamos cumprindo rigorosamente o Código Florestal e as resoluções do Conama dentro dessa proposta de se conter essa devastação. Ao mesmo tempo paralelamente, se desenvolvem pesquisas visando a criar essas alternativas tecnológicas que permitam o desenvolvimento sustentado, que permitam que o homem que está hoje na Amazônia mexendo com a agricultura e pecuária possa fazer o chamado uso múltiplo da floresta. Não só o manejo florestal, mas também possa ter pesquisas, possa ter estudos e projetos de viabilidades econômicas, e também incentivos, para que possa desenvolver alguns projetos que melhorem o aproveitamento da castanheira, que possam aproveitar os frutos da amazônia, as resinas, as essências e as plantas medicinais de uma outra maneira. Porque se fala muito nisso. Há algumas instituições de pesquisas na Amazônica que desenvolveram pesquisas, que foram só até um determinado estágio. Então, todos aqui conhecem a variedade de frutas, o sabor, a diversidade das frutas da Amazônia. Mas para você, de repente, sair da exploração agropecuária extensiva para localizar o seu negócio na exploração de frutos ou de resinas ou de essências isso vai a uma grande, principalmente em termos de ma-

croeconomia, que é o que vem se observando na Amazônia.

Então, é preciso que essas pesquisas alternativas, principalmente como as que mencionei, do uso múltiplo da floresta, tenham continuidade, inclusive através de uma decisão política. Porque a Sudam, até então, só estava preocupada com projetos agropecuários. Era a política do incentivo de qualquer maneira; era arrancar dinheiro de tudo o que era lado de qualquer maneira. Então, não havia essa preocupação em estimular esse chamado uso múltiplo da floresta, biodiversidade da floresta. Então, agora, é que está se tentando fazer isso, mas não é fácil, porque as decisões, os Srs. Senadores que são legisladores sabem disso, ou entre se votar uma lei, a lei ser sancionada e ela ser, efetivamente, cumprida e as suas determinações praticadas, vai uma grande distância, porque se tem que ter o enfrentamento com a realidade econômica, com a realidade política e fazer isso num cípó de interesses econômicos conflitantes.

Assim, essa mudança, a partir da suspensão dos incentivos fiscais, ela foi importante. O que nós queremos agora, é, através do desenvolvimento dessas pesquisas, fazer com que o homem da amazônia, o empresário da Amazônia tenham condições de mudar o rumo dos seus investimentos. Agora, isso não é fácil. O que é que está-se fazendo para procurar encontrar resposta a essa indagação? Dentro do programa Nossa Natureza, que foi encaminhado ao Congresso e já foi aprovado um projeto de lei que cria a Comissão Coordenadora de Pesquisa da Amazônia, vinculada à Secretaria de Ciência e Tecnologia da Presidência da República. Essa Comissão coordenadora de pesquisa ela vai coordenar e sistematizar o trabalho dos órgãos de pesquisas existentes na Amazônia, e vai, de alguma maneira, orientar essas pesquisas no sentido de se procurar, exatamente, essas alternativas tecnológicas, vai procurar ter recursos que permitam aos pesquisadores continuar o seu trabalho, porque há uma decisão política de se fazer isso.

É preciso, agora, implementar, administrativamente, fazer a execução dessa proposta, desse projeto de Governo. É preciso, efetivamente, haver seriedade nesse trabalho de pesquisa, porque sem essa pesquisa, sem esse estudo acurado, esse estudo objetivo, sem demagogia do que realmente há na floresta, de como se pode explorar isso, não vamos chegar a nada. E, se realmente não houver uma fiscalização, um controle permanente da sociedade, dos Parlamentares, das entidades ambientalistas, isso vai cair no vazio.

Então, claro muito por essa participação da sociedade nesse processo de fiscalização dos projetos, das propostas e das ações do Governo. É importante também — e acredito que é pensamento das pessoas que estão envolvidas com essa Comissão — que haja essa participação bem importante da comunidade científica e dos grupos ambientalistas. Porque há, no Governo, algum preconceito em relação às entidades ambientalistas, principalmente porque elas são muito cársticas, às

vezes, são muito críticas e, em nome do partidarismo ou de algum tipo de preconceito ideológico, as pessoas não prestam muita atenção ao que os ambientalistas têm dito. Mudei um pouco essa política do Governo e passei a ouvir mais os ambientalistas. Para minha surpresa, tirando a capa de demagogia, começando a discutir seriamente com eles, se vê que há propósitos nobres, há conhecimento, há experiência, eles têm a vivência do que está acontecendo no local, têm um interesse muito maior do que, às vezes, o próprio Governo, porque estão acompanhando dia a dia. Tenho um exemplo do professor Carnilo Viana, do Pará, figura muito interessante e muito rejeitado na área do Governo, achavam que ele era muito radical. Comecei a conversar com ele e seu grupo e vi que, na verdade, ele podia ter uma ou outra idéia que não fosse condizente com a realidade do Governo, mas, em termos regionais, em termos de conhecimento e de vivência da área, as propostas dele eram muito saudáveis e deveriam ser examinadas melhor. A partir daí, mantivemos um diálogo e estamos procurando, inclusive, seguir algumas recomendações que ele têm nos feito através de conversas pessoais e através de documentos. Temos analisado sugestões, não só as dele, mas de todos os outros grupos que estão empenhados na questão da preservação ambiental, não só na amazônia, mas no resto do País.

Estamos excluindo o aspecto político-partidário. Se há uma proposta boa, se notamos que as pessoas estão interessadas, se têm boa-fé, se estão imbuídas do propósito de colaborar, encontrar o melhor caminho, estamos aceitando suas sugestões.

Recentemente, no Parque Nacional das Ermas, fui procurado por um grupo de uma cidade próxima ao parque que estava interessado em colaborar, em fazer um estudo, em mobilizar pessoas, fazer pesquisas, atuar na área de incêndios. Sugeri, então, que fizéssemos um convênio. Eles se recusaram por se tratar de um bispo do PT. Fui lá e conversei com o padre e vi que, na verdade, ele podia ser do PT, do PC do B, grupo trotskista, do MR-8, mas naquilo que era importante para mim, que era a questão ambiental, que era a preservação, ele estava unido conosco, estava pensando da mesma maneira. Fizemos o convênio com ele e está dando resultado. Na hora da solenidade do convênio apareceu uma freirinha que fez um discurso um pouco demagógico, mas fazia parte, não tinha muito a ver, a maioria das pessoas percebeu que o discurso dela não estava relacionado com o que estava se fazendo ali. O convênio tem dado resultado. Temos sustentado essa prática no País inteiro, porque sem essa participação da sociedade, na verdade, todos sabem que será muito difícil se chegar a um resultado.

Portanto, estamos atuando nessas duas linhas, a linha de conter a devastação, através da legislação e de medidas objetivas. Fizemos um programa emergencial de prevenção e combate a incêndios na Amazônia. No dia 27 de janeiro juntei todos os técnicos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente numa reunião

onde se discutiu abertamente a questão das queimadas e disse que iríamos fazer o possível para evitar as queimadas. Perguntei o que seria possível fazer para reduzir essas queimadas, dizendo que iria tomar todas as providências acauteladoras, tornar as iniciativas de governo, uma vez que não adianta ficarmos depois explicando por que houve a queimada. Devemos é fazer um plano bem racional, bem estudado, para evitar que o desmatamento se faça, como se fez no passado, e que tenhamos o dissabor de ficar justificando erros cometidos pelo Governo, como sempre acontece.

Fizemos essa reunião e, em trinta dias, ficou pronto o Plano Emergencial de Prevenção e Combate a Incêndio na Amazônia, porque — as pessoas que aqui estão conhecem a Amazônia — sabem que lá não ocorre o incêndio florestal propriamente dito. Ocorrem queimadas, toca-se fogo, desmata-se e depois toca-se fogo. Não é como o ecossistema do cerrado ou da mata atlântica que, no período de seca, facilmente se incendeia. Dizem que aqui, no cerrado, até o atrito dos galhos provoca processo de combustão espontânea, levando à ocorrência de incêndio. Mas, na Amazônia, é tocando fogo mesmo. As pessoas vão lá, desmatam e depois, com tochas, fazem o que acham o que devem fazer.

Esse plano ficou pronto no final de fevereiro. Numa reunião que houve do programa Nossa Natureza, em Manaus, apresentei, com a nossa equipe, o detalhamento do Plano Emergencial de Prevenção e Combate a Incêndios. Acredito que isso foi em março, quando houve a reunião com todos os governadores da Amazônia. Apresentamos o plano usando recursos de slides, transparências e todos aprovaram. Pedimos a colaboração dos secretários estaduais do meio ambiente. Bom, o plano está pronto. Temos, agora, condições de fazer o possível para evitar que as queimadas ocorram da mesma maneira como ocorreram no passado. Procuramos o Inpe e, com o Márcio, que é o seu Diretor, acertamos formas de, através da utilização do sensoriamento remoto, termos condições de acompanharmos melhor os desmatamentos e queimadas. Chegamos a acertar um novo convênio, começar a desenvolver um software para fazer esse tipo de pesquisa, procuramos o Ministério da Aeronáutica, o Ministério do Exército, o Ministério da Marinha e todos se manifestaram interessados em colaborar.

Plano feito, tudo acertado, resta o quê? O dinheiro necessário à execução. Hoje, pela nova Constituição, qualquer remanejamento orçamentário depende de aprovação do Congresso Nacional. O Governo está de mãos atadas. Pode-se ter dinheiro para comprar flores, porque está no Orçamento, mas para combater queimadas e o desmatamento não se pode utilizar o dinheiro destinado à compra de flores porque é vedado pela Constituição. Tivemos, então, que mandar um projeto de lei ao Congresso pedindo um crédito extraordinário de 8 milhões. Antes de se chegar a essa solução de mandar o projeto, tentei de todas as formas dentro do próprio Governo encontrar uma forma de termos esses recur-

sos para esse trabalho, porque o tempo ia passando e precisávamos agir imediatamente. Sabíamos como agir através da fiscalização, através do controle das autorizações de desmatamento de pessoal. Pela experiência do passado, onde queimou, desmatou, sabíamos onde iam ocorrer os problemas. Estava tudo levantado. Passou quase um mês para sair a mensagem ao Congresso. O Congresso passou dois meses para votar essa mensagem dos 8 milhões. Finalmente, votou. Foi à sanção do Presidente da República. Estamos dependendo, agora, que a burocracia do Ministério do Interior e a Seplan faça um decreto orçamentário para que esse dinheiro possa ser liberado. Então, de janeiro a julho começaremos a pensar no assunto. No começo de julho acho que ainda não teremos o dinheiro, os 8 milhões, para o Plano Emergencial de Prevenção e Combate a Incêndios.

Não paramos. Utilizamos nossos parcos recursos, as nossas disponibilidades muito precárias, treinamos pessoal, desenvolvemos uma campanha sistemática de guerra psicológica na Amazônia, passei a viajar à amazônia toda a semana, ocupando todos os espaços de rádio e televisão, dizendo que o Governo iria prender quem tivesse praticando o desmatamento. Utilizamos todas as técnicas possíveis de comunicação para ver se segurávamos o desmatamento. Em alguns casos até que deu resultado porque os madeireiros de Tucuruí me procuraram, dizendo que os caboclos não querem cortar, queimar, porque estão com medo de ser presos. Já foi algum resultado, porque não acreditávamos muito que a máquina administrativa fizesse a coisa funcionar como nós esperávamos.

Portanto, estamos com o nosso plano emergencial, que já foi modificado várias vezes e o tempo vai passando e as nossas ações devem ser modificadas, porque agora já não temos tanto tempo. Vamos agora dar um curso de como fazer Plano Emergencial de Combate ao Incêndio, porque muitas modificações foram em função da realidade que estamos enfrentando. Então, esse é o tipo de problema que temos a enfrentar na Amazônia.

Outro problema que é muito desagradável é a falta de meios. A Amazônia Legal, uma região de quatro, quase cinco, milhões de quilômetros quadrados e não temos helicóptero, avião, embarcação, veículos adequados, sistema de telecomunicações adequado, não temos nada. Sabemos que não é só através da busca, não é só com as alternativas de exploração econômica, oferecendo essas alternativas, que vamos resolver o problema. Podemos ter os melhores projetos de alternativas econômicas, vamos ter condições de viabilizar esse Governo ou o outro, viabilizar grandes projetos com a utilização dos frutos da Amazônia, mas vamos ter sempre o madeireiro desonesto, o pecuarista desonesto, o que também acontece em todos os outros setores da sociedade, pois haverá sempre gente interessada em depredar, em fraudar, em enganar, em burlar, e nós não temos a mínima condição de fazer frente a esse tipo de adversidade, a

esse tipo de confronto que vamos ter que ter. No momento, não temos a mínima condição.

Estamos deslocando fiscais com grande dificuldade, temendo que até mesmo os recursos para pagar as diárias não existam, é, portanto, uma guerra muito desigual. O que estamos procurando fazer agora? Estamos procurando estruturar o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente, dentro de uma idéia moderna, dentro de uma idéia de agilidade, de desburocratização, de descartorialização, para que esse órgão, essa entidade, nasça já com uma concepção completamente diferente da que existia nos órgãos anteriores e estamos procurando também criar condições para que os funcionários que ali trabalham tenham efetivamente condições de fazer o trabalho da melhor maneira possível, pois não podemos exigir de um fiscal que ganha cem cruzados no interior do Pará, que ele seja um grande padrão de honestidade pois ou ele se rende à pressão das pessoas desonestas ou ele vai ser assassinado, perseguido.

Um sujeito que ganha cem cruzados por mês, passa um caminhão cheio de madeira cortada irregularmente e dá um mil cruzados para ele... isso acontece na Bahia, em toda parte. Nossos fiscais ganham uma miséria. Não estou dizendo, e tenho repetido isso, que o fato da pessoa ganhar mal queria dizer que ela vai ser desonesta, porque temos aí o trabalhador brasileiro que ganha muito mal, mas não podemos dar à pessoa que ganha muito mal responsabilidades que estão muito além das possibilidades que ela tem de resistir a esse tipo de pressão.

Esse é um problema grave que temos e mais grave ainda porque a Seplan está criando dificuldades nessa nossa pretensão de melhorar as condições salariais de nossos técnicos e de nossos fiscais.

O Presidente criou uma autarquia, fez o Instituto dentro da idéia e fez exatamente uma instituição moderna, com autonomia administrativa e financeira. A Medida Provisória, aprovada no Congresso por unanimidade, por um acordo de Liderança, foi a primeira que se fez com esse aceito, ela criou uma autarquia em regime especial, que tem condições de pagar melhor, pois as outras autarquias em regime especial também pagam melhor e a idéia foi exatamente essa, mas a Seplan com a mentalidade ultrapassada, daspiana, miúda, não está entendendo o problema ambiental. Tenho mostrado que se o Presidente da República vai para a televisão e diz que o problema do meio ambiente é uma prioridade e digo que reconhecemos que o Governo cometeu erros e que agora vai mudar e que estamos empenhados todos em alterar isso, em criar novas situações, em criar uma nova realidade, se há um esforço comum, se o Presidente diz que o básico é fortalecer institucionalmente os órgãos do meio ambiente. Como iremos fortalecer órgãos do meio ambiente se não temos condições de pagar, de remunerar adequadamente as pessoas que estão trabalhando? É a mesma coisa que assobiar para elefante.

Então, isso não tem cabimento, e a Seplan está adotando uma atitude que não tem nada a ver com a realidade. Acho até uma espécie de sabotagem ao Presidente quando eles começam a agir dessa maneira.

Esse é um problema realmente grave. Pensamos muito nas grandes alternativas, nos grandes projetos, nas formas de macroeconomia e às vezes esquecemos do fundamental, pois são as pessoas que vão trabalhar nisso. O Senador Jarbas Passarinho me viu divulgar várias experiências de governo, e todos os grandes projetos de governo fracassaram porque as pessoas que estavam executando não eram adequadas, não estavam motivadas, e lá embaixo ninguém estava dando a mínima, ou então a sociedade não concordava com o que estava propondo.

Então, temos essa experiência e estamos procurando transmitir esse conhecimento, essa experiência para ver se conseguimos mudar. Há um empenho a nível de Governo, no Palácio do Planalto, para se resolver esse problema, mas a Seplan está resistindo burocraticamente, como se nós tivéssemos não querido fazer uma coisa séria. Esse é um problema que vai sempre existir e espero que não exista nos próximos governos.

Temos essa realidade e temos também o problema da pecuária, que precisa ser visto com muito cuidado na Amazônia. Está provado, e não aqui os números, mas está comprovado que a pecuária não é a melhor solução para a maioria das áreas da Amazônia.

Realmente, o custo-benefício é quase nenhum, tem sido um problema que tenho enfrentado, principalmente na terra dos meus dois amigos Mário Maia e Nabor Júnior, que é essa tentativa de expansão da pecuária. Sei que os Estados, principalmente o Acre, precisam resolver o problema do abastecimento, pois as estradas são difíceis, ficando interrompidas; eles querem ter auto-suficiência, o que está certo do ponto de vista político-administrativo e econômico, mas há uma reação realmente no País e no mundo inteiro contra essa idéia de se expandir a pecuária. Fico revoltado quando vejo derrubar uma árvore para colocar boi, acho que isso realmente não tem cabimento, mas também estou consciente de que não temos no momento ainda como oferecer essas alternativas a essa exploração econômica.

Acredito que já falei bastante. Tenho aqui o depoimento por escrito, pois achei que se fosse ler isso aqui seria muito cansativo. Estou à disposição dos Senhores para qualquer pergunta. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — A reunião está suspensa por cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Está reaberta a reunião. Concedo a palavra ao nobre Senador Mário Maia.

O SR. MÁRIO MAIA — Sr. Presidente, Sr. Relator, Jornalista Fernando César Mesquita, gostaria de focalizar somente uma parte. Podemos colocar cronologicamente o devastamento na Amazônia no nosso conceito pes-

soal antes de 1970 e de 1970 para cá, porque a partir de 1970 foi introduzido um instrumento novo nas artes das derrubadas, quando então se passou a utilizar as motos-serras. A motos-serra fez uma verdadeira revolução no processo de desmatamento, e de lá para cá começaram a ser empregados outros métodos de desmatamento como correntão, os desfolhantes, para facilitar a morte lenta, de modo que, a partir dessa data, a Amazônia passou a ser agredida com uma velocidade crescente e exponencial. Verificando-se, pelos depoimentos que obtivemos nesta Comissão, o desmatamento concernente à Amazônia tem uma velocidade lenta, progressivamente crescente até 1970, e de lá para cá passou a ser acelerado e criando essa situação alarmante de agora. Juntamente com esse instrumento, houve, também, uma política de ocupação — como foi evidenciada por V.Ex<sup>a</sup> — durante os Governos chamados militares, que ocuparam esse período excepcional de autoritarismo. Podemos, assim esquematicamente, fazer uma verificação que houve ao longo de uma década — de 1970 a 1980 — três tentativas fundamentais de ocupação da Amazônia pelos diferentes Governos que passaram e, naturalmente, com a ansiedade patriótica; todos ocuparam da melhor maneira possível, como foi dito por V.Ex<sup>a</sup> em que havia aquele slogan: "Integrar para não Entregar" — essa preocupação de todos nós fez com que houvesse esse açoitamento de uma ocupação desordenada, tendo um efeito natural, predatório. Então, nós podemos dividir, assim, nas três fases: a primeira fase é aquela preocupação — parece-me que foi no Governo Médici — de fazer a Transamazônica com a finalidade colonização da parte meridional do Pará, do Amazonas e do norte de Mato Grosso — a parte meridional da calha amazônica. Com um projeto estudado, assim, de efeitos sociológicos e tirar um grande contingente de pressão sócio-econômica do Nordeste e assentear ao longo dessa estrada para desafogar o Nordeste e diminuir os minifúndios improdutivos do Nordeste, assentando, aí, essas famílias, onde seriam dados lotes. Esses lotes variavam de tamanho — em torno de 70 hectares. Então, parece-me que esse projeto não foi incentivado. Lembro-me, até, que na época, o Jornalista Amaral Netto fez várias reportagens sobre a Transamazônica e as primeiras ocupações e plantações como a cana-de-açúcar, etc. Mas o Governo seguinte verificou que esse sistema de colonização, através dos seus técnicos, não dava certo, porque faziam os minifúndios, não dava a produção desejada e, onde se pretendia implantar em torno de 100 mil famílias, foram implantadas apenas 10% do que se pretendia, e não resultou nos benefícios que se esperava. Entretanto, daí, nessa fase, verificou-se que o desmatamento que era esperado, com essa preocupação numericamente grande devido ao número, não ocorreu em virtude de ser feito de uma maneira familiar, até ocupando pouco a motos-serra. Mas o machado era usado. O Governo seguinte viu que isto não dava certo. Passou para os grandes projetos pastoris ou agropecuários,

que se implantaram, também, nessa parte. E ai começaram as grandes empresas nacionais e multinacionais a serem incentivadas e, com os incentivos fiscais, a ocuparem a terra. Disso, também, onde se pretendia fazer uma vasta criação de gado, com dois milhões de cabeças de gado, com mais de dois mil empregos, resultou em fracasso devido à incapacidade dos órgãos em fiscalizar os projetos. Acerca disso, em reuniões de ambientalistas, nós ouvimos um depoimento do Dr. Glando, do IPEA, onde ele, realmente, faz um relato muito dramático dessa situação, dizendo que os meios precários de fiscalização levaram a deixar prometeram e receberam os financiamentos e as parcelas que eram financiadas em três etapas — para se desmatar, queimar e, depois, cercar e fazer a pastagem e fazer o plantel de gado. Passaram-se mais de 8 anos sem ser fiscalizado, com o recebimento das parcelas adequadas. Inclusive, me falam até — não sei se era piada de camarada — que havia certos lugares em que a fiscalização era feita de avião. E onde havia áreas de pedras, eles diziam que era gado — não sei se isto era verdade.

Outra, também, que me contaram aqui foi que tomaram emprestado — o gado fazia deslocamento de plantéis de uma área para outra — para, na hora da fiscalização, usarem a justificativa do plantel. Não sei se é verdade. Mas o fato é que, realmente, resultou em fracasso, com uma grande depredação da natureza, um grande desmatamento que, depois, foi deixado abandonado. E, uma terceira fase, já no fim do Governo — parece-me que foi no Governo em que o Ministro do Interior era o Sr. Mário Andrade, em que teve o célebre e polêmico projeto das madeireiras, onde se começou a falar na designação das áreas para a exploração auto-sustentada da Floresta Amazônica — tirando as espécies nobres — para se vender e, na época, falava-se numa área de 50 milhões de hectares, uma área mais ou menos equivalente à área da Bahia, e que seria objeto de exploração sobre contrato de risco com o Governo para se explorar a madeira. Falava-se na época em pagar uma parte da dívida externa com a madeira. A esse respeito foi até mandado um projeto aqui para o Congresso, um projeto muito polêmico na imprensa, que não teve sua tramitação normal.

Então, feita esta consideração, perguntamos se nessa preocupação, que foi dada de uma maneira genérica — e nós vemos se o Governo está preocupado — nós devemos acreditar nas boas intenções do Governo. Louvamos a atitude da direção do Ibama em estar procurando os ecologistas e os ambientalistas, porque têm muitos, por assim dizer, extremados e até apaixonados. Mas, também, há o outro lado, que acha que se deve fazer terrorismo contra os ecologistas, como eu vi um deputado nosso, lá no Acre, dizer para um grupo de ecologistas: "Vocês, aqui, se continuarem com esse negócio de ecologia, eu vou fazer terrorismo antiecológico" — um parlamentar disse isto para uma pessoa! Então, temos que pensar nesse termo. Desses pa-

xões extremas, tiramos a média e vai o racional. Realmente, temos que chegar a um objetivo final. E, de agora em diante, acho que esse problema da preocupação com preservação da natureza veio para ficar, porque está criando uma consciência nacional, desde as crianças nas escolas até as universidades, e o povo, que, foi também, sensibilizado, acordou para isto. Queria saber se o Ibama está fazendo uma revisão nesses projetos porque, também, tem o meu aprovado. Achei muito significativa essa parte da suspensão dos incentivos fiscais. Porque, ao mesmo tempo em que ele estava sendo um elemento de depredação e ocupação desordenada, estava sendo, também, um objeto de especulação e até de desonestade. De maneira que se não fosse por outra coisa, deveria se levantar por isto, porque muitos abusavam, como foi dito aqui. Para se fazer uma revisão é só voltar a usar essa sistemática, quando houver capacidade para fazer uma fiscalização rigorosa. Se o Ibama está fazendo essa revisão, se o Ibama está nesse programa, que está havendo aqui na Comissão Coordenadora das Entidades da Amazônia — e que, realmente, eu acho muito interessante ao que V.Ex<sup>a</sup> fez referência e a Corpam que vai fazer a coordenação dos órgãos de pesquisa da Amazônia, e se há um incentivo, um pensamento de planejamento em fazer bancos de espécies para reflorestamento depois de um zoneamento adequado, se há, também, uma preocupação do Ibama de se fazer um inventário, convocando cientistas zoobotânicos para fazer um inventário — retomar o que os nossos cientistas nacionais e estrangeiros iam fazendo, mas que, ainda, está por dois terços da Floresta Amazônica para ser classificada — estudada as suas propriedades físicas, econômicas e farmacodinâmicas — se há intenção de se fazer isto, o que pensaria o Ibama? O pensamento não é nosso, mas de outros ecologistas de há dez anos. Orlando Valdez já defendia essa tese da desapropriação da floresta densa da Amazônia, partindo do raciocínio de que aquela floresta é uma coisa da natureza, ninguém a plantou. Então, primitivamente, a floresta densa foi ocupada de uma maneira aleatória, seria possível se pensar no momento dessa dramaticidade uma desapropriação da floresta, pelo menos por um tempo determinado numa espécie de moratória, até que se fizesse esse levantamento a partir depois de racionalizada à questão, zoneada dentro das vocações de cada região, voltar a explorá-la racionalmente. Isto não é novidade, porque os ingleses fizeram isso no século passado, na Índia e na Birmânia, como estava havendo um deslocamento acentuado naquelas paragens do trópico úmido, o inglês, que é a pátria do capitalismo e do colonialismo moderno, teve a coragem, embora fosse colônia, mas tinha muitos proprietários, de desapropriar a floresta, e passar a ser um domínio do Império britânico, e só fazer bem programa específicos, estudados pela União. Se há neste momento, alguma possibilidade diante das pressões econômicas de toda ordem que recebemos, essa disposição para trabalharmos juntos nessa

idéia e fazer uma desapropriação, pelo menos temporária, da floresta densa, compacta, até se fazer um inventário de sua natureza.

Eram essas as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Concedo a palavra ao Dr. Fernando César Mesquita.

O SR. FERNANDO CÉSAR MESQUITA — Senador Mário Maia, Sr. Presidente, Sr. Relator, vou começar dando o meu ponto de vista a respeito da última pergunta. A Constituição brasileira declara a Amazônia, a floresta amazônica da mesma maneira que o Pantanal, a Mata Atlântica e a área costeira como um patrimônio comum do povo brasileiro. Eu acredito que o Congresso Nacional deverá estar pensando em regulamentar esses dispositivos, porque somente através, não sei se é o caso de uma lei complementar, ou uma lei ordinária, vai-se exatamente dizer o que é o patrimônio natural, o patrimônio comum, que é que se pode fazer dentro de uma área, que é considerada patrimônio comum, patrimônio natural. Acredito que isso é uma questão que, certamente, vai passar por avaliação do Congresso Nacional. Nós poderíamos trabalhar também num projeto de lei nesse sentido, mas achamos, como está na Constituição, o Deputado Fábio Feldmann e os ecologistas do Congresso, os verdes do Congresso, que fizeram essa emenda, que fizeram esse capítulo na Constituição, estamos aguardando que haja alguma iniciativa da parte dos Congressistas, para evitar um projeto do Poder Executivo nesse sentido.

O SR. MÁRIO MAIA — Qual é a idéia da desapropriação?

O SR. FERNANDO CÉSAR MESQUITA — A idéia da desapropriação teria que passar primeiro por essa definição do que é o patrimônio natural, do que é patrimônio comum, para você não tomar uma medida, que depois tivesse de ser revogada ou questionada, aí entrássemos numa polêmica estéril. Então tem essa regulamentação do que é o patrimônio natural, o patrimônio comum do povo brasileiro, e que a floresta Amazônica passou a ser. Agora há um convênio entre o Ministério do Interior e a FAO para que se promova um zoneamento agroecológico-econômico da Amazônia. Através desse zoneamento, vai se definir o que é a área de preservação permanente, área intocável, intangível, o que é área de conservação, o que é área de exploração, e aí aparece esse detalhamento, o que é área de pecuária, o que é área de agricultura, área de mineração ou área de povoação. Enfim, somente através desse zoneamento agroecológico-econômico, através do ordenamento territorial, é que vai se poder fazer, tomar então alguma medida mais objetiva. Mas agora esse zoneamento vai demorar. Esse zoneamento não vai ser feito, logo. Para esse zoneamento, até o final, para ser concluído, terão que ser dispendidos 200 milhões de dólares para fazer o zoneamento agroecológico-econômico da Amazônia, com o perfil de solo, a avaliação de microclimas, bacias e microbacias, precipita-

ção de chuvas, que é realmente um zoneamento agroecológico-econômico. Não é só a imagem do satélite não, nem a imagem da aerofotogrametria. A aerofotogrametria não é suficiente, então tem que ter um trabalho de raiz se fazer isso. Isso vai demorar, isso é coisa para 5 anos, se houver, no mínimo e se houver dinheiro. Acho que o mais importante agora é se definir, não sei se por lei complementar ou por projeto de lei, o que é realmente o patrimônio cultural ou natural e se dizer o que é que se pode fazer. Porque nós poderíamos, o Presidente da República poderia assinar um decreto, desapropriando toda área de floresta densa, que segundo a professora Clara Pandolfo seria da ordem de 280 milhões de hectares. O Senador Jarbas Passarinho deve saber bem melhor sobre esse números, mas seria da ordem de 280 milhões de hectares. Poderia fazer-se um decreto, agora não sei se seria um comportamento mais adequado. Poderia ser muito simpático fazer isso. O Presidente assina um decreto, porque ali são áreas de terras devolutas da União. Não sei se seria por af.

Em relação à revisão de projetos, não podemos revisá-los do ponto de vista econômico. O que podemos fazer é exigir que para a implantação deles sejam atendidas todas as disposições legais do Conselho Nacional do Meio Ambiente, das resoluções do Conama e também do Código Florestal. Isso é o que estamos fazendo. Não queremos de maneira alguma prejudicar a iniciativa privada, nem brecar o desenvolvimento da Amazônia. Queremos apenas que se compatibilize esse desenvolvimento com a rígida observação do equilíbrio ecológico.

O SR. MÁRIO MAIA — Quero esclarecer a minha pergunta. Há no IPEA e na Seplan técnicos que fizeram relatórios, mostrando claramente que muitos projetos não cumpriam a rigor o contrato. Então, supõe-se que haveria a possibilidade de uma revisão para ver se foi cumprido e fazer a devida indenização ou a restituição. Surpreender o empresário que fez uso indevido ou empregou aquele recurso noutra atividade para ser resarcida à União ou à Sudam, por intermédio do órgão que fez o contrato, aqueles que não cumpriram o contrato. Pode ser feito, porque há denúncia de que há vários projetos que receberam o dinheiro e não foi cumprida a sua finalidade. Haveria possibilidade de se fazer essa verificação?

O SR. FERNANDO CÉSAR MESQUITA — Concorde, nobre Senador. Acho que se deve fazer um levantamento não só no que diz respeito aos projetos da Amazônia, mas também aos projetos de reflorestamento e a todos os outros projetos em que o Governo jogou o dinheiro do contribuinte, da dedução do Imposto de Renda do projeto de Fizep, do Finor de Finan. Acho que se deveria fazer uma grande auditoria em todos eles. Iríamos ver o volume de desvio que houve. Mas acho que seria muito difícil fazer isso. Creio que na área da Sudam, ela poderia perfeitamente promover

isso. Não caberia a nós, não seria da nossa competência, tomar essa iniciativa, mas a Procuradoria-Geral da República, quem sabe o Ministério Pùblico, poderia tomar essa iniciativa ou a Sudam. Acho que seria muito bem-vinda fazer essa auditoria para saber se realmente os recursos foram aplicados nos projetos aos quais eram destinados e se foram aplicados da maneira como se previa nos projetos aprovados. Acho essa idéia muito boa. Creio ser muito difícil a sua execução, mas seria um tema para discutir.

O SR. MÁRIO MAIA — Por último, só para ficar esclarecida a pergunta anterior, sobre o zoneamento que vai levar 5 anos, acho que até mais anos, porque terá que se classificar tudo, mas enquanto não se fizer, quais são os planos de emergência — V. Exª falou que em janeiro pediu dinheiro, e estarmos em julho, e não saiu o recurso e chegamos na época das queimadas. Começaram as derrubadas para queimar em agosto, principalmente nesta área aí que estamos nos referindo, àquela área do sul — quais as providências de emergência para se evitar essas queimadas iracionais ou derrubadas iracionais, inconsequentes queimadas?

O SR. FERNANDO CÉSAR MESQUITA — Há alguns meses que estamos engavetando tudo quanto é projeto, o que é possível engavetar de pedido de desmatamento. Sabemos que a partir do desmatamento que se vai fazer a queimada. Desde que assumi que há uma orientação a todas as delegacias para segurar os pedidos de desmatamento. Agora se chega a um ponto que não podemos segurar. É absolutamente impossível, do ponto de vista legal, negar, porque teríamos que mudar a lei. Mas o que é possível fazer através de portaria, através de interpretação, estamos segurando. Mas há um limite para se segurar esse desmatamento porque a pessoa está coberta de razão, do ponto de vista legal, e não podemos fazer nada.

O SR. MÁRIO MAIA — Uma última pergunta bem específica do Acre.

Recentemente estivemos no Acre — fomos visitar um delegado do Ibama que foi agredido, porque um homem que estava exigindo rima para um desmatamento que estava havendo. Ele aplicou a lei e sofreu um atentado; foi agredido a coronhadas por 3 pessoas e que, segundo os jornais, os noticiários, seria a mando de alguém. V. Exª tem conhecimento de que foi aberto inquérito? Chegou-se a alguma conclusão dessa agressão?

O SR. FERNANDO CÉSAR MESQUITA — Foram agredidos, o Dr. Paulo Benicaz, (?), que é o Delegado Superintendente do Instituto, em Rio Branco, e o José Rente Nascimento, que é do Programa Integrado de Áreas Extrativistas e Áreas Indígenas. Eles multaram uma madeireira de propriedade do Sr. Jorge Moura, que é o Presidente do Sindicato dos Madeireiros do Acre, que já havia ameaçado, publicamente, o Rente e foram, barbaramente, espancados.

Foi aberto um inquérito pela Polícia Federal, um inquérito, aliás, muito malfeito, mas o nosso Ouvidor, o Dr. Torriane, que é também um Delegado da Polícia Federal, esteve lá e o Superintendente da Polícia Federal, no Acre, avoucou o inquérito e está corrigindo as falhas, as omissões processuais que o Delegado, que estava com o inquérito, permitiu que se fizessem, por omissão, ou por responsabilidade ou por decisão eu não sei. Então, está próxima a conclusão desse inquérito e deve-se pedir a prisão preventiva do Jorge Moura. Agora, o problema — não é um problema do Acre, é problema do Brasil inteiro — da falta de cumprimento da Legislação.

Lamentavelmente — isso aí eu acho até um pouco delicado dizer — mas algumas pessoas indicaram, principalmente políticos, principalmente o PMDB, para ocupar cargos de Superintendente do extinto IBDF ou da DEPE, pessoas que tinham mais compromissos com a desvastação, com o desmatamento, com os grandes projetos fictícios do que a preservação ambiental.

Hoje, eu estou tentando mudar esse quadro e nós nunca aceitamos indicações de pessoas que não sejam pessoas comprometidas com essa ideia, porque nós tivemos, realmente, em alguns Estados, onde os Superintendentes Regionais não passavam de prepostos dos madeireiros ou dos fazendeiros. Eu não sou contra madeireiro ou fazendeiro, mas dos que são honestos e que fazem o que realmente é devido fazer. Isso no País inteiro. Nós temos aí essa desvastação, em Minas Gerais, desse pessoal que mexe com carvão, e desvastação no Pará. No Brasil, hoje, as florestas estão praticamente...

O SR. NABOR JÚNIOR — No Amazonas, o fato é absolutamente verdadeiro.

O SR. FERNANDO CÉSAR MESQUITA — Então, nós estamos aguentando as pressões, mas como há o respaldo do Presidente, nós estamos conseguindo segurar as nomeações inadequadas, estamos trocando as pessoas que não seguem essa orientação.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Só para esclarecer um ponto.

Eu já tive ocasião de telefonar para o Dr. Fernando Cesar Mesquita, denunciando um elemento do Ibama, em Itaquatiara. Não é verdade?

Com a palavra o Senador Nabor Júnior.

O SR. NABOR JÚNIOR — Dr. Fernando Cesar Mesquita, Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Senador Mário Maia, a CPI da Amazônia, que tem a presidi-la o ilustre Senador Leopoldo Peres, como eminent Relator o Senador Jarbas Passarinho, além de analisar os aspectos relacionados com a desvastação da Amazônia, ela também está buscando alternativas para o aproveitamento racional da região, seu desenvolvimento racionalizado com a preservação da ecologia. E, dentro desse enfoque, entendemos que a atividade extrativista da borracha, da castanha, é preservacionista, porque ela não importa no desmatamento. Mas, segundo informações que tenho recebido da minha região, que é o Acre, essa atividade está

sendo relegada a um segundo plano pelo Governo. Até a existência da Sudhevea, e quando o Banco da Amazônia exercia a política de controle da borracha, comercialização e financiamento para os seringalistas, essa atividade teve uma época de franco desenvolvimento, ocupando uma mão-de-obra não qualificada que vivia no centro dos seringais. Mas, de um certo tempo para esta parte, essa atividade, paulatinamente, foi sendo abandonada... pelo Governo, não só pela falta de financiamento, como também até de incentivos para que melhorasse a qualidade de vida do homem que se dedicava a essa atividade. Eu pergunto, então: após a criação do Ibama, consequentemente, com a extinção da Sudhevea, qual a política que está sendo exercitada pelo Ibama com vista a preservar essa atividade na Amazônia, ou seja, a produção de borracha e a colheita da castanha? É a primeira pergunta que eu faço.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Com a palavra o convidado.

O SR. FERNANDO CÉSAR MESQUITA — Senador Nabor Júnior, com relação à borracha, o acervo da extinta Sudhevea, efetivamente, passou para o Instituto e há um trabalho em execução, um planejamento em execução, que está sendo elaborado pela nossa Diretoria de Recursos Naturais Renováveis, principalmente no que diz respeito à borracha, com a participação de técnicos da borracha, principalmente Dr. Silvério. Nós tomamos, já, algumas medidas, mas a medida mais importante, que nós achávamos que devia ser tomada, era a questão do preço da borracha e nós, então, baixamos uma portaria, dando o preço adequado para o produtor. Essa portaria foi muito questionada, está sendo questionada pela indústria pneumática, que sempre fez o que bem entendeu neste País, e foi ao Ministro da Fazenda e S.E. pediu ao Ministro do Interior que suspendesse a portaria. Nós, simplesmente, falamos que estávamos respaldados na lei, a lei dá condições ao Instituto para fazer essa política de preço e nós não vamos revogar essa portaria, a menos que o Presidente me substitua no cargo, então, outro pode revogar. Eu não vou revogar. Eu acho que essa foi a providência mais importante que se tomou em relação à política da borracha, o preço da borracha, porque o problema é o preço: se você tem preço, você tem produção, você tem condições. Há uma reação muito grande, há muitas ameaças de que não vão comprar a borracha. E há toda uma série de medidas que estão sendo tomadas, visando, principalmente, a aplicar uma maior soma de recursos possíveis do Probror na área amazônica, principalmente em programas, em projetos de melhoria das condições de vida do seringueiro.

Na parte da castanheira, eu não tenho ainda, realmente, uma política definida, ainda não há uma definição com relação à castanheira. Há um programa ligado à Saden e ao Ipea, que poderá ter alguma coisa com relação à política de aproveitamento de castanheira, porque essa questão de reservas extrativistas, dentro dessa burocracia brasileira, ela faz parte

do Ibama, os assentamentos extrativistas são feitos pelo Ibama, não são feitos pelo Ibama, mas aquilo que é da nossa responsabilidade, nós estamos tocando.

O SR. NABOR JÚNIOR — Com referência aos financiamentos para os produtores neste ano, foram liberados alguns recursos para o Banco do Brasil, o Banco da Amazônia e os bancos estaduais promoverem esse tipo de financiamento?

O SR. FERNANDO CÉSAR MESQUITA — Nós fizemos uma exposição de motivos para o Ministro da Fazenda, pedindo para que o Conselho Monetário liberasse os recursos necessários ao financiamento da borracha. Eu não sei se o Conselho Monetário já aprovou. Eu estive ausente do País por 20 dias, eu não sei se o Conselho Monetário aprovou essa nossa solicitação, eu acredito que sim.

O SR. NABOR JÚNIOR — Porque até recentemente, quando eu estive no Acre, em abril, os financiamentos ainda não tinham sido liberados. O Banco do Brasil alegava falta de repasse. Ora, veja em que situação fica esse pessoal: se ele não tem crédito para financiar o seringueiro, este não vai produzir, consequentemente, ele vem para cidade, vai ficar impressionando o Governo, o Governo coloca esse pessoal nos projetos do Ibama e o Ibama não permite que se desmate, dentro dos projetos, para o pessoal fazer agricultura. Então, cria uma problema terrível. Eu creio que, para evitar o desmatamento da Amazônia, nós devíamos retomar aquele processo antigo de financiar o seringalista, para que ele pudesse manter o seringueiro ao longo dos seringais e evitar que esse pessoal viesse, inclusive, para os projetos. Hoje, a grande dificuldade que nós estamos enfrentado no Acre é exatamente essa, os seringais estão despoovoados por falta de recursos, porque os seringalistas não dispõem de recursos próprios para financiar a produção.

Esses recursos estão sendo negados. Consequentemente, não pode continuar aquela atividade de assistir o seringueiro. O seringueiro vem para a cidade, e o Governo, pressionado, coloca-o nos projetos para desenvolver a agricultura. Agora ele não pode desmatar. Então, como ele pode sobreviver? É um problema sério.

A segunda pergunta seria exatamente essa: por que o Ibama até agora não resolveu a situação desses parceiros dos projetos do Ibama? Está todo mundo com dificuldade, não podendo desmatar. Sou contra o desmatamento, mas existem cinco projetos de colonização numa área de um milhão de hectares, para esse pessoal produzir milho, feijão, arroz, café, o que estão impedidos de fazer, porque não está havendo autorização para o desmatamento. Acho que o Governo deveria proibir sistematicamente o desmatamento para a implantação de projetos pecuários, mas para a agricultura, não.

Eu estou me empenhando junto à CFP para autorizar a venda de 500 toneladas de feijão de Rondônia para o Acre, porque não tem feijão no Acre. E nós temos cinco projetos

de colonização. Isso é um verdadeiro paradoxo. Um milhão de hectares foram desapropriados no Governo do Presidente Geisel e nós estamos sem arroz, sem milho, sem feijão, importando tudo isso de fora, porque os nossos agricultores não têm autorização para fazer desmatamento, nem sequer de dois ou três hectares.

Acho que o bábaro tem de se capacitar dessa realidade, porque se não o Acre vai continuar sendo um importador de alimentos de outros Estados com sua potencialidade agrícola; e, segundo disse aqui o Diretor do Cepatu, lá de Belém, no Acre estão as terras mais férteis da Amazônia e, na concepção da Embrapa, são áreas apropriadas para o desenvolvimento de atividades agrícolas. E nós estamos importando feijão, milho, arroz de Rondônia. Esta é a indagação que faço.

**O SR. FERNANDO CÉSAR MESQUITA** — Nobre Senador, com relação ao financiamento dos seringalistas, estou procurando saber se o Conselho Monetário já aprovou, porque já há mais de dois meses nós preparamos uma exposição de motivos para o Ministro da Fazenda, pedindo que S.Exª aprovasse, *ad referendum* do Conselho Monetário, esse repasse para financiamento dos seringalistas, da borracha.

Com relação aos assentamentos do Incra, o que havia é que não existia nenhum entrosamento entre o Incra e o IBDF ou os outros órgãos que atuavam na área. A primeira providência que tornamos foi procurar esse entrosamento entre o Incra e o Instituto. Eles acharam muito bom, porque não havia nenhum tipo de entendimento. Estamos procurando conversar com o pessoal do Incra para fazer com que haja uma ação conjunta, com que se faça um trabalho conjunto de estudo e de pesquisa, para que se faça a coisa corretamente. Temos de aprovar o relatório de impacto ambiental dos assentamentos. Entretanto, não queremos aprovar cada um, não queremos que cada projetinho tenha o relatório de impacto ambiental. Nós queremos fazer um aproveitamento global, uma apreciação global do assentamento e com um relatório de impacto ambiental que atinja toda a área. Nós estamos mantendo reuniões com o Incra, exatamente para que se faça esse projeto global e que haja essa discussão e que nós possamos, então, aprová-lo adequadamente.

Anteriormente, nobre Senador — o Sr. é da Amazônia, bem como os Senadores Jarbas Passarinho, Leopoldo Peres e Mário Maia e sabem disso — faziam-se assentamentos em áreas na Amazônia onde o pequeno agricultor, o sem-terra plantava mandioca, fazia a colheita e depois não tinha mais condições. Então, ele devastava, derrubava, tirava a madeira e ia procurar outro lugar, porque o solo era inadequado para a agricultura. Houve muitos casos assim. O que queremos é que haja racionalidade, e estamos trabalhando com o Incra, estamos pedindo que seja apressado esse estudo, para que possamos fazer a coisa, a partir de agora, de maneira correta.

**O SR. MÁRIO MAIA** — Eu temo que esse trabalho a ser feito nesses projetos se poste-gue por muito tempo, demore ao ponto de desestimular esses parceiros e eles abandonem totalmente essas atividades. Aí virá a en-grossar, novamente, aquele contingente de miseráveis que vivem nas favelas das cidades amazônicas. É um problema que requer mediadas imediatas, providências imediatas. Já está chegando a época do plantio da safra e, até setembro, o pessoal tem de estar com a sua área toda desmatada. E se se for exigir de cada um desses parceiros relatório ambiental, eles não vão ter condições de contratar firmas especializadas para fazer isso. Tem pessoal que desmata apenas 2 ou 3 hectares. Chegando ao ponto em que as coisas estão, seria preferível, como disse o nobre Senador Mário Maia, que se desapropriasse toda a área e não houvesse esse pessoal lá. Não é aceitável, depois de deslocar esse pessoal de uma atividade econômica que ainda mantinha a Região, que era a extração da borracha, — e falo, com conhecimento de causa porque fui seringalista durante muito tempo, hoje os seringais estão totalmente desabitados, não estão produzindo nem 50% da borracha que se produzia há dez anos. O que está mantendo, hoje, a produção de borracha, no Acre, são os 60% de borracha que vêm da Bolívia, através de Plácido de Castro e de Brasiléia, e não a produção brasileira; ela é comercializada no Brasil, mas é produção boliviana, porque o seringal é boliviano e continua sendo exploraado normalmente. Os nossos seringais estão abandonados e os projetos do Incra também estão caminhando para isso. Então, se chegarmos à conclusão de que não adianta manter o homem trabalhando na Amazônia, o Governo que procure outra forma de mantê-lo con-dignamente. Abandonar o seringal, abandonar o parceiro do Incra, exigir uma série de coisas que ele não pode cumprir, não sei do que vai viver esse homem, como vai sobre-viver. Além do mais, não se pode responsabilizar, por exemplo, o Governo atual pelos erros dos Governos passados. Essa desapropriação de áreas para a implantação de proje-tos foi em decorrência de uma pressão social muito grande. Com a venda dos seringais, para os pecuaristas do Sul, os seringueiros tiveram que sair de suas áreas, e o Governo foi obrigado a desapropriar áreas para atividades agrícolas.

Então, estamos sem poder desenvolver uma coisa nem outra.

Devemos, realmente, nos debruçar sobre o problema para encontrar uma saída, caso contrário será um verdadeiro caos para a Amazônia.

A última pergunta seria a respeito dos incen-tivos fiscais. Acho que houve muita distorção a respeito do incentivo fiscal. O nobre Senador Mário Maia já falou anteriormente, houve em-presários desonestos que aplicaram indevida-mente esses incentivos, inclusive nos reflorestamentos, sabemos disso. Mas, houve tam-bém pessoas que aplicaram corretamente. O Superintendente da Sudam, que esteve aqui

na Comissão, apresentou dados concretos de que a aplicação dos incentivos fiscais em pro-jetos agropecuários na Amazônia havia con-corrido para o desmatamento de, menos de 1% da área desmatada — 0,78%.

Pergunto: o Sr. tem conhecimento desse relatório da Sudam? Tem alguma contestação a fazer sobre esses dados apresentados pelo Superintendente Henry Checchia Kayath?

**O SR.** — Não! Não te-nho como contestar os dados da Sudam, mas continuo com a minha opinião de que a pecuária não é a melhor solução para determi-nadas áreas, que as vezes se faz pecuária de maneira inadequada. Realmente, não seria es-sa a forma de se conduzir, talvez, a ocupação da Amazônia. Tenho alguns estudos que mos-tram que não é com a pecuária. Não tenho como contestar esse número, não sei se real-mente está certo. Mas, posso examinar e dis-cutir com os meus técnicos, acredito que a Sudam tenha condições, uma boa equipe, ela tem realmente bons laboratórios, tem um la-boratório de sensoriamento remoto sofisticado, que só não é melhor utilizado por falta de recursos humanos, mas estão muito bem aparelhados.

Gostaria de voltar à sua pergunta anterior sobre a questão da borracha. Posso assegurar a V. Exª que recebemos a herança da Sudhevea. Não sei se foi certa ou errada a política do Governo de extinguir a Sudhevea; não sei se o fato de ter um ou outro administrador desonesto na Sudhevea — parece-me que não houve apenas um, ao longo da história da Sudhevea, — é inálide. Entretanto, houve essa decisão de extinguir-la, o que se deu, e incorporamos ao patrimônio do Ibama todo o acervo da Sudhevea.

Estamos, agora, procurando refazer a polí-tica da Sudhevea. Temos um pessoal alta-mente qualificado, que está trabalhando co-nosco, procurando redefinir, redesenhar uma política de borracha, não só para a Amazônia, mas para as outras regiões do País.

A nossa preocupação foi, inicialmente, com a questão do preço. Então, através desta porta-ria, estamos dando o preço justo para o produtor. Entendo que, a partir de um preço justo, se muda um quadro. Estamos também em-pe-nhados em financiamentos e em uma política que devolva ao produtor, ao seringalista, ao seringueiro, os benefícios que o Governo rece-beu, através da taxa de equalização da bor-racha. Há um trabalho que está sendo desen-volvido, e acredito que, brevemente, podere-mos ter os resultados dessa nova política.

Com relação à questão dos assentamentos, insisto que, se estamos querendo fazer uma nova política, se queremos agir racionalmente na Amazônia, temos que tomar as provi-dências compatíveis. Entendo que essa política de entrosamento com o Incra vai dar resul-tado, porque, como eu disse ao Senhor, no passado houve desapropriações, na área da Amazônia Legal, de áreas que, depois, se reve-laram completamente inadequadas para qual-quer tipo de exploração econômica. Esses er-ros é que não queremos repetir, porque não

estamos correndo com essas definições. A nossa Diretoria de Controle e Fiscalização está trabalhando, conjuntamente com o Incra, pela primeira vez, para que façamos um relatório único de impacto ambiental do projeto de assentamento, porque realmente V. Ex<sup>o</sup> tem razão: não se vai exigir de cada parceiro, de dois, três hectares, um relatório de impacto ambiental. Será um relatório único para todo o projeto. Haverá um ou mais relatórios, dependendo desse projeto, mas queremos simplificar, desburocratizar e também, em nome da desburocratização, não vamos permitir que sejam cometidos os mesmos erros do passado. Concordamos com o Senhor tem de ser uma solução rápida, e estamos trabalhando neste sentido.

O SR. — A última pergunta é sobre a cobrança da taxa de equalização: o Governo continua recolhendo essa taxa tanto da produção nacional quanto da borracha importada?

O SR. CÉSAR FERNANDO MESQUITA — Continua.

O SR. — Está sendo creditada ao Ibama?

O SR. CÉSAR FERNANDO MESQUITA — Sim.

O SR. — Essa taxa não seria, digamos, suporte financeiro para a concessão dos financiamentos? Não poderia ser utilizada?

O SR. CÉSAR FERNANDO MESQUITA — Poderia. Tudo é uma questão burocrática, uma questão orçamentária. Tudo é uma questão que, às vezes, foge à nossa definição e competência para mudar...

O SR. — Não poderíamos oferecer essa sugestão para o Governo? A taxa me parece bastante apreciável, principalmente a que incide sobre a borracha importada. Sugerir que esses recursos fossem aplicado na concessão de financiamentos para os produtores. Seria uma sugestão razoável para que o Governo adotasse essa providência?

O SR. CÉSAR FERNANDO MESQUITA — Dentro dessa política que se está querendo adotar em relação à borracha, poderemos fazer essa proposta com o pessoal técnico, que poderia procurar conversar com V. Ex<sup>o</sup> para ter uma idéia. Por exemplo: foi aprovado o financiamento. Então, ele seria para custear o comércio. Então, pelo Banco do Brasil, seriam 5,5 milhões de cruzados. É isso?

O SR. — O Banco do Brasil dá uma contrapartida de mais 5 milhões (falta do microfone)

O SR. — Para custear e comercializar.

O SR. MÁRIO MAIA — Está saindo tarde. Praticamente, a safra deste ano já está prejudicada.

O SR. FERNANDO CÉSAR MESQUITA — Senador, se dependesse de nós, já teria saído

antes, mas infelizmente os caminhos são cheios de pedras.

O SR. MÁRIO MAIA — Se o Presidente me permitisse, na linha de raciocínio do Senador Nabor Júnior, uma pergunta objetiva...

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Perez) — V. Ex<sup>o</sup> tem um minuto.

O SR. MÁRIO MAIA — O que pensa das reservas extrativistas com o adensamento dos seringais nativos?

O SR. FERNANDO CÉSAR MESQUITA — Sou inteiramente favorável à criação de reservas extrativistas. Tanto que há, dentro da nossa natureza, um grupo de trabalho que está estudando a criação de novas reservas extrativistas. Estamos até empenhados, na Amazônia e em Boca do Acre, na criação da reserva extrativista "Céu de Mapiá", que é realmente um projeto muito bem feito com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Meio-ambiente. A ONU está muito interessada, o Dr. Noel Brown é o representante da Puma, da Unep, em Nova Iorque. No contato que tive com ele, a primeira coisa que me perguntou foi se estávamos interessados em colaborar com essas reservas extrativistas, mas o "carro-chefe" deles é o "Céu de Mapiá". Então, estamos analisando...

O SR. MÁRIO MAIA — O pessoal do Santo Daime?

O SR. FERNANDO CÉSAR MESQUITA — Parece-me que há mesmo gente do Santo Daime.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Perez) — Concedo a palavra ao Sr. Relator para a interelação final.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — As perguntas feitas pelos Senadores Mário Maia e Nabor Júnior foram de tal ordem que, praticamente, o Relator não tem muito o que perguntar. Achei interessante o que se perguntou e o que se respondeu. Como vamos chegar lá? Há um relatório final sobre os tipos de ocupação na Amazônia.

Algumas das suas colocações serão polêmicas, como é do seu estilo. A primeira, por exemplo, quando diz: "Sou inteiramente contrário à pecuária!" Teria eu ouvido mal?

O SR. FERNANDO CÉSAR MESQUITA — Não! À pecuária em área de floresta densa. Entendo que sim, na área de cerrado, em áreas adequadas. Mas o que se fez foi realmente pecuária em área de floresta densa: desmatou-se em área de floresta densa para fazer a pecuária. Em Roraima, no Amapá, no próprio Acre, em algumas áreas. Mas não concordo que se faça desmatamento em área de floresta densa para fazer pecuária; entendo que não há o menor sentido.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Chegaremos até aí para discutir. É claro que, nos campos naturais, não poderia ser contrário à pecuária — embora tenhamos ainda de aumentar muito essa parte de apoio pela Embrapa, ela tem um melhor tipo de forra-

geira. As forrageiras de Roraima, por exemplo, são extremamente pobres. Se meus dados ainda estão atualizados, o gado inteiro em Roraima não dá 300 quilos; abatido, dá 150 quilos. É o peso de um porco que se cria aqui no que chamamos sul. Na Amazônia, tudo o que passa do paralelo, do Ceará para baixo, é considerado sul, assim como, no Rio Grande do Sul, é baiano tudo o que está de Erechim para cima.

Então, vamos discutir essa questão, porque é histórico na Amazônia o aproveitamento da floresta para, com o desmatamento, criar os campos para pecuária. Isso começou com Felisberto Camargo, que introduziu, na Amazônia, o *red cind*? depois, houve os grandes projetos do Programa Pólo Amazônico e é provável que tenhamos, como já tivermos aqui, no Cepatu, e outras pessoas que defendem ponto de vista não propriamente contrário ao seu, mas limitativo — não seria propriamente contrário ao desmatamento, mas achava que, em determinadas regiões, o desmatamento poderia ser feito também para a pecuária. É claro que isso ainda será muito debatido, porque são pontos de vista conflitantes.

Relativamente à pergunta do Senador Nabor Júnior, quanto à afirmativa do ex-Superintendente Kayath, ela é muito interessante, porque mostra que o desmatamento, que chega a menos de 1%, foi decorrente apenas dos projetos que tiveram incentivo fiscal. Mas há inúmeros projetos sem incentivo fiscal. Estão desmatando.

Então, o desmatamento da Amazônia, pela informação dada pelo Superintendente, é muito mais causada por projetos autônomos do que por projetos que receberam incentivos fiscais; ademais, há vários anos, já se proíbe exatamente o Projeto com a derrubada da mata.

O SR. FERNANDO CÉSAR MESQUITA — Senador Jarbas Passarinho, desculpe-me interrompê-lo, não sei se é possível.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Pois não!

O SR. FERNANDO CÉSAR MESQUITA — Há, inclusive, a Resolução nº 2.525, da Sudam, da década de 70, que proíbe qualquer projeto de agropecuária em área de mata densa, mas que não foi cumprida.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Bom, aí vem aquela história brasileira, terrível, da "lei que não pega". Não sei bem o que é isto. Ouvi falar, ainda há pouco, em auditoria. O que devíamos era cumprir escrupulosamente a legislação que já foi feita para preservar. Nesse caso, era a preservação. Assim como havia a recomendação de que 50% da área destinada a projeto para esse fim devesse ficar permanentemente florestada. Então, teria que ser reflorestada onde foi desmatada e isso, talvez, também não tenha sido cumprido.

A primeira colocação que faria seria sobre a sua informação sobre os 12 milhões de hectares, ou seja, os 121 mil quilômetros quadrados desmatados. Foi o Dr. Albert Setzer que é o encarregado da pasta de metereologia, aliás ele não é o chefe, o chefe é o engenheiro

Gilvan Meira, se não me engano. Os dados, segundo divulgaram para nós — foi muito bom que o senhor tivesse feito a referência, — eles dizem que são 40% na floresta, o que daria 4,8 milhões de hectares, apenas, desmatados e queimados. No dado que foi lido pelo Dr. Fernando César Mesquita, fala-se em 40%.

São 4,8 milhões de hectares, porque partia de 12 milhões de hectares.

Bom, isso estaria perfeitamente dentro do quadro final que o Inpe nos deu. E quando o Inpe nos falou em 251 mil quilômetros quadrados desmatados e queimados de 1973 para cá, isso daria com os 92 mil anteriores a 1970, 343 mil, em números redondos, que dava 34 a 35 milhões de hectares. Agora, em 1987, houve um número revelado de 20 milhões de hectares, depois colocados em dúvida. Inclusive o Inpe colocou dúvida sobre esses números e houve retificações.

De fato, isso praticamente confere com o que nós temos até agora obtido como resultado. Porque teríamos menos de 20 milhões em 1987, mais 12 milhões em 1988 e mais os valores correspondentes ao passado, estariam fechando perto dos 34 a 35 milhões de hectares, que seria a área florestal até agora derrubada, aí sim, desde Pedro Álvares Cabral, como disse o nosso Presidente. Foi invocado Pedro Álvares Cabral e se deu mal com a primeira missa! Então, não foi o caso.

Esse 40%, portanto, devem ser relativados à Amazônia Legal, e o objetivo da "Nossa Natureza", que foi objeto da sua defesa e explicação, recebeu aqui críticas. Num programa que o Senador Marcondes Gadelha fez com o ex-Senador e Governador Franco Montoro, então presidia uma Mesa na qual participavam o Professor Antônio Carlos Moraes, da USP, o Deputado Fábio Feldman e o Sr. Werner Zulau, ex-Secretário do Meio-Ambiente de São Paulo. E foi feita a crítica especialmente pelo Professor Moraes, de que o Programa "Nossa Natureza" não merecia apoio porque tinha sido um programa feito de cima para baixo, sem ouvir a comunidade científica. Qual seria a resposta, nesse caso?

**O SR. FERNANDO CÉSAR MESQUITA** — O Programa "Nossa Natureza" foi feito num curto espaço de tempo. O Presidente lançou o Programa "Nossa Natureza" no dia 6 de outubro. Seis grupos de trabalho se dedicaram à tarefa de levantar os dados, ouvir, através de depoimentos, conferências e reuniões grupos interessados e especializados na matéria. Houve participação de algumas instituições. O Inpa participou, o Museu "Emílio Goeldi", algumas universidades e a Embrapa. Não sei se a nossa comunidade científica participou, acredito que alguns cientistas, algumas pessoas muito conhecedoras da Amazônia, como o Professor Samuel Benhíml, participaram e deram as suas opiniões. Agora, não sei se as pessoas adequadas, as pessoas certas foram ouvidas; sei que houve uma grande enquete, foram efetivamente tomadas muitas opiniões, esses grupos de trabalho fizeram várias viagens, ouviram muita gente. Agora, se houve a audiência satisfatória da comunidade

científica, eu não sei. Eu sei que no curto espaço de tempo em que o programa teve que ser feito, realmente eles procuraram fazer o melhor. E havia uma pressão do Presidente para que se terminasse, para que isso realmente fosse feito, porque o Presidente sabe que certas coisas no Governo não andam. Não obstante ter sido feito pela Sabem, que são militares, técnicos disciplinados, que têm realmente condições de realizar no tempo certo, mesmo assim ainda houve demora. Agora, se houve uma consulta satisfatória, não sei; sei que eles procuraram ouvir o maior número possível de pessoas que pudessem dar opiniões, que informassem melhor na elaboração dos projetos.

**O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho)** — O meu objetivo foi exatamente lhe dar essa informação, porque isso não foi feito no âmbito da CPI, mas nesse Programa, nesse curso de integração da América Latina. E, certamente, começa por aí uma tentativa logo de viabilizar o projeto, a partir do momento em que se diz que foi autoritário. Essas acusações eu recebo com muito cuidado. Por exemplo, quando eu fui Ministro da Educação e resolvemos fazer reforma do 1º e do 2º Graus, e não da universidade, porque a reforma universitária vinha antes, recebi uma comissão, presidida pelo Pe. José Vasconcelos — era um grande educador católico e figura da mais alta respeitabilidade na pedagogia brasileira. Completamos o trabalho em 70, ficamos muito entusiasmados, e o Presidente Médici mandou para o Congresso. Verifiquei que 70 ia ser um ano eleitoral, então, o Congresso ia ter dificuldades enormes de votar e passaria por decreto de prazo. Tive a iniciativa de pedir a retirada, o Presidente pediu a retirada, nós mandamos o projeto para todos os Conselhos Estaduais de Educação, eles discutiram amplamente o projeto para que só em 71 o remetéssemos de novo ao Congresso Nacional. Chegou a haver saturação, porque o que chegava de propostas já tinha sido discutido "n" vezes. Pois bem, nem isso nos salvou de ser acusado de ter apresentado um projeto usando o regime militar, que é autoritário, sem ouvir as bases, quando, ao contrário, o Ministério ficou empolgado por aquilo na época, foi quando fizemos a modificação da legislação, que mais tarde o Congresso, por uma emenda especialmente partida da Bancada de São Paulo e da Bancada de um outro Estado que não me lembro, obrigou a profissionalização total. Aí se deu o prejuízo praticamente da filosofia que tínhamos aplicado na modificação do 1º e 2º Graus, porque para nós bastava o que já estava acontecendo. No 2º Grau, por exemplo, a profissionalização já era de 75%, porque as moças saíam para a Escola Normal, portanto era terminal, havia colégio industrial, colégio agrícola, colégio comercial, havia as escolas técnicas federais. Então, não precisaríamos abrigar todo mundo. Com isso, apareceram os remendos e as falárias. Tive um filho que fez o Objetivo, em Brasília. Então, tirei o curso de fotografia; quer dizer, ele estava fazendo um curso terminal.

Isso prejudicou muito o Projeto. Mas com essa experiência, eu queria chamar a atenção do Governo para que, se fosse possível, desde logo, desse mais informações sobre como foi formulado esse Projeto, porque ele foi aprovado na Câmara e chega, agora, ao Senado. Talvez fosse até a oportunidade de se fazer audiência dessas entidades, porque há um professor da USP que vem aqui e declara que o projeto não tem sentido e foi recebido com aplausos no momento em que ele declarou isso. A partir desse instante, um projeto dessa natureza fica sob suspeição.

Quanto a conter a devastação, acho que a colocação do Senador Nabor Júnior é aquela que eu ia fazer, estava preocupado também com isso, porque daqui a pouco, ficamos como o projeto do "burro de Buridan": ele fica com fome e com sede; de um lado tem alfafa; de outro o balde de água, mas ele não sabe se vai à alfafa, se vai ao balde de água, e morre com sede e com fome. Então, o pobre do parceiro não sabe o que faz. E eu tinha lido referência exatamente do conflito com o Ibama, lá no Acre, era uma das perguntas, mas já está bem respondida.

Mas eu lhe pergunto sobre o Pólo Guzeiro, de Marabá. O Pólo Guzeiro, de Marabá, me preocupa, porque quando a Vale do Rio Doce apresentou o projeto, pelo Dr. Eliezer Magalhães, ele era altamente racional: Tucuruí produziria energia barata, e estaria, como está, transferindo para o Nordeste agora — recebemos uma parte e agora estamos dando de volta para o Nordeste para evitar o rationamento. A energia logo seria aproveitada para fazer o pólo alumínifero do Pará, mas o Maranhão, por sua importância atual, que é indiscutível, tornou parte desse pólo alumínifero, por culpa, aliás, de administrações paralelas. Deram um chá de cadeira de 4 horas ao presidente da Alcoa e não o receberam; ele foi para o Maranhão, o Governador João Castelo reuniu o secretariado e deu todo o apoio. O Presidente Sarney era Senador, conhecia bem o problema, de maneira que com isso o próprio Paulo Afonso já garantiu na ponta da linha a energia e agora a Eletronorte está mandando para lá. A culpa, portanto, não foi nem do Governo central.

O outro problema era o Pólo Guzeiro. O Pólo Guzeiro seria feito como? O melhor guia decorre de usar como redutor o carvão vegetal. Então a Vale do Rio Doce previu que em Marabá seria exatamente isso, colocaria o gua com a utilização da madeira que seria derrubada. A grande dúvida era esta: primeiro — falamos, ainda há pouco, em determinações que não são cumpridas —, para fazer um pólo guzeiro utilizando carvão vegetal seria perfeitamente racional do ponto de vista científico; estariam nós cumprindo uma determinação para evitar uma devastação na área da floresta na região de Marabá? Quer dizer, vi um documento do Secretário Executivo do Projeto Carajás dizendo que o que estava sendo usado no momento eram as aparas das madeiras obtidas nas serrarias. E temos notícias de que há serrarias clandestinas a vontade, há mais

de mil serrarias clandestinas na Amazônia — isso é um dos grandes males que vimos aí no problema de agressão à floresta. E, se não houver um reflorestamento altamente rigoroso, vamos ter dentro de pouco tempo a devastação da região Amazônica de Marabá com a produção do Pólo Guzeiro.

Para utilizar o carvão mineral será anti-econômico, não vai dar vantagem, porque o nosso carvão mineral é de baixa qualidade, cheio de cinza, cheio de enxofre, de maneira que a pergunta seria se isto tem sido objeto de preocupação do Ibama e uma coisa, Dr. Fernando, aqui o deponente tem o direito de perguntar, se assessorar com os companheiros que trouxer. Não tenha nenhuma preocupação por isso.

O SR. FERNANDO CÉSAR MESQUITA — O Programa Grande Carajás também tem os seus problemas da falta de planejamento; às vezes acho que se planejou bem, mas não se cumpriu. O Programa Grande Carajás, como V. Ex<sup>a</sup> conhece bem, é um programa até certo ponto muito bem feito.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Na área do ferro ele cumpre bem a parte ambiental.

O SR. FERNANDO CÉSAR MESQUITA — A Companhia Vale do Rio Doce tem um programa de Meio Ambiente muito bom. Inclusive, recentemente, o Presidente criou três unidades de conservação na área do projeto de exploração de Carajás: uma área de proteção ambiental, uma floresta nacional e uma reserva biológica. A Cia. Vale do Rio Doce cumpre a sua parte. Agora, o Programa Grande Carajás, principalmente na extensão da Ferrovia, este, não está cumprindo nada; é um problema sério. E nós, então, chamamos os coordenadores do Programa Grande Carajás e já fizemos três reuniões com eles. O replantio que devia ser feito não foi feito, a exigência do Código Florestal não foi cumprida, taxativamente, não foi cumprida. Eles dão algumas desculpas, procuram justificar, mas não há justificativa, foi puro descumprimento da legislação e foi também irresponsabilidade do Governo que não fez cumprir a lei. Tanto é que o Ministério Público, através da Procuradoria Geral da República, em Brasília, entrou com uma ação na Justiça pedindo a suspensão das licenças que tinham conseguido para a implantação de 20 projetos. Estão funcionando cinco projetos: quatro de ferro guza e um de ferro liga. Fizemos, então, uma reunião com os dirigentes do Programa Grande Carajás, que estão muito interessados na preservação da idéia básica — não estão interessados em defender as empresas que não cumpriram o que estava determinado. Fizemos essa reunião porque o Presidente Sarney assinou um decreto, dentro do Programa "Nossa Natureza", que exige que, já a partir deste ano, as empresas que mexem com qualquer plantas que fazem carvão, tenham 40% de área adequada para isto, que não vão desmatar, têm que ter ou área de reflorestamento ou área de manejo — não precisa ser própria,

pode ser de terceiros, conquanto que seja de 40%, a partir deste ano. E as empresas já estão apresentando o PIIF — Programa Integrado Indústria-Floresta —, às nossas Superintendências Regionais para que façamos uma avaliação disso. Advertimos o pessoal do Programa Grande Carajás, que não tem mais nenhum tipo de desculpa: se não cumprirem a legislação, vamos interditar as fábricas. Isso não tem como deixar de ser feito. Estamos, inclusive, regulamentando esse decreto do Presidente. Até 1995, eles deverão ter 100% da área replantada ou uma área de onde possam tirar o carvão, porque realmente, fazer carvão mineral vai ser difícil.

Agora, eles têm alternativas: usar a casca do babaçu, usar as aparas. Dizem, inclusive — e estou investigando — que se retirarmos a madeira de Tucuruí, que está inundada, através de tecnologias que foram desenvolvidas, só com os galhos daria para atender às necessidades dessas empresas que estão dentro do Programa Grande Carajás. Mas, são coisas que devem ser vistas efetivamente. O que nos interessa é que eles vão tirar, mas não de onde quiserem, têm que tirar dentro das normas estabelecidas.

Agora, voltamos àquela questão que é a falta de meios para exercer a fiscalização adequada. Não adianta ter uma boa legislação, ter a decisão política, se não temos os organogramas, se não temos as pessoas que vão cumprir a lei. Então, já advertimos que, se não houver cumprimento da lei, vamos interditar as fábricas; eles estão conscientes disso. Ontem, mesmo, fizemos uma nova reunião...

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — E eles já estão em produção.

O SR. FERNANDO CÉSAR MESQUITA — Já estão em produção: tem 4 ou 5 produzindo. Estamos fazendo essas reuniões com o pessoal do Programa Grande Carajás, exatamente para estabelecer as formas conjuntas de atuação, para evitar que se repita o que aconteceu em Minas Gerais, onde eles devastaram e ficaram impunes. Estão devastando também, aqui, em Goiás, em Mato Grosso, inclusive pela impunidade. Por isso, estamos fazendo o levantamento da situação em Minas Gerais para também agir com rigor naquela região, mas estamos com uma greve há 15 dias que nos está impedindo de fazer o que realmente tem que ser feito.

O SR. MÁRIO MAIA — Sr. Fernando, esse reflorestamento é de espécies homogêneas ou é reposição natural, heterogênea? Qual é a exigência do Ibama?

O SR. FERNANDO CÉSAR MESQUITA — É um reflorestamento que se destina exatamente a produzir carvão vegetal.

O SR. MÁRIO MAIA — Esse reflorestamento dirigido seria de espécies homogêneas? Então, se deveria estudar também a modificação...

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Como é apenas para produção de carvão, por

exemplo, fibra longa, que existe para a celulose, etc., talvez não houvesse necessidade de grande homogeneidade — poderia haver seleitividade dentro do heterogêneo.

O SR. MÁRIO MAIA — É para conservar, ao máximo, a natureza, recompor a floresta.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — E não fazer como fez o Projeto Jari, que foi buscar outras espécies.

Esta pode fazer com espécies do próprio habitat. O que me preocupou — e nós todos recebemos, acho que o que recebi era uma circular — foi essa declaração peremptória do Secretário-Executivo do Programa Grande Carajás, de que estavam utilizando aparas de madeira.

O SR. FERNANDO CÉSAR MESQUITA — Não! Isso não é verdade! Realmente, algumas pessoas no Governo não querem encarar os fatos; não há como contrariar os fatos, principalmente se você quer agir com seriedade. Se o fato existe você tem que reconhecer.

O Decreto, é o Decreto nº 97.628, de 10 de abril de 1989, que regulamenta o art. 21 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1975. É o que exige que: "as pessoas físicas ou jurídicas consumidoras de matéria-prima florestal tais como siderúrgicas, metalúrgicas, fábricas de celulose, aglomerados e similares, cerâmicas, cimenteiras e outras, cujo consumo anual seja igual ou superior a 12 mil esterios por ano, da lenha ou qualquer outra matéria-prima de origem florestal ou, seja 4.000 m<sup>3</sup> por ano" — inclusive já há uma discussão sobre isso, alguém já me fez algumas colocações a respeito desses números nós já estamos examinando... "... deverão manter ou formar, diretamente ou em participação com terceiros, florestas próprias destinadas ao seu suprimento, cuja produção, sob exploração racional seja equivalente ao consumo da unidade industrial, inclusive em suas futuras expansões. A comprovação do atendimento disposto neste artigo será realizada mediante a apresentação de um Plano Integrado Floresta Indústria (Pifi) demonstrativo de fonte de suprimento de matéria-prima florestal voltada ao abastecimento da unidade consumidora, conforme metodologia, critérios e parâmetros estabelecidos pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente, dos recursos naturais" ... essa portaria nós estamos com ela praticamente pronta.

Aqui diz que a partir deste ano tem que ter 40% e vai aumentando. Em 1995 e anos subsequentes vai ter que ter 100%.

É um decreto do Presidente onde nós esperamos que realmente, pelo menos enquanto eu estiver no Instituto, nós vamos cumprir.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — O decreto é Pifi, a fiscalização Pifi...

O problema, que naturalmente o decreto teve ter levado também em consideração é outra dúvida que eu tinha. Levando-se em consideração o ciclo vegetativo dessas árvores a que se referiu o Senador Mário Maia, teriam elas capacidade de crescer em tempo suficiente para com o consumo, atender ao consumo, ou a velocidade de utilização do carvão

é muito maior que a capacidade de reflorestamento? Então, esse seria um assunto, naturalmente, que o Ibama levará em consideração.

A devastação, por exemplo, daquele polígono dos castanhais de Marabá — já está mais da metade devastado. Derruba-se a castanheira, o que é um crime não só contra a ecologia...

O SR. FERNANDO CÉSAR MESQUITA — Eles queimam a castanheira.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Eles queimam a castanheira, então isso aí também tem sido objeto de preocupação?

O SR. FERNANDO CÉSAR MESQUITA — É Senador, é o seguinte, queimaram para fazer pasto e não pode derrubar a castanheira, então, fica como eles chamam a castanheira desvitalizada. Agora há uma discussão técnica se se autoriza ou não derrubar a castanheira desvitalizada, porque há também a possibilidade do sujeito queimar para depois ser autorizado a derrubar, então você pode entrar num círculo vicioso. Nós estamos estudando isso para ver qual é a solução que nós devemos tomar.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Porque era uma das áreas mais ricas para se fazer silvicultura, porque nós temos críticos nossos que dizem que nós, na Amazônia, somos uma sociedade de cócoras. Porque de cócoras nós juntamos a castanha; quase de cócoras nós cortamos a árvore da borracha; de cócoras nós pegamos as oleaginosas que vêm nos rios.

De maneira que isso é uma tristeza, que tenha desaparecido essa área de lá, ou esteja em vias de desaparecimento.

O SR. FERNANDO CÉSAR MESQUITA — Nós só não ficamos de cócoras diante dos bolivianos, não é Senador?

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — É essa notícia, veja a informação do Senador Nabor Júnior que foi ou é ainda seringalista, que já está vindo 60% da produção de borracha da Bolívia; quer dizer, foram os nossos seringueiros que passaram para o lado de lá.

A questão apenas, agora para completar, seria com relação a uma mera curiosidade. Conheço o Dr. Camilo, sei que ele, diante de certos fatos, me pareceu um suíte da Ecologia.

O que ele lhe propôs?

O SR. FERNANDO CÉSAR MESQUITA — Ele, por exemplo, foi um dos que nos estimulou para aumentar o preço da borracha para o produtor.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Porque o preço mínimo é uma grande garantia, também acho que deva ser o que mais atrai.

O SR. FERNANDO CÉSAR MESQUITA — Ele foi dos que mais se bateu...

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Mas ele defende a preservação ou a utilização da floresta de maneira racional?

O SR. FERNANDO CÉSAR MESQUITA — Ele defende a conservação...

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Ele defende a conservação e não a preservação...

O SR. FERNANDO CÉSAR MESQUITA — É, ele defende a conservação, a utilização racional. Ele tem uma série de idéias muito interessantes.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Quanto ao Acre nós temos aqui este mapa da Embrapa, reparem aquela área marrom, quase todo o Acre ali aparece com uma vocação agrícola por terras férteis. As terras férteis da Amazônia são poucas, como se sabe, só que se tivéssemos que fazer agricultura no Acre quase toda a floresta seria desmatada para esse fim.

Eu me lembro de ter visto no Acre ananás ou, abacaxis aliás, de 15 quilos. Eu recebi no Rio de Janeiro, foi trazido por um piloto da FAB, colega meu. Ppor sinal, quando fui partir e comê-lo não era muito saboroso, mas o peso era de 15 quilos. E essas terras do Acre são extremamente férteis realmente.

Ali está um problema, agora faço-lhe uma pergunta final: essa reserva extrativista que o nosso Senador Mário Maia lhe perguntou, essa me tem causado uma preocupação muito grande. Pelo que estou entendendo, assim como os cientistas fizeram aqui a diferença entre preservação e conservação; preservar é intocar e conservar é incorporá-la à economia, mas de maneira não predatória; existe o problema de como caracterizar a reserva extrativista. Nas primeiras informações obtidas aqui, a reserva extrativista se transformava em uma fazenda coletiva, desaparecia a propriedade privada individual. Ora, se as reservas extrativistas aumentarem no Acre nós vamos ter as colcoses da União Soviética, com os resultados péssimos, porque isso caracterizaria muito, inclusive a atividade do Chico Mendes, quando ele defendeu a floresta, não o fez para que o seringueiro fosse o dono dela, e sim que ela fosse utilizada por todos os seringueiros, como uma espécie de cooperativa; seria a melhor forma que se poderia dizer.

Isso, no meu entender, seria uma vocação, sem dúvida voltada para a silvicultura; então aproveitáramos a seringueira, a castanheira, a possibilidade de consorciar, como o Dr. Alvim mostrou aqui, com o cacau, com o dendê, o cupuaçu, as plantas medicinais etc. O deponente do Acre chegou a admitir que o hectare de terra, mantido na floresta normalmente, renderia mais que um hectare com a pata do boi, e nós temos também muita prevenção contra a ocupação pela pata do boi. E nisso a sua declaração ficou comprovada, inclusive pela Cepatur que se fez; logo que começou Paragominas, por exemplo, eu vi, ainda era Governador, o capim colonial era mais alto que o homem mais alto que tivesse no lugar; três anos depois não dava mais nada. Então eles tiveram de usar o braquiaria, mas aí teriam que usar adubo e fertilizante, que fica mais caro, muito mais caro. Esse será um dos objetivos a que devemos chegar depois em uma CPI; tudo que podemos fazer na CPI são recomendações, chegar a conclusões, como chegamos de números exatos, para evitar essa

histeria internacional mas, no máximo, fazer recomendações.

Essa sua colocação será levada em consideração, mas eu lhe perguntaria se essa reserva extrativista que V. S<sup>a</sup> defende é com esse sentido ou seria uma reserva extrativista no tipo dos parques nacionais?

O SR. FERNANDO CÉSAR MESQUITA — Eu não entrei pela conotação ideológica, acho que a reserva extrativista tem o sentido do uso múltiplo da floresta. Ela se insere nessa idéia de ...

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Série para silvicultura.

O SR. FERNANDO CÉSAR MESQUITA — É seria mais para a silvicultura, não se poderia negar que houvesse algum tipo de agricultura ou de pecuária para as pessoas que estão ali trabalhando.

Penso que a idéia de reserva extrativista está começando a ser discutida, ela ainda está em discussão, está meio embrionária, inclusive o Bid tem um grande carinho pela idéia extrativista no Brasil. O Presidente do Bid, o Dr. Henrique Iglesias estive recentemente com ele — estava muito preocupado...

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — É Uruguai?

O SR. FERNANDO CÉSAR MESQUITA — É uruguai, estava muito preocupado com as divergências que estavam ocorrendo nessas áreas de Rondônia, do Acre, dentro do programa, do que havia uma discussão sobre terra, território ou colônia indígena e estava prejudicando inclusive a liberação de recursos. Ele está interessado nos estudos do pessoal do Bid, com os técnicos brasileiros, os ambientalistas, porque esse, por exemplo, da 364, foi a primeira vez que sentaram à mesa, dizendo o local, as comunidades indígenas, os pequenos agricultores, os seringueiros, proprietários, e se chegou a esse consenso de que houve um problema aí com a interpretação do que era território indígena e do que era colônia indígena.

Então, essa idéia está crescendo e está-se estudando, cada vez mais, essa idéia de reservas extrativistas.

O SR. MÁRIO MAIA — Darei um exemplo prático dessa idéia extrativista que, aliás, já tem mais de 10 anos, somos partidários dela, inclusive conversávamos muito com Chico Mendes sobre isso — na época não falávamos em reservas extrativistas, falávamos em andamento de seringais nativos — a partir de uma experiência feita ao tempo em que era Governador do Acre o nosso Colega, Professor Geraldo Mesquita, que foi Senador também. Então, na época, o Sudhevea teve o interesse, o Cesário era o Superintendente, então, deu um incentivo muito grande ao plantio, mas, paralelamente a isso, a partir dos seringais nativos, fazer o que se chamou sistema de miniusinas.

Então, com uma tecnologia um pouco mais avançada de tratamento do leite, não aquele tratamento de defumação, mas com uma fase

de tornar o látex, o leite incoagulável e depois coagular, ficava uma semana, então, em vez de fazer a coleta e defumar aquilo tudo, o seringueiro ficava só preocupado em colher o leite. Botava uma substância lá, o leite ficava incoagulado, ele juntava tantos litros de leite e trazia para um centro, que era uma cooperativa, uma miniusina.

Então, todos os seringueiros daquela área do seringal, em vez de trazer a péla de borracha, que era fabricada lá, juntavam o leite, que ficava encauchado numa lata, começaram a usar esses plásticos, e traziam para a cooperativa. E entregavam a um deles, que era nomeado para tratar o leite no tanque, recebia o leite, anotava lá tantos litros de leite — tinha um elastômetro — a densidade do leite e ele anotava, creditava de acordo com a densidade do leite, porque aí ele via o tanto de elastômetro que havia ali, porque o sujeito podia botar água no leite. Então, ele pagava pela densidade, o grau de elasticidade.

Isso funcionou, conseguiu-se fazer umas 140 ou mais miniusinas, principalmente na área de Rio Branco, ali em Xapuri, Brasiléia, Assis Brasil, houve um incentivo grande, e em Cruzeiro do Sul, Tarauacá. Mas acho que o gerenciamento é que não foi bom, porque algumas progrediram e até hoje existem, como uma entre Brasiléia e Assis Brasil, que progrediu, até um ano atrás. Visitei 19 miniusinas dessas em 12 dias que passei na mata. Ia de uma por uma atendendo o pessoal, dando atendimento médico, e vendo também esta parte.

E algumas progrediram e outras não. Isso são as cooperativas, umas duas. E uma, acho interessante, que não progrediu no sistema cooperativo, um dos seringueiros comprou a miniusina e passou a ser o patrão dos outros, aí ela começou a se recuperar. Questão de gerenciamento.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — O que é o grave problema das cooperativas, exatamente o gerenciamento.

O SR. MÁRIO MAIA — Mas aí, o sistema de tecnologia, de melhoria, porque aí eles produziam uma péla de borracha, uma lâmina de borracha muito mais perfeita, uma borracha de melhor qualidade, com o preço muito melhor do que o da péla, então, talvez se se fizesse uma revisão das miniusinas, dando uma nova conotação, ia por aí, em relação às reservas extrativistas.

O SR. FERNANDO CÉSAR MESQUITA — Sr. Senador, eu só queria explicar, com toda a humildade, que esse assunto de extrativismo não é da nossa área, é da área do Incra, e existe na Saben, no Ipea, um grupo especialista. Tenho as informações, porque me são transmitidas, mas, realmente, não estudei profundamente esse assunto. Tenho conversado, porque o assunto me interessa, mas os técnicos nessa área estarão à disposição da CPI e no momento que V. Ex<sup>a</sup> quiser podemos, se V. Ex<sup>a</sup> quiser, convocá-los, ou então, formalmente, poderei solicitar que eles venham aqui.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — A sua resposta foi tão peremptória, totalmente desfavorável à reserva extrativista, que me fez lembrar-lhe isso. Podemos, amanhã, transformar o Acre, como a Guiana. A Guiana é uma república cooperativista. Nós, amanhã, teremos uma outra república cooperativista no Acre; e, não sei, porque fui muito partidário de cooperativas. Citava até um apólogo de Machado de Assis que contava a estória de um pai que tinha sete filhos, e esses filhos não se davam lá muito bem, viviam brigando e ele, quando ficou perto da morte, estava moribundo, chamou os filhos e mandou, fez com que cada um segurasse um pedaço de madeira que ele tinha mandado preparar, igual para todos, e mandou juntar num feixe essas madeiras e pegou o filho mais forte e mandou quebrar. Ele não conseguiu quebrar. Então, ele tirou de novo, desfez o feixe, entregou para cada um aquele pedaço que tinha composto o conjunto. E todos, mesmo o mais fraco, foram capazes de quebrar. Então, ele dizia, se vocês se unirem...

Essa é a prévia do "povo unido jamais será vencido", não é? É uma prévia que o Machado de Assis inventou. Então, baseado nisso, sempre fui muito fã do princípio da cooperativa, do cooperativismo. Mas, desgraçadamente, temos dois pontos fundamentais contra o cooperativismo. O primeiro, o gerente que fracassa. Então, houve, no Pará, um fracasso completo com o Basa. O Basa desandou, até para efeito político, a fazer cooperativismo à vontade, e só duas cooperativas das dezenas de cooperativas criadas conseguiram êxito.

Segundo, é um problema que liquida o socialismo no mundo, que é o egoísmo humano. Então, quando as pessoas trabalham para si próprias, elas, de um modo geral, colocam mais esforço, muito mais esforço do que quando elas estão trabalhando em coletividade. Vi isso, inclusive, em Israel, quando visitei como Ministro. Vi o *moshav* e vi o *kibutz*. No *kibutz*, às 4 horas da tarde, acabava todo o trabalho e passava-se à uma fase de lazer; depois vinha o jantar; e à noite visita dos filhos aos pais, porque as crianças, com 6 semanas de idade, eram retiradas do convívio paterno e materno e iam ser criadas coletivamente.

Aquilo me espantou muito e no debate — meus filhos ainda eram muito crianças — com as pessoas eu estranhei, e a coordenadora me perguntou: "Quanto tempo o Sr. passa com os seus filhos?" Lembrei-me que saía cedo para o Ministério, às 7 horas da manhã eu já estava despachando, eles estavam saindo também para os estudos deles, mal nos víamos, a não ser no fim de semana.

Então, as 4 horas que os filhos ficavam com os pais no *kibutz* eram mais tempo do que eu mesmo passava com os meus.

E aí fui ao *moshav*. Quando cheguei no *moshav* eram 8 horas da noite, ainda estava claro, e havia uma pessoa que estava trabalhando lá, dando duro no trator, etc., e eu perguntei-lhe: "Por que o *kibutz* pára às 4 e o Sr. às 8 ainda está trabalhando?" — Porque eu, aqui, pago papagaio. Sou eu que faço o

investimento." E então fiz a pergunta, já dentro do Governo, de qual era a maior participação para a agricultura de Israel, se vinha dos *kibutz* — no plural israelense — ou se era dos *moshavim*, e a resposta foi *moshavim*, com mais de 60 por cento da produção.

Então, isso me pôe um pouco preocupado com essa reserva extrativista, com o rumo que ela deve ter. Agora, o nosso Acre, como se sabe, foi conquistado com espada de Plácido de Castro, mas com infantaria cearense. O Dr. Fernando César Mesquita é um cearense que ganhamos, naturalmente, agora, para a questão da Amazônia.

Sr. Presidente, estou satisfeito e agradeço a palestra, que foi muito ilustrativa para nós.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Péres) — Agradeço a presença do Dr. Fernando César Mesquita, que, realmente, fez uma exposição satisfatória a esta Comissão. Sabemos, agora, das dificuldades conjunturais do Ibama, o que é muito importante para a Amazônia, e dou por encerrada a sessão, convocando outra para a próxima sexta-feira.

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 50 minutos.)

#### COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

Destinada a apurar os conflitos de terra extensos no País.

#### 5<sup>a</sup> Reunião, realizada em 21 de junho de 1989

As vinte e um dias do mês de junho do ano de mil novecentos e oitenta e nove, às dez horas, na Sala número quatro, Ala Senador Nilo Coelho, Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Odacir Soares, Leite Chaves, Carlos Patrocínio, Severo Gomes e João Menezes, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a "apurar os conflitos de terra existentes no País".

Comparecem, ainda, os Senhores Deputados Vicente Bogo e Antônio Marangoz.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Mansueto de Lavor, Aluízio Bezerra, Teotônio Vilela Filho e Jamil Haddad.

Havendo número regimental, são abertos os trabalhos pelo Senhor Presidente, Senador Odacir Soares, que solicita, nos termos regimentais, a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que, logo após, é dada como aprovada.

Proseguindo, o Senhor Presidente esclarece que a presente sessão destina-se ao depoimento do Senhor Aloísio Carneiro, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura — Contag, convidando-o para tomar assento à Mesa.

Após o juramento, o Senhor Aloísio Carneiro inicia sua explanação, analisando vários projetos sobre reforma agrária que nunca obtiveram êxito devido aos interesses do latifúndio. Cita, ainda, conflitos pela posse da terra e a violência no campo, trazendo documentos que demonstram estas ocorrências. Em al-

guns tópicos de seu depoimento, o Senhor Aloísio Carneiro é assessorado pelo Senhor Zekebeke, também da Contag.

No período das interpelações, usam da palavra o Relator, Senhor Senador Leite Chaves e Senhores Senadores Carlos Patrocínio, Severo Gomes, João Menezes e Deputados Vicente Bogo e Antônio Marangoz.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu Helena Isnard Accauhy Sarres dos Santos, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com o anexo que traz o apanhamento dos debates.

**ANEXO À ATA DA 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A APURAR OS CONFLITOS DE TERRA EXISTENTES NO PAÍS, REALIZADA EM 21 DE JUNHO DE 1989, ÀS 10 HORAS, DEPOIMENTO DO SENHOR ALOÍSIO CARNEIRO, PRESIDENTE DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA — CONTAG, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR SENADOR ODACIR SOARES, PRESIDENTE DA COMISSÃO.**

Presidente: Senador Odacir Soares  
Vice-Presidente: Senador Mansueto de Lavor

Relator Senador Leite Chaves  
(Integra o anexo que traz o apanhamento Taquigráfico)

O SR. PRESIDENTE (Odacir Soares) — Convido para tomar assento à Mesa o Senhor Presidente da Contag.

Está aberta a reunião dos trabalhos da CPI que está apurando os conflitos de terra no País.

O depoente é o Dr. Aloísio Carneiro, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura — Contag. Peço a S. Ex. que, de pé, proceda ao juramento de praxe.

O SR. ALOÍSIO CARNEIRO — "Juro, sob palavra de honra, dizer a verdade do que souber e o que me for perguntado".

O SR. PRESIDENTE (Odacir Soares) — Passo a palavra ao Dr. Aloísio, para produção do seu depoimento.

O SR. ALOÍSIO CARNEIRO — Sr. Presidente desta CPI, Sr. Relator, companheiros da Contag aqui presentes, demais pessoas:

CONTAG  
CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA

Brasília (DF), 21 de junho de 1989

CONFLITOS DE TERRA EXISTENTES NO PAÍS

Depoimento do Sr. Aloísio Carneiro, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura — Contag, na Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar os conflitos de terra existentes no País.

rito destinada a apurar os conflitos de terra existentes no País.

A história dos conflitos pela posse e uso da terra no Brasil é antiga. Podemos afirmar que sua origem remonta à entrada dos primeiros colonizadores portugueses e, de modo especial, quando estes promoveram a grande caça aos índios, donos incontestes de nosso território.

Extraindo dessa mesma história o enfoque da reforma agrária, a luta dos trabalhadores rurais por sua concretização origina-se, praticamente, desde o episódio da libertação dos escravos que, fora do jugo direto dos senhores da terra, começaram a ensaiar os primeiros passos pela conquista de áreas onde pudessem trabalhar mais livremente.

Desde então, tanto as distorções de nossa estrutura agrária vêm sendo apontadas pelos que a têm estudado, quanto a necessidade de uma reforma agrária como solução definitiva para os problemas da nossa agricultura e para a plena integração dos trabalhadores rurais à vida nacional.

Não faltaram, sobretudo, a partir de 1930, projetos de lei de reforma agrária apresentados ao Congresso Nacional, além de iniciativas do Executivo em formar grupos ou comissões para estudo do problema. Os interesses do latifúndio, entretanto, sempre pesaram mais, fazendo com que projetos e estudos não passassem de justificativas para criação de órgãos encarregados de soluções paliativas ou de documentos elucidativos da realidade agrária brasileira.

Ao longo dos anos, não foram poucos os trabalhadores rurais mortos, presos ou torturados, lutando do jeito que podiam, isolados, com as armas que possuíam, pela democratização da propriedade da terra.

A organização dos trabalhadores rurais em seus sindicatos e associações, numa mobilização inédita em nossa História, por sua rapidez e extensão, é que deu novos rumos à luta pela reforma agrária. A partir dessa organização intensificada sobremaneira no início da década de 60, a reforma agrária tornou-se preocupação nacional e impôs-se como tema obrigatório de discussão no cenário político.

A própria mudança do regime político em 1964, apoiada com entusiasmo pelos latifundiários, não foi capaz de conter as pressões em favor da reforma agrária. O regime autoritário, num momento em que ainda não se tinha afirmado plenamente, foi obrigado a se contrapor aos interesses imediatos de seus aliados, propondo ao Congresso Nacional uma lei de reforma agrária.

Já naquele momento reconhecia o Governo, em sua Mensagem nº 33, que o Estatuto da Terra não era um presente dado aos trabalhadores, mas uma reposta aos anseios de reforma e justiça social de legiões de assalariados, parceiros, arrendatários, ocupantes e posseiros que não vislumbram, nas condições atualmente vigentes no meio rural, qualquer perspectiva de se tornarem proprietários da terra que cultivam.

O Estatuto da Terra surgiu, por consequente, em 1964, de um lado, para responder às pressões e ao grande debate que se travava em torno das reformas de base, incluída entre elas a reforma agrária, de outro, por força dos anseios, organização e mobilização dos trabalhadores rurais em busca da justiça social. Muito embora representasse uma solução de compromisso entre os interesses dos trabalhadores rurais e dos grandes proprietários, criou as condições legais necessárias ao desencadeamento de um processo de reforma agrária em nosso País. Definiu e diferenciou, claramente, as atividades relativas à reforma agrária das ações referentes à Política de Desenvolvimento Agrícola: tributação da terra, colonização, assistência e proteção à economia rural uso ou posse temporária da terra, parceria agrária e arrendamento rural, etc.

Estavam previstos no Estatuto da Terra os objetivos sociais, econômicos e políticos a serem atingidos, bem como os instrumentos possíveis de serem utilizados e as diretrizes operacionais a serem seguidas na implementação daquelas políticas distintas.

O Estatuto da Terra nascia, por assim dizer, como um instrumento do Estado para que, em desencadeando o processo de reforma agrária, possilisasse a mudança da estrutura agrária brasileira, cujo sistema de posse e uso da terra foi aceito pelos signatários da referida lei como sendo injusto: a Mensagem nº 33, de 1964, que encaminhou o projeto de Estatuto da Terra para ser aprovado pelo Congresso Nacional, diz textualmente: "impulsionar, respeitando as particularidades de cada país, programas de reforma agrária integral, encaminhada à efetiva transformação onde for necessária a modificação das estruturas dos *injustos sistemas de posse e uso da terra*, (grifo nosso) a fim de substituir o regime de latifúndios e manifúndios por um sistema justo de propriedade, de maneira que, complementada por crédito oportuno e adequado, assistência técnica, comercialização e distribuição dos seus produtos, a terra se constitua, para o homem que a trabalha, em base da sua estabilidade econômica, fundamento do seu crescente bem-estar e garantia de sua liberdade e dignidade".

Passaram-se 21 anos de Estatuto da Terra, período em que o Governo foi criando e extinguindo grupos de estudo e órgãos encarregados de execução da reforma agrária e foi elaborando instrumentos legais: portarias, instruções normativas, decretos etc. com o objetivo de viabilizar a reforma agrária e de impulsionar o desenvolvimento rural. Num e noutro campo são exemplos: o Ibra — Instituto Brasileiro de Reforma Agrária; o Inda — Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário; o primeiro, instituído para executar a reforma agrária e o segundo, para promover atividades voltadas para o desenvolvimento agrícola; o Geran — Grupo Executivo de Racionalização da Agroindústria Canavieira do Nordeste; o Proterra — Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste. Em 1970, foram extintos o Ibra e o Inda e foi criado o Incra — Instituto Nacional

de Colonização e Reforma Agrária, cujas ações e recursos foram canalizados mais para a colonização, ficando a reforma agrária relegada a segundo plano. Um dos eventos mais drásticos para a execução de reforma agrária nesse período foi a aprovação das Resoluções nº 5 e 6 do Conselho de Segurança Nacional, referentes à Amazônia Legal, em junho de 1976, estabelecendo normas para a legalização de terras adquiridas à revelia da lei e da ordem e regularização de posses em áreas devolutas de até dois a três mil hectares, conforme se situem ou não na faixa de fronteira, quando a Constituição Federal, art. 171, assegurava a preferência para a regularização de posses até 100 hectares. Contrariando qualquer ordenamento jurídico e/ou administrativo com vistas à execução da reforma agrária, essas resoluções permitiram aos grileiros a legalização de áreas que eram pertencentes ao Estado e à União, tornando cada vez mais difícil o acesso à terra para o pequeno produtor da região, que continua até hoje como uma das principais detentoras de conflitos pela posse e uso da terra.

Em 1985, o Governo, ao divulgar o Plano Nacional de Reforma Agrária, apoiou-se em uma análise de dados sobre a nossa estrutura agrária, constatando que ao invés da mesma ter se modificado ao nível da distribuição da terra para os agricultores, a terra havia se concentrado mais ainda nas mãos dos latifundiários, conforme consta explicitado na "Proposta para Elaboração do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária".

Em 1980, por exemplo, os estabelecimentos com área igual ou superior a 1.000 hectares representavam cerca de 1% do total de propriedades e 45% da área total. Os estabelecimentos com área inferior a 100 ha configuravam quase 90% do total, mas sua participação era de apenas 20% da área total.

Esses foram dados coletados do Censo Agropecuário de 1980, pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE. Se tomarmos, entretanto, argumentam os autores da 1ª proposta citada, os dados do Incra, órgão, naquele ano, encarregado, pelo Governo, de realizar a reforma agrária, a concentração de terra entre os anos de 1967 a 1984, apresenta-se mais gritante.

Em 1984, os imóveis com mais de 1.000 ha passaram a ocupar 58,3% da superfície total dos imóveis cadastrados e representavam 2% daquele mesmo total. Por sua vez, os imóveis com menos de 100 ha tiveram uma participação de 14,0% e representavam 83,2%.

Em 1967, a situação era assim: os imóveis com mais de 1.000 ha ocupavam 46,9% da superfície total dos imóveis rurais no País. Os imóveis com menos de 100 ha ocupavam 18,7%.

Pelos dados acima conclui-se que as propriedades com mais de 1.000 ha aumentaram em área 11,4%. Os imóveis com menos de 100 ha diminuíram em 4,7% sua área total, a contar do ano de 1967 a 1984.

O problema só fica por aí. Continua o documento: em 1984, constatava-se a existência

de 10,6 milhões de trabalhadores rurais sem terras, enquanto isso, 409 milhões de hectares foram enquadrados como pertencentes a latifundiários, portanto, detentores de áreas que não cumpriam sua função social. Em 1972, aquela quantidade representava cerca de 25% de área aproveitável não explorada. Em 1984, passou a ser 41% da área aproveitável não explorada.

A concentração de terra se avolumou mais ainda se considerarmos que, em 1984, chegávamos à incrível situação de se ter no País 342 proprietários de latifundiários por dimensão controlando 47,5 milhões de hectares, área que possui 5 milhões a mais de hectares daquela que estava em poder de 2,5 milhões de minifundiários.

Esses dados mostram que a reforma agrária preconizada pelo Movimento Sindical não existiu, no período dos 21 anos de Estatuto da Terra, em benefício da população rural dos sem-terra e dos que têm terra insuficiente, inclusive para sua manutenção e de sua família. Em contrapartida, as transformações havidas na estrutura agrária no mesmo período, só beneficiaram os grandes proprietários, desde que, representando apenas 2% do total de imóveis acima de 1.000 ha, estavam, em 1984, com o controle de 60% da área aproveitável, além do que gozavam de outras vantagens, tais como: incentivos fiscais, obras de infra-estrutura construídas pelo Poder Público, crédito fácil, assistência técnica, etc.; componentes esses ausentes ou extremamente dificultados para os pequenos produtores.

As consequências dessa política agrária e agrícola não poderiam ser diferentes: aumento dos trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra, o empobrecimento acelerado desses trabalhadores, o aumento de conflitos de terra e da violência no campo, a corrida desenfreada para as cidades. De 1978 para 1984, os pequenos proprietários passaram de 1.469.000 para 1.872.000; os posseiros passaram de 505.000 para 644.000; os parceiros e arrendatários passaram de 395.000 para 613.000; os assalariados permanentes passaram de 1.104.000 para 2.147.000; os assalariados temporários passaram de 2.560.000 para 4.260.000; outros trabalhadores não assalariados passaram de 713.000 para 1.104.000.

Observa-se que no período de tempo acima considerado o número de trabalhadores rurais sem terra, no regime de assalariado, parceiro, arrendatário e posseiro, aumentou no total e por grupo. Os pequenos proprietários tiveram um acréscimo em sua quantidade anterior da ordem de 403 mil companheiros. Uma análise mais acurada dessa realidade vem a demonstrar, contudo, que o aumento verificado não significou necessariamente o aumento das áreas de terras destinadas ao pequeno. Pelo contrário, houve mais um processo de subdivisões sucessivas das áreas dos pequenos proprietários em favor de filhos, irmãos, outros parentes e até outros companheiros.

Os dados demonstram, também, que passamos de 6.746.000 trabalhadores sem terra ou com pouca terra, para um total de

10.640.000 em plena vigência do Estatuto da Terra. Não era para menos: se reforma agrária se medisse por desapropriações, os 21 anos de Estatuto da Terra só produziram umas 203 desapropriações e um número insignificante de assentamentos em relação às necessidades dos beneficiários.

Quanto ao empobrecimento, observe-se que na década 70/80 um por cento da população rural mais rica, quase triplicou seus rendimentos; os 5% (cinco por cento) quase dobraram seus rendimentos, enquanto os 50% (cinqüenta por cento) mais pobres ficaram duas vezes mais pobres ainda.

Se atentarmos para os dados gerais referentes a rendimentos, na área rural, a partir dos 10 anos de idade vamos constatar que 64,5% dessa população vivem na faixa de sem rendimentos até meio salário mínimo mensal.

O quadro de conflitos pela terra acompanhado por atos de violência, incluindo-se, assassinatos, também vinha crescendo: o documento-proposta para o 1º Plano Nacional de Reforma Agrária, tomando por base as estatísticas da Contag, CPT e Abra, em 1976, registra 126 conflitos e 31 assassinatos; em 1981, registra 896 conflitos e 91 assassinatos; em 1984, registra 950 conflitos e 180 assassinatos.

Completando esses dados assiste-se, em torno do mesmo ano de 1984, ao vertiginoso êxodo rural responsável pelo ingresso de 1 (um) milhão de pessoas/ano, nos grandes centros urbanos, cuja estimativa apontava, para 1990, a existência de 11 (onze) milhões de desempregados, caso não fosse contido aquele fluxo migratório.

Foram esses alguns dos indicadores que impulsionaram o Governo a aprovar, pressionado, também, pelas mobilizações e pressão dos trabalhadores rurais e movimentos populares e democráticos, o Plano Nacional de Reforma Agrária — PNRA, através do Decreto nº 91.766 de 10 de outubro de 1985.

O Plano Nacional de Reforma Agrária previu o período de 1985/1989 para sua execução, findo o qual, estariam ocupados 430.000 km<sup>2</sup> e estariam beneficiadas 1 milhão e 400 mil famílias, com metas anuais preestabelecidas, conforme tabela abaixo:

Período	Famílias Beneficiárias
1985/86	150.000
1987	300.000
1988	450.000
1989	500.000
Total	1.400.000

#### O PNRA E O MÓVIMENTO SINDICAL DE TRABALHADORES RURAIS

Logo após da divulgação do Plano Nacional de Reforma Agrária, o Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais, através da Contag e do seu Conselho de Representantes fez o seu primeiro pronunciamento afirmando que a proposta para o 1º PRNA da Nova República, embora se tratando de uma proposta tímida e

insuficiente em relação às metas reivindicadas pelos trabalhadores rurais, no seu 4º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais realizado em 1985, contou com o apoio do MSTR, porque representava o passo inicial para o desencadeamento do processo de reforma agrária em nosso País.

O Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais, entretanto, constatou que o PNRA, apesar de ter sustentado a meta de 1.400.000 (um milhão e quatrocentos mil famílias) a serem assentadas no período 1985/1989, representou um recuo em relação à proposta original do Governo e um recuo maior, ainda, em relação às propostas de reforma agrária do Movimento Sindical, aprovadas naquele mesmo Congresso.

Na avaliação feita pelo MSTR os aspectos mais graves contidos no plano foram:

1. A questão da negociação antecedendo à desapropriação como instrumento de execução da reforma agrária. A negociação, como mecanismo prioritário e prévio em relação à desapropriação, será um sério impedimento à concretização da reforma agrária, mesmo porque não se conhece, nem foram fixados pelo Governo quais os procedimentos e limites dessa negociação.

2. A limitação imposta ao PNRA em relação à desapropriação de áreas de concentração de parceiros e arrendatários, o que contraria claramente o Estatuto da Terra.

3. A limitação imposta ao PNRA no tocante à desapropriação dos latifúndios e conceituação destes que afrontam o Estatuto da Terra.

4. A não definição no PNRA das áreas prioritárias, componente essencial ao desencadeamento da reforma agrária.

Ainda na mesma oportunidade, o MSTR afirmou que na definição de sua ação no processo de reforma agrária priorizará as resoluções do seu 4º Congresso, visando à superação da estrutura agrária altamente concentrada, injusta e marginalizadora de milhões de trabalhadores rurais.

Pela continuidade dos acontecimentos contrários à reforma agrária, pouco adiantaram, para as decisões do Governo, o peso das manifestações e a avaliação do MSTR a respeito da necessidade de um processo de reforma agrária amplo, massivo, imediato e com a participação dos trabalhadores rurais. Gradualmente, a reforma agrária como Plano Nacional, delimitando metas de desapropriação de terras por interesse social, número de famílias a serem assentadas e contemplando medidas complementares necessárias à sua execução foi se esvaziando, cedendo lugar a desapropriações isoladas com fins claros de aliviar tensões em alguns lugares ou de beneficiar latifundiários já decididos a não mais lidar com a terra.

Mas a situação não parou apenas no atraso de processos de desapropriação, na tentativa de rebaixar as metas, etc. Em 21 de outubro de 1987 foi desfechado o golpe fatal. Através do Decreto-Lei nº 2.363, sob a encorregada e o disfarce de extinguir o Incra, órgão encarregado de fazer a reforma agrária, o objetivo

era o de dar mais um freio no processo que, pelo menos, vinha fazendo algumas desapropriações.

Mais uma vez, o MSTR avaliou a nova medida e através da Contag e do Conselho de Representantes assim se expressou: "trata-se de um ato de hostilidade à classe trabalhadora rural e, sem dúvida, aos vários segmentos populares da sociedade, além de ser uma tentativa de desmoralizar a Assembléia Nacional Constituinte". Não pode ser outro — continuou o documento — o sentido de um decreto-lei que, revogando o que há de mais essencial no Estatuto da Terra, resolve nos termos da exposição de motivos "alterar a noção conceitual de propriedade" às vésperas da Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte discutir e votar o tema reforma agrária.

Tendo em vista que um dos marcos da reforma agrária é se fazer valer do instituto da desapropriação de terras que não estejam cumprindo a sua função social, o decreto praticamente inviabilizou, durante sua vigência, a reforma agrária, impedindo as desapropriações, conforme reivindicadas pelo movimento sindical.

Hoje, que a Constituição já foi aprovada, a avaliação do Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais é de que, realmente, o referido decreto exerceu forte poder de coação na Assembléia Nacional Constituinte. Não obstante toda uma luta dos Constituintes progressistas, passou a reforma agrária para a Constituição, mas ficando insuscetível de desapropriação a terra produtiva, aumentando, com essa medida, o poder de manobra dos proprietários para que suas terras nunca sejam desapropriadas. Sobre essa relativa vitória dos latifundiários, os trabalhadores vêm sofrendo as primeiras consequências: o processo de desapropriação via mecanismos do acordo com o proprietário ou da compra de suas terras, utilizados, sobretudo a partir do Decreto-Lei nº 2.363, passou a ser, praticamente, a única forma de atuação do Governo para sanar os conflitos existentes.

O balanço atual é de que a reforma agrária do Brasil, desencadeada por força do Plano Nacional de Reforma Agrária e por iniciativa do Governo, entrou num verdadeiro descasco, só existe na propaganda. Primeiramente, incidentes e crises sucessivas, resultando na constante troca de Ministros — 5 até o momento; depois, a extinção do Incra e do Mirad e, agora, os dados que se apresentam como demonstrativo do que foi realizado indicam uma reforma agrária de objetivos, metas, medidas complementares e estratégias de ação, tudo perfeito, mas no papel. O pouco que se fez ainda foi a partir da pressão dos trabalhadores, através de suas organizações, apoiados por forças populares e democráticas que sempre estiveram ao seu lado. De 1.400.000 famílias projetadas para estarem assentadas até fins de 1989, constata-se, hoje, quase concluindo o período do plano que há uma capacidade total de assentamento de apenas 112.669 famílias e, desse total, apenas 81.000 famílias foram

assentadas de acordo com estimativas do Incra.

Conforme o plano citado, existem no Brasil 509 milhões de hectares que, segundo as definições de latifundiários por exploração e dimensão, seriam passíveis de desapropriação. Os resultados, contudo, demonstram a enorme distância que está a existir entre o necessário e o que foi executado. Apenas 4.840.669 hectares foram desapropriados até o momento. A imissão de posse só foi possível para 2.398.998 hectares. Boa parte do restante de hectares desapropriados encontra-se em discussão judicial; a outra parte, impedida de imissão de posse por motivos diversos, inclusive referentes a situações administrativas. Os totais de hectares acima correspondem a, respectivamente, 651 imóveis desapropriados. Anexo 1.

Vê-se, a nível de conclusão, que a estrutura agrária continua praticamente inalterada, sem contar que, não havendo as soluções complementares anunciamas no plano, os próprios trabalhadores já beneficiados com a terra poderão cair no desânimo e carisaço, provocando retorno a situações anteriores, onde a concentração da terra poderá avançar, inclusive em áreas já desapropriadas.

## 2. OS CONFLITOS PELA POSSE E USO DA TERRA E A VIOLENCIA NO CAMPO

A não-concretização da reforma agrária, conforme acabamos de expor, tem sido, sem dúvida, a causa primeira da existência dos conflitos e consequente violência no campo. Da necessidade que os trabalhadores têm de cultivarem a terra como única fonte de seu trabalho, segurança e vida, gera-se a luta por sua permanência nessa terra, na qual muitas vezes, há anos, eles vêm morando e trabalhando e que, pela ganância de proprietários ou de grileiros, esses trabalhadores, de uma hora para outra, ficam impedidos de a cultivarem ou compelidos e dela saírem sem nenhuma compensação ou direito resarcido.

A violência, por sua vez, gerada desse confronto em que, de um lado o proprietário e grileiro investem no sentido de expulsar o trabalhador e, de outro, o trabalhador se organiza para resistir a ficar sem teto e sem trabalho, possui características próprias e bem acentuadas, umas vezes sendo efeitos da estrutura agrária concentracionista e, em outras circunstâncias, agindo como causas de mesma violência, em termos de sua existência, amplitude e gravidade. Essas características é que pretendemos denunciar, talvez já com atraso, perante essa digna e necessária Comissão Parlamentar de Inquérito.

Valem-se da violência os grandes fazendeiros e os grileiros de terras. Mas valem-se da violência também os grupos econômicos supostamente "modernos" que, legal ou fraudulentamente, adquirem terras para especulação ou para implantação de algum projeto.

Exemplo típico de conflito dessa natureza ocorreu no imóvel rural denominado "Engenho Patrimônio", de propriedade da Agrimex

— Agroindustrial Mercantil Excelsior S.A. localizado no município de Condado, no Estado de Pernambuco. Há anos inúmeras famílias de trabalhadores rurais detêm a posse marisa, pacífica e de boa fé, de parte das terras do "Engenho Patrimônio". Sentindo-se prejudicadas pela Agrimex, de modo especial pelo Senhor João Santos, titular do grupo "João Santos", os trabalhadores entraram junto ao Mirad — Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, com um pedido de desapropriação. Não concordando com a medida, a Agrimex intensificou a perseguição aos trabalhadores destruindo suas lavouras e benfeitorias e atentando, através de seu "Esquadrão da Morte", contra os trabalhadores Manoel José do Nascimento, José Barbosa da Silva Filho e José Pereira de Matos com o uso de espingardas. 12, episódio ocorrido no dia 9 de fevereiro de 1988. No dia seguinte, os pistoleiros voltaram ao referido engenho e assassinaram o agricultor José Soares da Silva Filho a tiros de espingarda do mesmo calibre. Não satisfeitos, os pistoleiros de João Santos, que se escondia na figura de empresário/industrial, feriram gravemente o trabalhador rural Genival Martins da Silva. Esses acontecimentos puseram fim aos entendimentos que os trabalhadores rurais vinham mantendo com o grupo João Santos, através de suas entidades sindicais, que por continuarem resistindo, conseguiram, no início de 1989, uma área de 258,34ha, parte integrante do "Engenho Patrimônio". Anexos de nº 2.

Apesar de determinados grupos econômicos chegar ao cúmulo de investir contra trabalhadores rurais cuja situação já se encontra resolvida ou em vias de solução por órgão de Governo, como bem se situa o conflito a seguir:

A Comunidade conhecida pelo nome de "Abacatal", sediada em Ananindeua, Pará, foi vítima de ações violentas praticadas por proprietários da Empresa de Transporte Rio Castanha, cuja sede administrativa localiza-se em Brasília. Com base num mandado de reintegração de posse expedido pelo Juiza local, cerca de 20 empregados da referida empresa, com garantia da Polícia Militar do Estado e de um oficial de justiça, derrubaram as casas dos trabalhadores. A Comunidade mantém projetos avi-agropecuários, psicultura e maracujá financiados pela Sudam — Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia e apoiados pela Emater. O processo judicial permanecer em tramitação na Justiça. Os trabalhadores permanece na área sob constantes ameaças, insegurança e tensão. Por parte dos trabalhadores a ação é pela garantia de seus legítimos direitos e indenização por perdas e danos. Anexos de nº 3.

Enquanto em determinados períodos de nossa história os conflitos de terra se resumiam a litígios entre herdeiros, a partir da consciência da sociedade brasileira, ainda que incipiente, e a dos trabalhadores rurais de que a reforma agrária é uma questão nacional, mais evidenciou-se o embutido poder político dos detentores de latifúndios. A luta dos trabalhadores por um pedaço de terra, além de

buscar condições de vida, questiona esse poder político também concentrado tanto quanto se encontra a terra nas mãos de poucos. Essa é uma das razões pelas quais os "donos da terra" ao programarem a onda de violência, o fazem visando, por amostragem que já vai muito alta, a eliminar os líderes das organizações dos trabalhadores, objetivando anular ou pelo menos diminuir o avanço da consciência política da classe trabalhadora, capaz de, mais cedo ou mais tarde, obstacular aquele poder político exercido pelos latifundiários.

São esclarecedores e comprovadores dessa programação os conflitos que reduziram em assassinatos de dirigentes sindicais, advogados do Movimento Sindicado de Trabalhadores Rurais e ativistas de outros grupos ou entidades, especialmente da Igreja, hierárquicos ou leigos, engajados na mesma luta pela libertação dos oprimidos.

Dentre esses, como exemplos, citamos os assassinatos de Sebastião Lan e de Chico Mendes. Sebastião Lan era Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cabo Frio, no Estado do Rio de Janeiro. Sebastião Lan era posseiro na Fazenda Campos Novos, há mais de 15 anos, sempre lutando com outros companheiros seus por uma reforma agrária que viesse por fim aos conflitos de terra no estado e ao conflito no qual ele próprio estava envolvido. No momento, o companheiro Lan desempenhava forte liderança sindical na região e nas lutas em defesa dos trabalhadores, recebendo por isso ao longo de seus doze anos de atuação à frente do sindicato, constantes ameaças e tentativas contra sua vida. Não obstante as permanentes denúncias, as providências não foram tomadas, culminando com a morte do companheiro. Anexos de nº 4.

Francisco Alves Mendes Filho, vulgo "Chico Mendes" assassinado em 22 de dezembro de 1988. Francisco Alves Mendes Filho era seringueiro. Como líder da região Chico Mendes era Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri — Acre e integrante de movimento que terminou por criar o Conselho Nacional dos Seringueiros, "a partir de lideranças sindicais vinculadas ao extrativismo e baseado em comissões municipais escolhidas em assembleias... Além de líder dos trabalhadores rurais e seringueiros... representava a junção dos vários componentes inovadores do movimento dos povos da floresta". Anexos de nº 5.

A convivência de autoridades, especialmente de Delegados de Polícia, comandando seus contingentes de policiais, acobertados ou não por mandados judiciais, mas acompanhando proprietários, jagunços e grileiros é uma outra característica das violências desfechadas contra os trabalhadores que lutam apenas pelo seu direito de viver *trabalhando* em terras que não compreendem a sua função social.

Escolhemos para exemplo o conflito da Fazenda "Poço da Vovó", distante 8 quilômetros do Distrito de Otoni, município de Monte Azul, Minas Gerais, na área de influência do Projeto Jaiba. O conflito teve início há mais

de dois anos, quando o fazendeiro Pedro Trindade Filho ajuizou uma ação de reintegração de posse contra famílias de lavradores, cujo resultado não lhe foi favorável, porque o referido fazendeiro não conseguiu provar sua propriedade sobre as terras. Conforme denúncia anexa, no dia 14 de abril de 1988, o Comandante do Destacamento Policial de Otoni, Sargento Plínio, deslocou-se aos casebres dos posseiros, a pedido do fazendeiro e acompanhado pelos jagunços "Julião" e "Manelão" e, em chegando lá, teria orientado os posseiros a saírem do local. À tarde do mesmo dia, uma equipe da PM de Janaúba, comandada pelo Capitão Osvaldo, teria chegado à mesma fazenda e destruído com a ajuda de jagunços o casebre do posseiro Alaor Neres Miranda. No dia seguinte, com a polícia já fora do local, os jagunços efetuaram sucessivos disparos contra o posseiro Hermes Bispo e o seu filho Almir, ocasionando a morte de Hermes e ferimentos nas costas do Almir. Apesar de perseguida, a mulher de Alaor e respectiva criança que inclusive se achava doente, escapou a pedido de um dos jagunços. É interessante frisar que segundo o Comandante do 10º BPM, Airton de Araújo Campos, somente tomou conhecimento do caso, através de Almir Queirós da Silva que, mesmo baleado, arrastou-se até à estrada e foi socorrido por uma guarnição daquele destacamento. Anexos de nº 6.

É comum também, à violência praticada no campo, além do objetivo de expulsão dos trabalhadores, buscar impedir o exercício da atuação sindical em defesa da classe. É o que podemos averiguar nos exemplos seguintes:

No povoado "Centro do Machado", localizado no município de Esperantinópolis, no Estado do Maranhão, 14 famílias que há mais de 10 anos ali viviam morando e trabalhando, pacificamente, começaram a ser pressionados pelo Sr. Gonçalo Ribeiro Martins a pagar renda por áreas que certamente não pertenciam ao citado senhor. Tendo em vista que o sindicato através de seus diretores argumentou em favor dos posseiros, o Sr. Gonçalo iniciou uma série de investidas contra o sindicato e, especialmente, contra o Delegado Sindical, Sr. Raimundo Nunes Sales, e contra os posseiros. Não havendo uma solução imediata para o problema, o Sr. Gonçalo, através do sr. Aldenor Valentim da Silva e 6 pistoleiros, contratados para tal fim, invadiram a casa do Sr. Dóroteu Fortes de Souza e o mataram, em 29 de agosto de 1988. Anexos de nº 7.

O Secretário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Presidente Olegário, no Estado de Minas Gerais, Sr. Antônio Batista da Silva, foi agredido por Graldo Magela de Oliveira e Lázaro Adilson de Oliveira, em 20 de novembro de 1988. Os agressores, ao espancarem o Sr. Antônio, o acusavam de promover invasões de terras no Município e de pretender tornar Fazenda "Barreirão/Buenos Aires", de propriedade do Sr. Evandro de Deus Vieira, cunhado daqueles dois senhores. Ressalte-se que o proprietário da Fazenda, objeto de reivindicação de desapropriação pe-

las famílias e por suas entidades sindicais, mantinha negociações com o Mirad para uma possível desapropriação amigável, não se justificando, pois as agressões ao dirigente sindical que atuava no cumprimento de seu dever e no exercício de seu direito, como representante da classe. Anexos de nº 8.

Há conflitos que espelham o sadismo dos opressores, numa atitude de total desrespeito dos mínimos direitos humanos. Não bastasse as violências físicas e a própria agressão à vida no ato de expulsão de famílias inteiras de seus locais de morada e trabalho, tais agressores procuraram atingir que há, ainda, de mais sagrado entre as pessoas simples representado pelo pudor ético e moral.

Os moradores do lugar denominado "Burarama" ou "Murarema", no município de Benedito, no Estado do Pará, há muitos anos trabalhando no local, a partir de meados de 1984, começaram a ser perseguidos pelo Sr. Schepper Kabacknick que, acompanhado de policiais, se dirigiu aos moradores para expulsá-los, sem mandado judicial. Posteriormente, reforçados por uma liminar judicial oriunda de uma Ação de Manutenção de Posse, o homem voltou a área mais uma vez com policiais, os quais algemaram pessoas, arrastaram para um cárcere privado do referido senhor, ao tempo em que jagunços nas matas próximas cometeram toda as violências possíveis — apalparam as mulheres em seus órgãos sexuais e ameaçaram de morte os moradores. Enquanto isso, ainda, os policiais que conduziam os algemados, obrigaram-nos a declarar que o Presidente era o insuflador do conflito. Anexos de nº 9.

A violência assume, também, em alguns casos de conflitos, as características de guerra em que soldados organizados por comandos e estratégias estritamente militares se investem contra trabalhadores, objetivando a desocupação e tomada de "territórios" e que encerrado o fogo, via de regra, são devolvidos aos pretendentes donos tenham estes razão ou não.

Enquadra-se nesse tipo de conflito o episódio da Fazenda "Santa Elmira" no Salto de Jacui, Rio Grande do Sul, quando mais de 500 famílias que ocupavam a referida fazenda foram barbaramente massacradas por grandes contingentes policiais, resultando em muitos feridos, vários em estado grave, e prisões dos principais líderes do Movimento. A luta dos trabalhadores acampados teve início em 1987, quando, divididos em dois grupos, ocuparam simultaneamente as fazendas "Salso" e "Itati", em Palmeiras das Missões e em São Nicolau, respectivamente. Daí por diante, de ocupação em ocupação de terra e de promessa em promessa de autoridades governamentais de que solucionariam o problema, quase um ano e meio se passara sem nenhuma providência concreta satisfatória. Deu-se, então, o desespero dos trabalhadores: resistir a uma ordem judicial de despejo, resultando, daí, um verdadeiro massacre conforme foi amplamente noticiado. Anexo de nº 10.

Constata-se, também, a existência de conflitos em áreas de projetos oficiais e em empresas beneficiadas com programas de incen-

tivos fiscais, cuja aplicação de recursos se afasta muitas vezes de suas finalidades, constituindo-se num negócio especulativo e instrumento de concentração da terra.

No começo de 87, a Contag denunciou vários conflitos da natureza acima descrita, como exemplos o da Pecuária Rio Largo, Fazenda "Santa Cruz" e Pecuária Porto Alegre, situadas em Caxias, Maranhão, sob o domínio, na época, do Sr. Romero Costa de Albuquerque Maranhão, integrante de um grupo pernambucano que, a pretexto de criar gado, administrava um projeto financiado pela Sudene, tornando-se a área em palco de arbitrariedades e violências. Dentre os fatos denunciados, constava: destruição dos povoados "Central" e "Serraria", ameaças diversas de destruição dos povoados "Monte Valeriano", "Santa Cruz" e "Floresta"; prisões, agressões físicas e morais a trabalhadores e existência de milícia privada dos fazendeiros. Dessas pressões resultaram a expulsão de 160 famílias. Anexo de nº 11.

Além dos conflitos de terra, registra-se em áreas incentivadas por programas oficiais e em áreas de projetos particulares a utilização criminosa do "trabalho escravo", através do aliciamento ilegal de trabalhadores, inclusive menores ou a utilização de trabalhadores sem as mínimas condições de vida e salários. Nesses casos, o descumprimento da legislação trabalhista em vigor, mesmo em se tratando de grupos de trabalhadores acobertados por acordos ou convenções coletivas de trabalho é que se coloca como gerador da violência. Simples reclamações trabalhistas na Justiça são costumeiramente respondidas pelos patrões com a dispensa do trabalho e de diversos tipos de perseguição, chegando, por vezes, ao máximo de violência com o assassinato de trabalhadores. Aproveitamo-nos como exemplo o que foi constatado, em agosto de 1988, nas destilarias de Cachoeira, Rio Brilhante, MR-Maracaju, situadas no Estado de Mato Grosso do Sul.

Uma Comissão formada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura — CONTAG, as Federações de Trabalhadores na Agricultura e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Minas Gerais e Mato Grosso do Sul e pela Comissão Pastoral da Terra de Minas Gerais e Serviço Pastoral de Migrantes, constatou a existência de trabalhadores rurais aliciados, por "gatos" (empreiteiros de mão-de-obra) dos Estados de Minas Gerais, Paraná, São Paulo, Piauí, Ceará, Bahia, além de índios dos povos Terena, Guarani, Caiã, vivendo em precárias condições de vida: confinados em alojamentos, sem contato algum com a sociedade, situados no meio dos canaviais sem as mínimas condições de higiene, saúde, transporte, alimentação, etc. Anexo de nº 12.

Finalmente, associada à não-concretização da reforma agrária e às características dos conflitos de terra, vem a impunidade como outra grande causa da própria continuidade dos conflitos e da violência neles embutida. Esses três fatores somados faz-nos concluir que a situação dos trabalhadores rurais, especialmente, a escalada de violência que experi-

mentam atingindo suas famílias, seus líderes e seus aliados, não é casual. Se as suas bases estão na manutenção da injusta estrutura agrária e nas políticas governamentais que estimulam a concentração da propriedade da terra, a impunidade impulsiona o seu agravamento. Raramente as violências são apuradas. Quando são abertos os inquéritos, via de regra, são demoradas suas soluções e parciais. Poucos responsáveis são punidos em definitivo. Processos se arrastam na Justiça, juízes nem sempre demonstram a isenção devida. Quando, em situações que podem ser contadas nos dedos, a Justiça chega a condenar mandantes ou criminosos, é a vez da Polícia fazer prova de sua ineiciência: criminosos continuam em liberdade, realizando novas empreitadas. Nesse particular, são comuns respostas de autoridades confirmado ao Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais que estão empenhadas na apuração dos fatos, mas o mesmo não acontece em relação aos resultados que se resumiriam na punição severa aos responsáveis por qualquer atentado à vida do trabalhador.

Os dados, a seguir, situam de uma maneira mais geral, a gravidade dos problemas que acabamos de expor.

O Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais, denunciou nos anos de 1985 até junho de 1989, cerca de 202 assassinatos, a maioria, destes, provocados pela resistência dos trabalhadores na posse da terra; outros pela atuação sindical e casos ocorridos nas áreas de assalariados. Ao todo, 17 líderes sindicais e 5 advogados foram violentamente assassinados, dentre estes, 7 dirigentes em 88 e, neste ano, mais 4 companheiros perderam suas vidas lutando na defesa dos trabalhadores. Os Estados do Pará, Maranhão e Acre destacam-se como os mais violentos.

Nos últimos três anos a CONTAG, também, denunciou casos de conflitos pela posse com ocorrência de violências contra trabalhadores rurais e suas lideranças, praticadas por latifundiários, grileiros, pistoleiros e/ou a própria polícia militar.

Esses números, no entanto, não expressam totalmente a realidade, já que pelas dificuldades de acesso e pela própria pressão exercida pelos grileiros e latifundiários, muitas das violências sequer chegam ao conhecimento das nossas federações e sindicatos, ou por outra, são denunciadas nos Estados por nossas próprias entidades sindicais, não chegando aos registros da CONTAG.

Não ficam, entretanto, sem nosso conhecimento e acompanhamento dados produzidos por outros grupos ou entidades que militam no campo e que procuram, como aliados, contribuir para a organização e defesa dos direitos dos trabalhadores, a exemplo da Comissão Pastoral da Terra — CPT, Anistia Internacional, Associação Brasileira de Reforma Agrária, Campanha Nacional pela Reforma Agrária, entre outros.

## CONCLUSÕES

É voz corrente, e muitos documentos de entidades e setores ligados aos problemas rurais atestam, que a realidade dos trabalhadores rurais não pode continuar como está. O Plano Nacional de Reforma Agrária, lançado em 1985, contendo metas precisas, ano a ano, de sua execução, constitui um desses documentos que reconhece a gravidade da problemática no campo. Destacamos que, em se tratando de um plano de Governo, ele representa mais que um documento, na medida em que explicita compromissos com a Nação brasileira e, principalmente, com os trabalhadores rurais, tanto pelo seu conteúdo quanto a sua forma de lançamento, pelo Excelentíssimo Presidente da República, no Congresso Nacional da Classe Trabalhadora Rural, realizado em maio de 1985, em Brasília, Distrito Federal.

O não-cumprimento das metas expostas no referido Plano e as consequências geradas, dentre elas, o aumento de conflitos pela terra e a continuidade da violência no campo, nos obriga, neste momento, a continuar insistindo, como uma das principais soluções, pela concretização da reforma agrária, com a redistribuição de terra e dos recursos e medidas de apoio à agricultura, o que redundaria, com efeito, a curto, médio e longo prazos, na paralisação do êxodo rural forçado e do processo de inchação das cidades; na garantia de novos empregos e abastecimento do mercado interno.

Medidas mais rápidas, entretanto, por força da realidade a que se expõem os trabalhadores rurais deverão ser tomadas, conforme muitas vezes reivindicadas pelo Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais: utilização da desapropriação por interesse social como único instrumento para consecução da reforma agrária, com abandono imediato dos mecanismos do acordo e, especialmente, da compra de terra; desapropriação imediata de todas as áreas de conflitos pela posse da terra; definição de provisões claras de combate à violência no campo que possibilite ao conjunto dos policiais estaduais e federais a condução isenta dos inquéritos que apuram os crimes na área rural, identificando os reais criminosos e, especialmente, os seus mandantes. Completando essas medidas faz-se necessária, também, a adoção de uma política agrícola adequada aos interesses dos pequenos agricultores, especialmente quando se sabe por dados oficiais que as pequenas propriedades, entendidas aquelas com menos de cem hectares e cujas áreas correspondem a apenas 21% do total de estabelecimentos existentes, respondem por uma expressiva participação agrícola do País, além do que a pequena produção rural é responsável por 70% da população economicamente ativa da área rural e por 20% da força de trabalho nacional.

Finalmente, gostaríamos de externar nossa preocupação em relação aos anteprojetos de lei agrícola e de lei agrária que estão tramitando no Congresso Nacional. Naquela, adovagamos que haja uma política especial para

o pequeno produtor rural, assegurando-lhe, prioritariamente, e em condições adequadas às suas características sócio-econômicas, culturais e técnicas os recursos do Estado, ou articulados por este, para o estímulo direto ou indireto à atividade agropecuária. Quanto à lei agrária aceitar que uma grande propriedade rural seja insusceptível de desapropriação na presente conjuntura depende fundamentalmente de que esta se sobressaia por características de produtividade, de grau de aproveitamento da área cultivada, de respeito às relações de trabalho determinadas e de respeito ao meio ambiente que lhe assegurem a condição de uma empresa bem estruturada econômica e socialmente. Se não for assim, corre-se o risco de continuar mantendo o campo no Brasil a décadas do desenvolvimento alcançado pelo meio urbano.

Chamamos a atenção para o fato de que já há vinte e cinco anos existe na lei o conceito de "empresa rural", com estabelecimento de números quanto à produtividade e aproveitamento quantitativo de área, entre outras definições, que deve servir de parâmetro mínimo para a atual discussão sobre "propriedade produtiva".

Adotar, na lei agrária que se elabora, parâmetros técnicos, para a "propriedade produtiva", menos exigentes que aqueles constantes para a "empresa rural" do Estatuto da Terra, seria fazer sérias concessões à especulação imobiliária, à ineficiência produtiva e à concentração fundiária em detrimento do futuro de centenas de milhares de trabalhadores rurais sem terra em condições de subemprego e desemprego.

É o que tínhamos a expor.  
Muito obrigado.

## ANEXOS

Dois conjuntos de documentos acompanham esta exposição. O primeiro conjunto, conforme visto, exemplifica cada uma das características que arrolamos em referência aos conflitos pela posse e uso da terra, muito embora o normal seja a presença de várias características num mesmo conflito. O segundo conjunto é apresentado em complemento às características descritas e ao quadro geral da realidade dos trabalhadores rurais. Em ambos os casos trata-se de uma amostragem, mesmo que a consideremos extensa às finalidades da exposição em apreço.

O SR. DEPOENTE (Aloisio Carneiro) — Bom, desejamos saber se o Sr. Relator está satisfeito. Apenas citamos alguns exemplos que podem facilitar as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Soares) — V. S. acha que teria algum fato a ressaltar nas conclusões, ou poderia passar às perguntas?

O SR. DEPOENTE (Aloisio Carneiro) — Poderia passar às perguntas e no decorrer das respostas...

O SR. PRESIDENTE (Odacir Soares) — Então, tem a palavra ao Sr. Relator, Senador Leite Chaves.

O SR. RELATOR (Leite Chaves) — Sr. Presidente, Sr. Aloisio Carneiro, a Comissão e o Senado dão-se por satisfeitos com a sua presença.

V. S<sup>o</sup> procurou trazer uma visão abrangente sobre essa questão dos conflitos vivenciados pela sua organização.

Mostrou-se zeloso, fez um trabalho, não se limitou à improvisação, o que de antemão já mostra um retrato da seriedade com que V. S<sup>o</sup> procura dirigir a sua organização.

Houve razões para que esta Comissão se constituísse, que eram os conflitos permanentes. Mas a iniciativa foi nossa, porque, como Procurador-Geral da Justiça Militar, depois daquele caso de Rubens Paixa, recebi muitas cartas da Europa, de todas as classes denunciando crimes no setor rural.

Mas eles não eram denunciados, apenas. Era o País também alertado através daquelas cartas de que outras mortes haveriam de ocorrer com prazo determinado, como de fato ocorriam.

Fizemos a Constituição e tivemos uma grande preocupação de dar uma grande disciplina à terra. Creio que alguma coisa melhorou, mas a lei, agora, tem que ser delineada de seu particular para os casos setoriais a serem resolvidos.

Na Constituição que nós criamos, instituímos a proteção ao direito dos índios, o respeito às reservas, mas não tivemos o mesmo procedimento para os seringueiros, que, por séculos, por anos seguidos, viviam nos seringais, e não tinham uma proteção. De uns anos a essa parte é que começaram a surgir os conflitos.

Não sei se não seria mais correto que tivéssemos tido uma disciplina jurídica diversificada para o do País. Ora, se desde o descobrimento do Brasil, diz V. Ex<sup>o</sup>, que começou a exploração da terra e o regime é que não floresceu, como adotar, depois da Constituição, os mesmos comportamentos, as mesmas práticas para a Amazônia, em grande parte intocada? Por que não dar uma nova disciplina?

Mas isso é objeto de considerações gerais. Quero limitar-me a algumas perguntas a V. S<sup>o</sup>.

Em que estados, em que regiões do País os conflitos são mais graves, são mais violentos e carecem de uma interferência mais eficiente do Estado? Quer dizer, quais são os estados e as regiões em que esses conflitos são mais constantes, mais ocorrentes e carecem de uma providência mais enérgica, mais eficiente do estado, do Governo?

O SR. DEPOENTE (Aloisio Carneiro) — Pois não, Senador.

Primeiro, gostaríamos de fazer um comentário a respeito de sua primeira falação.

No entendimento da CONTAG parece-me que não é a solução o Legislativo produzir legislações ou leis que viessem a conter a violência. No nosso entendimento, temos leis suficientes para conter essa violência. O que falta, na verdade, é compromisso tanto do Judiciário, como da Polícia para punir, com as

leis que já existem, esses crimes que já aconteceram.

Por outro lado, não seria também isto que iria resolver os conflitos agrários no Brasil. No nosso entendimento, o que ressolveria os conflitos agrários no Brasil e a violência consequente disso seria exatamente a aplicação de um plano nacional de reforma agrária, que venha atender as necessidades daqueles que querem terra para trabalhar e, consequentemente, jogar água na fervura naquelas áreas onde existem conflitos, porque, na medida em que elas são desapropriadas, como mostrou na prática isso, esses conflitos desapareceriam a essas famílias estão produzindo e vivendo muito bem.

Então, no nosso entendimento, cabe ao Executivo incrementar esse plano nacional de reforma agrária, que, nosso entender, foi pouco e, desse pouco, quase nada aplicado. Apenas 10% desse plano, até agora, aplicou-se, quando estamos quase no final do Governo que se propôs a assentar a um milhão e quatrocentas famílias.

Respondendo a sua pergunta concreta, hoje temos violência no Brasil inteiro. Por incrível que pareça, até no Sul do País, nos Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná, onde se supõe que a propriedade da terra está definida, há violência, mas não tanto quanto no resto do Brasil.

E os estados que estão colocados nesse documento como os mais violentos são o Maranhão, o Pará e o Acre. São esses três estados que consideramos, ultimamente, que têm mostrado um grau maior de violência, com assassinatos cruéis.

O SR. RELATOR (Leite Chaves) — Quando o Diretor-Geral da Polícia Federal depôs — ele foi o último depoente — e deu conhecimento à Casa de que há organizações de prestação de serviços, a exemplo do que ocorre com entidades que prestam serviços à proteção de bancos, com a finalidade de proteção de fazendas, isto é, até certo ponto organizações de pistoleiros com a finalidade de reprimir, de proteger, mediante paga. V. S<sup>ta</sup> tem conhecimento dessas entidades? Existe isso?

O SR. ALOÍSIO CARNEIRO — Já recebemos denúncia de trabalhadores em que os fazendeiros contratam o que eles chamam de "guardas" da fazenda, que na verdade não são guardas coisíssima alguma, são, realmente, jagunços, que têm contrato de trabalho para matar lideranças ou limpar a área de alguns posseiros que existam em supostas propriedades deles. E se tem, inclusive, informação de que, nos Estados do Pará e de Mato Grosso, estava se desligando da polícia e que já tinham mão-de-obra qualificada para esse fim e se empregavam com esses fazendeiros, ou com esses grileiros, ou esses grupos econômicos, porque já têm um passado, ou seja, o fato de cara ter convivido com a polícia o fazia uma mão-de-obra para o fim que o fazendeiro queria, talvez qualificada.

Isso soubemos de trabalhadores que deram conta que havia fazendas utilizando esse tipo de milícias privadas.

O SR. RELATOR (Leite Chaves) — O Senhor disse "milícias privadas"?

O SR. ALOÍSIO CARNEIRO — Milícias privadas.

O SR. RELATOR (Leite Chaves) — Há tempos foi criada e depois formalizada essa organização chamada União Democrática Ruralista — UDR. Em que tem consistido a atuação desse organismo no País, hoje?

O SR. ALOÍSIO CARNEIRO — A entidade, em si, apenas facilitou um pouco a coordenação da luta, da ganância dos proprietários dos latifúndios, porque, na verdade, a violência já existia antes da UDR. Essa UDR é uma forma, apenas, de, como entidade, organizar uma Categoria. Mas a violência no campo, os latifundiários foram sempre os mesmos. E ela já existia, apenas não estava organizada, enfim.

Mas ela teve atuação, indiretamente, em vários assassinatos que aconteceram no campo. Não diria até a UDR, em si, mas gente pertencente à própria diretoria da UDR está envolvida hoje em crimes contra posseiros, em crimes contra lideranças sindicais, como aconteceu no Pará, como aconteceu em outros estados onde, diretor da UDR, pessoalmente, comandou o assassinato de trabalhadores.

Então, não se pode dizer que a entidade em si esteja participando desses crimes, mas os componentes dessa entidade foram os mesmos que durante todo o tempo da violência mataram, assassinaram trabalhadores e lideranças sindicais neste País.

O SR. RELATOR (Leite Chaves) — V. S<sup>ta</sup> acha que as vastas regiões do Oeste inexploreado ainda poderiam ser uma alternativa válida para diminuir esses conflitos? Ou as desapropriações devem ocorrer onde existam os excessos populacionais rurais.

O SR. ALOÍSIO CARNEIRO — A reforma agrária que a Contag preconiza, que a Contag defende é uma reforma agrária massiva, que pegue a maior massa de trabalhadores sem terra possível e uma reforma agrária imediata. E para isso o PNRA levantou milhões de hectares de terra no Brasil inteiro que seriam passíveis de desapropriação e seriam áreas altamente produtivas.

Não defendemos uma reforma agrária que pegue os trabalhadores de uma região e os jogue em outra região, em que ele não tenha a menor condição, além da qualidade do solo, não tenha, também, as condições dos centros consumidores. Defendemos a reforma agrária principalmente levando em consideração os centros consumidores para onde os trabalhadores possam escorrer a sua produção, e levando em consideração, também, os solos férteis.

Não tem muito sentido se fazer o que se fez no passado, quando se pegava trabalhadores do Nordeste e do Sul e se levava para o Norte, naquele processo de colonização que, na verdade, não deu certo. Não deu certo por quê? Porque eles ficavam distantes do centros

consumidores, não havia a menor infra-estrutura para os trabalhadores sobreviverem naquela região e deixaram os colonizadores entregues à malária, entregues a outros tipos de doenças e aconteceu que mais da metade dos companheiros que conseguiram escapar das doenças, que não morreram, teve que se retirar, que abandonar áreas, por conta, inclusive, das condições de produção que não lhes deram.

Por isso, entendemos que um processo de reforma agrária, além de levar em conta toda essa questão do solo fértil, da área de escoamento da produção dos centros consumidores tem, também, que ter embutida uma política agrícola que garanta essa produção dos trabalhadores. Não tem sentido e é inclusive em cima disso que a UDR, hoje, tenta desmoralizar o processo de reforma agrária, mostrando alguns dos projetos de assentamento em que os trabalhadores não tiveram esse apoio do Governo, não tiveram condições de produzir, e fizeram verdadeiros filmes documentários, em cima daquilo em que o Governo não deu essa resposta aos trabalhadores, e isso é uma propaganda contra a reforma agrária. Na verdade, essa documentação que a UDR utiliza para fazer a propaganda contra a reforma agrária não é verdadeira, porque onde foram levados em consideração esses pontos que levantei aqui, os trabalhadores, na segunda safra, estavam; com outro nível de vida, estavam em outra condição econômica, com a sua família alimentada. E podemos provar, hoje, alguns desses assentamentos que deram certo, nos quais houve apoio complementar ao processo de reforma agrária.

O SR. RELATOR (Leite Caaves) — A Contag, que dispõe de relativa assistência técnica, teria condições, ou está elaborando algum documento de crítica ao atual estágio da reforma agrária? O Sr. disse que o plano é válido, mas que ele não tem sido corretamente aplicado. E isso é uma coisa. Sobre o que a Contag propõe medidas de forma objetiva?

O SR. ALOÍSIO CARNEIRO — Em primeiro lugar, a Contag entende que falta ainda um instrumental jurídico. Se em outro setor social houve alguns avanços, na questão agrária a Constituição, infelizmente, foi muito ruim para os trabalhadores. E estamos hoje com um projeto — inclusive já o apresentamos na Comissão de Agricultura — de lei agrária, que complementa o texto constitucional no que é preciso para a desapropriação, e por outro lado, também já apresentamos um projeto de lei agrícola que, no nosso entendimento, é o que completa o processo de reforma agrária.

Há o primeiro instrumental, que é a desapropriação, ou seja, a aquisição de áreas, e em segundo lugar uma lei agrícola, mas uma lei agrícola voltada para o interesse do pequeno produtor. O público médio da reforma agrária não pode ser colocado no mesmo nível de um produtor que já é proprietário, que já vêm num processo de produção. Ele está começando do zero, às vezes são bôias-frias, gente que não tem a mínima condição de ser consi-

derada como produtora. Então, eles têm que ter um tratamento especializado.

E isso significa o Procera que é um recurso que hoje tem uma aplicação bem diferenciada do empréstimo agrário, de um modo geral, enfim, do processo e, por outro lado, os primeiros passos, que seriam a questão do assentamento em si, o mínimo de infra-estrutura — essa lei estamos acompanhando no Congresso. Ela foi entregue na Comissão de Agricultura e nela mostramos, claramente, que tem que haver essas preocupações para que a reforma agrária dê certo.

O SR. RELATOR (Leite Chaves) — Na Comissão de Agricultura da Câmara ou do Senado?

O SR. ALOÍSIO CARNEIRO — Já foi entregue na Comissão de Agricultura da Câmara.

O SR. RELATOR (Leite Chaves) — E V. S<sup>ta</sup> designaram determinado grupo para acompanhar o andamento desse projeto?

O SR. ALOÍSIO CARNEIRO — Há alguns parlamentares que no decorrer da discussão na Constituinte já vinham defendendo uma lei agrária mais clara, uma política agrícola também mais justa para o pequeno produtor, que o estão acompanhando. Agora, vale salientar que quando se coloca que se precisa de um instrumental jurídico que dê respaldo ao desencadeamento desse processo, também temos que, por outro lado, deixar muito claro que se não existe uma política do Governo com esse interesse, não interessa se ter leis, porque temos já uma política definida para a questão do Procera, por exemplo, mas faltam recursos para TDA. No orçamento da União não foi sequer contemplando um volume de TDA que desse condições para o Incra ou o Mirad tocar o processo de desapropriação.

Foi retirado todo o recurso que havia para o Procera, e em decorrência disso o Mirad, hoje, não tem condição de responder ao volume de demanda que existe dos projetos elaborados pelos produtores em áreas de assentados, e na medida em que não existem esses recursos, os produtores não têm condição de produzir, passa o tempo do plantio, passa o tempo da safra e aí ele corre o risco, inclusive, de ter que abandonar aquela área, porque ele não vai ter condição de produzir, ele vai ter que sobreviver. E aí vai se tornar assalariado de alguns fazendeiros da região, por falta dessa política definida para o apoio à sua produção.

O SR. RELATOR (Leite Chaves) — Mas ao que me consta a TDA é um título destinado à desapropriação. Então, não me fiz entender nesse caso. O pequeno lavrador depende de TDA para produzir?

O SR. ALOÍSIO CARNEIRO — Eu quis dizer que só o instrumental jurídico se temos uma lei complementar para desapropriação, mas falta TDA, esse processo não vai à frente. Se temos uma lei de política agrícola bem definida para o pequeno e para apoio às áreas de assentamento da reforma agrária, mas não

tem o recurso, não há sentido. Estou querendo mostrar que uma coisa depende da outra. Estamos conscientes de que se conseguimos avançar no texto constitucional ou numa lei complementar que dê um instrumental jurídico para o futuro, se esse Governo não faz, o outro Governo que vier pode ser que tenha o compromisso de fazer. Para nós, o que faltou principalmente na aplicação desse plano nacional de reforma agrária não foi falta de instrumental jurídico. Não foi lei, mas realmente uma decisão política do Governo.

Em consequência disso, podemos notar que toda vez que o Mirad, desde que foi criado, começava a deslanchar o processo, retirava o Ministro, entrava outro, passava seis meses parado. Quando estava começando a engrenar uma equipe para deslanchar o plano, retirava-se aquele ministro e colocava-se outro. E assim foram cinco. Até agora estamos com um processo em que se aplicou apenas 10% da meta a que se propôs.

O SR. RELATOR (Leite Chaves) — O sistema de desapropriação, então, tem sido um sistema válido. V. S<sup>ta</sup> considera que deve ampliar esse processo ou acha que não tem sido desvantagem essas desapropriações com redistribuição?

O SR. ALOÍSIO CARNEIRO — Gostaria de fazer um comentário depois passar para o meu assessor Zeke Beze que pega mais essa questão técnica. Não consideramos que as desapropriações foram satisfatórias. Em primeiro lugar, um plano nacional de reforma agrária, quando se coloca como tal, tem o objetivo claro de adquirir terras para serem distribuídas com quem não as tem. Se formos dar uma olhada hoje, talvez mais de 60% das áreas desapropriadas foram para resolver conflitos já existentes, ou seja, não foram para colocar sem-terra, foi para resolver um conflito em área de posseiros que já existia.

Por outro lado, se foi assentado 10% da meta, da quantidade de famílias que se propõe, consequentemente não foi desapropriada tanta área, ou seja, foram desapropriadas talvez um pouco mais de 10% da quantidade de hectares a que o plano se propunha, mas houver vários problemas. Temos quase metade dessas áreas que não estão com imissão de posse pelo Incra, ou está em disputa na justiça, ou falta imissão de posse. Do total de áreas desapropriadas, que são cerca de 7 milhões de hectares, talvez 60% estejam imitidos na posse. O resto está, ou com demanda na justiça, ou falta o próprio Incra fazer a imissão na posse ou faltou TDA. Uma das coisas aconteceu. Então não consideramos, de maneira nenhuma que a quantidade de área até agora desapropriada foi suficiente. Absolutamente não.

Gostaria agora, com a permissão da Presidência, que o Zeke Beze completasse essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Soares) — Concedo a palavra a S. S<sup>ta</sup>

O SR. ZEKE BEZE — Com respeito ao processo de desapropriação, valeria a pena lem-

brar que ele envolve, obviamente, os Três Poderes: O Legislativo na questão de definir os critérios em que a desapropriação é aplicada. Nesse momento estamos vivendo período da discussão da lei agrária. Na verdade é uma rediscussão, porque já existia uma lei agrária, a Constituinte alertou alguns conceitos fundamentais que constavam nessa lei, então foi necessário elaborar uma nova lei agrária que vai definir os limites da desapropriação. Existe este limite concreto hoje. Enquanto essa lei agrária não estiver promulgada, faltam os elementos necessários para atuação mais decidida do Poder Executivo nas desapropriações.

Um outro aspecto que vale a pena lembrar é que a desapropriação é ato do Presidente da República, mas a imissão de posse do imóvel, ou seja, a destinação em definitivo da área para efeito de reforma agrária depende de sentença judicial. Efetivamente, o que tem ocorrido nesses últimos anos é uma grande dificuldade nesse setor. Tanto é que a Constituinte estabeleceu a necessidade de uma lei complementar que estabeleça rito sumário na questão da imissão de posse. Então, podemos resumir o problema da desapropriação hoje nesses três aspectos. Quer dizer, no aspecto Legislativo, porque faltam elementos legais para orientar o Poder Executivo na aplicação das desapropriações, como, por exemplo, determinar o que é propriedade produtiva, quem cumpre função social, quem não cumpre. Tudo isso condiciona, por exemplo, o processo de vistoria dos imóveis. Enquanto não houver essa lei, as vistorias ficam prejudicadas, porque faltam elementos para julgamento concreto da situação do imóvel. Depende do Judiciário, no aspecto da lei complementar que defina ritos mais rápidos para poder haver imissão de posse. E na questão do Executivo, está, efetivamente, a mobilização dos recursos operacionais para a reforma agrária.

Há muito tempo a Contag vem levantando as dificuldades e a falta de aparelhamento do Incra para executar essa reforma agrária, tanto a nível de pessoal, como a nível de recursos e a nível de metodologia, sem contar influências administrativas das diferentes administrações do Incra, do Mirad, que procuram estabelecer orientações diferentes para certa desapropriação.

Recentemente ganhou muito impulso no Poder Executivo, no Mirad, posteriormente no Incra, a idéia da negociação prévia precedendo a desapropriação, negociação em que se acertam o valor da desapropriação e o prazo de resgate do título da dívida agrária.

Pudemos acompanhar os acordos que precederam diversas desapropriações, onde o prazo de resgate do título da dívida agrária ficou reduzido para um período de 3 a 5 anos, quando a legislação permite até 20 anos o prazo de resgate desse processo.

Outra coisa que vale a pena mencionar é que essas desapropriações têm-se concentrado a partir de um certo tempo fundamentalmente na Região Norte do País. Existe uma concentração de desapropriação a nível de área principalmente na Região Norte, no Mara-

nhão, no Pará, e para não haver uma confusão, e não pela questão exclusivamente do conflito, porque tem sido mais fácil negociar áreas nessa região, obviamente porque o valor da terra é menor e o interesse do proprietário em ser desapropriado, ainda mais num momento em que o preço da terra vinha caindo, a TDA era corrigida monetariamente, a correção monetária plena e mais uma taxa de juros, que equivale à da poupança, então passou a ser vantagem para diversos fazendeiros promoverem, aceitarem a desapropriação.

Este é só um quadro geral de como é que a questão da desapropriação vem-se encontrando hoje; ela depende de atitudes hoje nesses Três Poderes: tanto na parte da prolongação definitiva da lei, a questão de definir o rito para tramitação desse processo na justiça que seja mais rápido e o problema da condução administrativa do processo de reforma agrária.

O SR. ALOÍSIO CARNEIRO — Eu queria apenas, aproveitando a resposta à sua pergunta, discordar de uma colocação: a emissão de posse não depende de lei nenhuma. A legislação atual já permite a imissão de posse imediata com depósito no valor do preço do cadastro do imóvel. Feito esse depósito, após o decreto, o Incra entra com ação de desapropriação, a imissão é imediata. Ela não depende de lei nenhuma. A Constituição fala aqui em uma lei complementar para estabelecer um procedimento contraditório especial sumário para o processo judicial geral da desapropriação, que hoje se localiza muito mais na questão preço realmente. Hoje, segundo a legislação atual, o processo de desapropriação, o desapropriado só pode discutir o preço. Isso já como decorrência da jurisprudência dos tribunais superiores. Quanto à imissão, entretanto, é imediata.

O SR. PRESIDENTE. (Odacir Soares) — Tem a palavra o nobre Relator.

O SR. RELATOR (Leite Chaves) — A Contag tem sido solicitada pelo Mirad, hoje, pelo Ministro da Agricultura, a opinar sobre a viabilidade e conveniência agrícola das áreas desapropriadas. Quero explicar melhor o Sr., para um processo de reforma agrária, na pequena propriedade, a terra tem de ser fértil. Lembro-me de que há anos, quando os próprios latifúndios canavieiros nordestinos estavam exangues, eles conseguiram, inclusive, que fossem desapropriadas as terras e mais safras, quer dizer, mais improdutivas por preços exagerados com que se mantiveram no latifúndio. Entregaram aquelas áreas e ainda delas se valeram para mostrar que era inviável a reforma agrária, porque, naquelas terras, por mais de 300 anos, nunca se produziu nada. Então, na mão do lavrador não podiam produzir.

Eles tiraram proveito e ainda desmoralizaram o processo.

Quero saber o seguinte: a Contag ainda tem reivindicado direitos. É óbvia a reivindicação. Quando houver uma desapropriação, quer dizer, ela se habilita para ver se há viabilidade ou não, porque do contrário está havendo es-

peculação. O próprio proprietário, às vezes, tem interesse na desapropriação, porque recebe valor expressivo para áreas que nem sempre tem finalidade agrícola. Se ela não foi ainda, ou não tem sido ouvida e o Ministro Iris Rezende é até um homem muito democrático e sensível a isso — não seria o caso de, através digamos, dos sindicatos rurais ou da Contag haver como *condition* dessa um opiniamento, quer dizer, uma opinião, um parecer dos próprios órgãos que representam a classe a quem se destinam as terras?

O SR. ALOÍSIO CARNEIRO — A Contag, tem acompanhado as reivindicações dos trabalhadores nas áreas de conflito. E levam em consideração, evidentemente, a informação do sindicato e dos próprios trabalhadores que vivem naquela área. Logicamente, quando ela é solicitada pelos trabalhadores, eles que convivem com a terra e sabem qual a terra que é produtiva ou não, dificilmente será desapropriada uma área em que o solo não seja fértil. Os trabalhadores que lá vivem sabem muito bem o que querem.

Temos de atentar para outra coisa: na medida em que, como colocou o Zeke, que ultimamente tem se concentrado muito as desapropriações de áreas no Norte. Isto levando em consideração que as terras nem sempre são tão férteis, são mais baratas, e como ela é negociada num processo de negociação prévia à desapropriação facilita essa desapropriação. Neste sentido temos recebido denúncia de trabalhadores de Mato Grosso do Sul concretamente, no próprio Pará, onde algumas áreas têm sido desapropriadas e os trabalhadores, quando vão ser selecionados para o assentamento, têm-se recusado a aceitar o assentamento, porque não têm como produzir, especialmente no Mato Grosso do Sul e no Mato Grosso. Nesse processo, a Contag não tem sido convidada para opinar. A Contag não tem participado da escolha nessa área. Normalmente, quando ela é solicitada para participar de uma desapropriação, é feita uma vistoria pelo órgão executor, que no caso é o Mirad ou o Incra. Essa comissão de técnicos é que vai dizer sobre as condições de fertilidade do solo, as condições de produção. Nem sempre são elevadas em consideração as questões meramente técnicas. Às vezes, há envolvimento de interesses econômicos.

O SR. RELATOR (Leite Chaves) — Gostaria de dar uma sugestão. Não seria o caso de a própria Contag, através do Congresso, conseguir uma lei que tome obrigatória a sua audiência prévia nos casos de desapropriação, para evitar especulações como essa? Estou dando apenas uma sugestão. Se a desapropriação é destinada à reforma agrária, ao pequeno agricultor, se temos conhecimento de que muitos fazendeiros ou donos de terra, hoje, usam influência para que haja desapropriação e recebam pela terra um preço que jamais o mercado lhe daria — e depois o Governo não tem nem o que fazer com essa terra —, não seria o caso de V. S<sup>o</sup>, assessorado como está, conseguir estudar um projeto de lei emendando essa própria lei que permita

a desapropriação, para que a condição da desapropriação seja feita com a prévia audiência e concordância da Contag? O que V. S<sup>o</sup> pensa disso?

O SR. ALOÍSIO CARNEIRO — É importante. É bom se ressaltar que o Estatuto da Terra, no seu contexto, contempla já um pouco dessa sua preocupação, quando ele exige as chamadas comissões agrárias optantes no processo. Dessa comissões agrárias participam os técnicos do Incra mas também representantes dos trabalhadores, através das federações ou dos sindicatos dos municípios.

Infelizmente, quando aconteceu de o Presidente Sarney jogar nos peitos dos trabalhadores o 2.363, que mudava totalmente os conceitos do que é propriedade produtiva, do que é área que cumpre ou não função social, enfim mudava totalmente o Estatuto da Terra, as federações, junto com a Contag, se sentiram no direito de não participar mais dessa comissão, tendo em vista que os princípios do Estatuto da Terra, que dava poderes a essa comissão para opinar por áreas desapropriadas ou não, desapareceram. Então, nós nos retiramos dessa comissão, tendo em vista que os critérios seriam de acordo com o 2.363. A partir daí as áreas que foram desapropriadas nós acompanharmos apenas por informação dos trabalhadores, dos posseiros ou dos sindicatos se elas serviam ou não. Temos questionado algumas, mas nem sempre tem sido levada em consideração a argumentação da Contag.

O SR. RELATOR (Leite Chaves) — Por isso é que penso que é urgente e salutar a obtenção de uma lei que torne obrigatória essa consulta, esse opiniamento. No Brasil, em 1959, todo o País toda a América Latina, estava em igual situação. O Brasil tinha inclusive aquele problema das Ligas Camponesas, sobre o qual eu gostaria de um pronunciamento seu, para saber como ficaram. Houve um País, Cuba, que partiu para a solução revolucionária. Em Cuba, hoje, não há famintos, não há miseráveis, não há analfabetos. Em hospitais cubanos, há leitos esperando operários. Aqui há filas humilhantes de trabalhadores e de pessoas do povo que não encontram um hospital.

Então, o Brasil não conseguiu, pelo seu tamanho, pela sua forma de liderança, pela quietude de seus trabalhadores, nem encaminhar as condições históricas para isso. A nossa saída foi uma saída democrática com a nova Constituição, que tem defeitos mas que tem também grandes virtudes, se nós conseguirmos complementá-la. Essa Constituição, posso assegurar a V. S<sup>o</sup>, embora dependente de leis ordinárias e complementares, é uma grande alternativa. O País, nesse setor, está muito melhor do que estava durante o regime militar ou mesmo em 64.

Mas organismos como o de V. S<sup>o</sup>, se forem bem sérios e se assessorarem bem, podem ter uma participação ativa, porque V. S<sup>o</sup> têm que exigir pela lei com muita veemência aquilo que ninguém conseguiu aqui pelas armas. Outros países se libertaram de outra forma. A lei ordinária não liberta ninguém, ela conse-

gue, melhorias. Só as revoluções conseguem melhorias profundas, radicais, porque há uma coisa muito interessante que até autores como Osvaldo Trigueiro dizem: "nunca um homem se volta contra a sua classe ou contra a sua situação". Até mesmo o trabalhador, quando é eleito e vem para cá, tem um comportamento diferente. Ele vê que não é só realmente a opinião dele e vai-se acomodando. Penso que os órgãos têm que ser bem atuantes e os líderes bem honestos, muito dignos. Muitas vezes, o homem tem a vocação política, a qualificação política, mas ele não tem a qualificação técnica. Este tem que ser assessorado pelo pessoal adequado e ficar permanentemente nessa reivindicação. O direito não se obtém, se exige. Mas não tem que se exigir-lo mal-educadamente. Quando uma organização como a de V. S<sup>o</sup> existe no País, ela tem condições, hoje, de exigir grande parte de presença, grandes nessas leis complementares. Eu penso que, nesse setor da desapropriação, V. S<sup>o</sup> poderão, e nós seremos simpáticos a isso, votando uma lei, depois de tudo pronto perguntar os trabalhadores rurais, a quem se está bem localizada? Para que não esteja havendo essa especulação, sobre a qual nem o Ministro, às vezes, sabe. São interesses que se agrupam — V. S<sup>o</sup> sabe como isso ocorre no País — e vão favorecer até o dono de latifúndio, que vende aquilo numa especulação e compra outra terra para fazer a mesma coisa. Então, essa é a minha sugestão.

Tenho uma outra pergunta. V. S<sup>o</sup> sabe que, num país de pequeno mercado interno como este onde o povo subconsome, se V. S<sup>o</sup> quiser triplicar a produção nacional agrícola, basta elevar os financiamentos. Se se eleva os financiamentos no País, a produção triplica, quadruplica, e ninguém pode comprar porque não há poder aquisitivo. O Governo, através dos seus órgãos, financia igualmente tanto o grande como o pequeno, sem discriminação. Há, a meu ver, o interesse nacional de que seja prestigiada a produção daquele que vive na terra, que produz. Dei uma sugestão ao Ministro Íris Rezende, que foi aceita, de que na questão de financiamento, sobretudo na de compras, primeiro se comprasse o produto daqueles que diretamente estão envolvidos na produção e não daqueles que moram na cidade e que, através de terceiros, exploram a fazenda e são os seus grandes beneficiários: beneficiários dos financiamentos, beneficiários das vantagens concedidas pelos estímulos de crédito e, além do mais, beneficiários da valorização do imóvel. Não seria também outra prática? Coexiste isso em algum setor? Em alguma região, ao invés de se comprar primeiro dos grandes, dos que produzem e podem esperar, há uma preferência de compra e preço por aqueles que vivem diretamente envolvidos na produção? Nós já estariam estimulando a permanência, a possibilidade do sujeito viver da própria terra. O que V. S<sup>o</sup> pensa sobre isso? V. S<sup>o</sup> tem alguma experiência a esse respeito?

O SR. ALOÍSIO CARNEIRO — Primeiro, desculpe-me discordar um pouco do seu ra-

ciocínio. Penso que o Governo não deve se preocupar em aumentar a produção se não há quem consumá-la. No meu entendimento, o processo de reforma agrária, se for levado a efeito, vai tanto aumentar a produção, como aumentar o consumo, tendo em vista que vai melhorar o poder aquisitivo dos trabalhadores. Nós temos hoje cerca de 12 milhões de trabalhadores assalariados, sem terra, que não produzem e que vivem em situação realmente terível. Esse trabalhador não tem o menor poder de consumo, porque não tem emprego, porque não trabalha. Nós temos uma grande migração do campo para a cidade. Ao vir essa leva de trabalhadores do campo para a cidade, estes se tornam favelados, desempregados e vão perdendo cada vez mais o seu poder de consumo. Na medida em que existe um processo de reforma agrária sério e que coloca o homem na terra e evita a migração, nós vamos aumentar a produção, mas também vamos aumentar o poder de consumo, o poder da população de se alimentar desde quando eles estão trabalhando na roça. Vamos também aumentar, inclusive, o consumo de insu-  
mos do produto industrializado, que por outro lado, indiretamente, vai gerar emprego nas grandes cidades, nos grandes centros industriais. Esse é o primeiro princípio que defendo.

Por outro lado, essa questão que o Sr. coloca com relação à produção, consumo e demanda da produção, com relação a armazenação e venda etc., isso depende também de uma política agrícola, que, inclusive, na nossa proposta, está embutida em alguns princípios desta ordem, tanto do ponto de vista de armazenagem, como do ponto de vista de colocar nos grandes centros consumidores, mas depende de toda uma política, de estrutura criada pelo Governo para isso. Nós vivemos num país capitalista, onde as pessoas lutam pelo seu lucro individual. Isso aí seria mais um processo de cooperativismo, onde envolvesse a questão da produção do pequeno. Essa é uma questão que a gente também se preocupa com ela. O movimento sindical, a Contag as federações, os sindicatos têm um objetivo, que são as questões políticas dos trabalhadores, até a desapropriação etc.

Com relação a produção e a melhoria econômica do trabalhador já envolve um pouco a questão do cooperativismo e aí nós dependemos de ter também um apoio do Governo e um estímulo para isso. Isso é fundamental na medida em que tivermos que deslanchar um processo de reforma agrária, nós temos que nos preocupar com essa parte da produção e do consumo.

O SR. LÉITE CHAVES — A última pergunta. A Contag dispõem do número de pessoas ou de famílias que estão a espera de terras ou de uma oportunidade para comprá-la ou adquiri-la?

O SR. ALOÍSIO CARNEIRO — A Contag trabalha com dados oficiais e nem sempre esses dados são corretos. Nós trabalhamos com dados do Incra, trabalhamos com dado do IBGE e, hoje, a Contag Joga com 10 mi-

lhões de trabalhadores sem terra, esperando por um pedaço de terra no Brasil.

O SR. LÉITE CHAVES — De famílias?

O SR. ALOÍSIO CARNEIRO — De família, 10 milhões de famílias. Esse dado tanto é trabalhado pela Contag, como pelos próprios companheiros do movimento sem terra, pela CPT. Ele varia entre 10 a 12 milhões de famílias que hoje estão à espera de um pedaço de terra para trabalhar. Envolvendo desde o minifúndio improdutivo, ou seja, em que o assalariado tem uma área insuficiente para sua sobrevivência até o trabalhador assalariado temporário.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Soares) — Eu passo a palavra ao Senador Carlos Patrocínio.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO — Gostaria de parabenizar mais uma vez a Comissão por ter trazido aqui o Sr. Aloísio Carneiro, Presidente da Contag. Praticamente o Senador Leite Chaves já esgotou todo repertório de perguntas.

Assisti atentamente a fala de V. S<sup>o</sup>. Gostaria que V. S<sup>o</sup> explicasse: quais foram as localidades onde o resultado foi mais expressivo de assentamento?

O SR. ALOÍSIO CARNEIRO — Nós não temos assim um levantamento minucioso e as condições de cada um desses assentados, porque me parece que nem o próprio Mirad tem condições de dar isto com muita segurança, essas informações não são tão confiáveis. Mas pelo que conhecemos de visita, assentamentos de prática, da convivência nossa, nós podemos citar. Vale ressaltar também que depende um pouco do Ministro que estava na época, do próprio Incra, do Estado, o trabalho que ele fazia, o compromisso que ele tinha. Podemos citar aqui, por exemplo, o Estado da Bahia que tem alguns assentamentos que deram certo, quando na época estava lá o José Carlos Arruda, que era uma pessoa que tinha um certo compromisso. Podemos citar o Estado do Ceará, quando esteve lá o Edison Teófilo, que teve um trabalho mais voltado de apoio aos assentamentos e se virou para buscar recursos, desenvolveu também um trabalho comunitário, a comunidade assumindo algumas tarefas, seja levando recurso, e a própria comunidade se organizou para melhor aplicar aquele recurso superar algumas dificuldades que tinha de estrada, de casas, etc. E esses assentamentos deram certo. Pelo que conheço, eu gostaria de ficar com a Bahia e o Ceará, onde conheço alguns assentamentos de perto e tenho informação de outros estados, dado pelos próprios companheiros, como é o caso de Santa Catarina. Alguns assentamentos estão produzindo muito bem no Paraná. Agora, evidentemente, onde o próprio Incra não tem compromisso nenhum, nós já temos uma falta de compromisso maior que é a do Presidente da República, onde tem todas as dificuldades de recurso do Procrea, de crédito de habilitação, de crédito de alimentação, etc., e não tem um compromisso maior do Incra. Isso, realmente, provoca uma dificul-

dade maior. Existem alguns assentamentos, até nesses Estados, que eu estou citando, que não tiveram essa mesma sorte de contar com esses primeiros recursos, com essas primeiras iniciativas, para que eles se tornassem produtivos.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO — Uma segunda questão é uma observação pessoal minha. Lá no norte do País, está se verificando o maior índice de desapropriação para assentamentos. Nós tivemos alguns exemplos. Eu conheço pessoalmente o Núcleo Colonial Bernardo Sayão, no Estado de Tocantins e, posteriormente, o Presidente Médici assentou nas Agrovilas de Altamira, vários colonos, e nós percebemos que, com o passar do tempo, todos aqueles assentados acabaram por vender suas propriedades, e elas se transformaram hoje, evidentemente, em latifúndios. Parece-me que em Santa Catarina o critério que se usa é não emitir o título de propriedade para o assentado. Eu acho que isso é um defeito. Se o sujeito não quer trabalhar, ele abandona a terra, dá para outro. Tenho observado que muitos assentados quando detém o título de propriedade da terra acabam por vender aquele título e aí se forma novamente um latifúndio.

O que V. S<sup>o</sup> tem a dizer a esse respeito?

O SR. ALOÍSIO CARNEIRO — Bom, primeiro vale ressaltar que está mais ou menos dentro daquela linha que eu estava discorrendo no início. Essas áreas de colonização, principalmente, no Norte, a maioria dos companheiros que lá foram assentados abandonaram suas terras por falta de condição de nelas produzir. Essas áreas eles venderam e se tornaram hoje latifúndio novamente, mas por falta, realmente, de apoio.

Quanto a essa outra questão que V. Ex. coloca, sou favorável também que não seja emitido um título definitivo logo de imediato, que ele tenha um período que não possa ser negociado. Como está arraigado na gente, a questão do individualismo, o capitalismo leva a gente a isso. Quando se vai assentar, a primeira coisa que alguns companheiros se preocupam é com o título da terra. Em vez de se preocupar com os meios de produção, ele se preocupa com o documento da terra, porque está na gente, está no íntimo da gente. Inclusive, no projeto de lei complementar que a Contag apresenta, colocamos como condição que só a partir de dez anos, se não me engano, é que ele pode ter o título definitivo e pode ser negociado. Até dez anos ele não pode vender aquele título, não pode negociar aquela área.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO — Eu sou defensor dessa tese.

O SR. ALOÍSIO CARNEIRO — Eu gostaria só que o Zeke Beze, o assessor que ajudou a elaborar esse projeto, colocasse alguma coisa sobre isso.

O SR. ZEKE BEZE — É só um complemento, se me permitir. Essa discussão é relativamente antiga, esse problema da evasão dos

assentados. Quer dizer, a partir de certo tempo, principalmente em projetos de colonização, existem projetos em que esse índice atingiu números bastante elevados.

Eu gostaria de lembrar que a questão do título é um componente que pode ajudar a evitar essa evasão. Agora não é o elemento fundamental porque, como sabem, títulos provisórios são negociados também, podem ser negociados. Então o fundamental é associar essa política dos títulos temporários a uma política efetiva de apoio, que falta hoje, que é o principal, que justifica a evasão desses assentados: principalmente medidas de política agrícola, especializadas para atender pequenos produtores, que a Contag procura enfatizar bastante. Se não eles terminam, de certa forma, simplificando um pouco a discussão em torno da questão, criando ilusão em torno de algumas questões que, por si só, não poderiam resolver o problema. A questão do título provisório permite amadurecer melhor a exploração. Agora, outras medidas são fundamentais para que não continue havendo evasão. Em resumo, o título apenas, em caráter provisório, não resolverá por si só o problema, mas ajuda, sem dúvida, a resolvê-lo. Inclusive, cria condições contratuais para que a pessoa permaneça na área, atingindo certos níveis de produção e de produtividade. Agora, o fundamental é realmente constituir aquela estrutura de apoio que hoje falta, e que é o maior responsável pelo índice de evasão nos assentamentos.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO — Recentemente, o Congresso Nacional houve por bem acatar Mensagem do Presidente da República e extinguiu o Mirad, reativou o Incra que, na realidade, não está bem reativado ainda, porque nós não sabemos quem é o Presidente do Incra. Acho que é o próprio Ministro que ocupa este cargo. O que que V. S<sup>o</sup> tem a dizer sobre a extinção do Mirad e a reativação do Incra? Qual é o órgão que seria mais atuante e mais ágil para resolver este problema de reforma agrária?

O SR. ALOÍSIO CARNEIRO — A posição da Contag foi sempre achar que a existência do Incra e a criação do Mirad não tinha muito sentido. A criação do Mirad como um Ministério específico, ligado ao Presidente da República, do ponto de vista político, tinha até mais poder do que o Incra, ele seria o executor da Reforma Agrária. Parece-me que os dois, de certa forma, não andavam muito bem. Mas, por outro lado, se não existisse o Mirad e com o retorno do Incra hoje, com todas as condições de autarquias, com recurso próprio e reaparelhado com pessoal para executar reforma agrária, também daria no mesmo. Não há sentido a extinção do Mirad, o retorno ao Incra e o Incra há séculos do jeito que está. É necessário que se reaparelhe o Incra tanto do ponto de vista orçamentário como do ponto de vista pessoal. O importante de tudo isto é que no meu entendimento nada disso atrapalharia o processo de reforma agrária, nada isso impediria estarmos hoje com 1 milhão e 400 mil

famílias assentadas, como propunham essas metas iniciais. Foi uma Comissão que trabalhou nessa elaboração do PNRA que entendeu que, naquele momento, existiam condições técnicas do ponto de vista do Incra, do Mirad, para executar este plano. O que faltou, na verdade, foi o compromisso político do Presidente da República, que além de torpedear sempre, tirando Ministro e colocando Ministro, tirando recursos, esvaziando recursos do Procerá. Esvaziando recurso do TDA, impediu quem estava lá de deslanchar este processo. Por muito que o Ministro quisesse fazer a reforma agrária, se ele não contasse com o apoio do Presidente da República, na verdade, ele não teria a menor condição de executar nenhuma tarefa, se lhe tiraram todas as condições tanto econômica como de pessoal para fazer isto.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO — Penso que o Incra está bem aparelhado, tem funcionários competentes, é um órgão que já atuou neste setor durante muitos anos. O Congresso agiu bem e o Presidente da República também. Concordo e acho que faltou dar instrumentos para que o Incra pudesse, efetivamente, de desempenhar o seu papel.

Estou satisfeito e parabenizo mais uma vez pela presença de V. S<sup>o</sup> aqui.

O SR. ALOÍSIO CARNEIRO — Eu gostaria só de ressaltar que o Congresso agiu muito bem. Inclusive, contou com o apoio não só da Contag, mas com a Associação dos Servidores do Mirad, com a principal derrubada do 2.363, não só no que diz respeito ao retorno do Incra mas, principalmente, no desvio que ele colocou com relação ao estatuto da terra. Foi muito boa a resposta que o Congresso deu ao Presidente Sarney.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Soares) — Para as suas perguntas, tem a palavra o Senador Severo Gomes.

O SR. SEVERO GOMES — Sr. Presidente, Sr. Aloísio Carneiro, em primeiro lugar, quero apresentar as minhas desculpas por ter chegado tarde e ter que sair cedo, porque estamos aqui com um problema de engavetamento de Comissões. Temos uma aqui ao lado, onde curiosamente tinharmos o mesmo Relator que é o Senador Leite Chaves, e isto nos dificulta.

Mas a minha questão ao Sr. Aloísio Carneiro é a seguinte: li o seu trabalho aqui durante os debates e nele há referência a um grande número de crimes ocorridos, em virtude de conflitos, assassinatos, espancamentos, e imagino até que não seja uma relação exaustiva, seja mais exemplificativa. Mas a minha indagação é a seguinte: poderia o Sr. informar se sabe quantos desses criminosos foram processados e condenados?

O SR. ALOÍSIO CARNEIRO — Senador, eu gostaria só de complementar a V. Ex<sup>o</sup> quando dissesse que tinha um número exaustivo de assassinatos e de crimes. Colocamos muito claro no texto. Inclusive, este número apresentado no documento não espelha a realidade de hoje porque a maioria desses crimes não

chegam a Contag, à maioria destes crimes não chegam ao sindicato do município, à federação e à própria Contag.

Nós sabemos que a realidade é muito mais do que esta. Mas todos esses crimes, que denunciamos aí, estamos passando à Comissão os anexos, com relatório que foi feito e que foi colocado no texto. Nós trabalhamos com números oficiais da própria Contag, ou seja, denunciados pelos sindicatos, pelas federações e não trabalhamos com números que são divulgados pela imprensa ou qualquer outro tipo de informação sem apresentar as provas posteriores. Mas com relação à sua pergunta, conhecemos raríssimos pistoleiros que foram para a cadeia e que depois, não se sabe como, na grande maioria deles, saíram da cadeia misteriosamente e sem ninguém saber o porquê. Agora não conhecemos ainda, por incrível que pareça, e eu pelo menos não lembro, a não ser que outros companheiros soubessem, um mandante que esteja na cadeia, cumprindo por aquilo que ele fez. O pistoleiro, consideramos uma mão-de-obra. Ele pode ser utilizado por outros mandantes, e não tem muito sentido se prender o pistoleiro se não se prender o mandante. Para a gente, o importante era o mandante e, realmente, não conhecemos nenhum desses com provas, com processo concluído na Justiça, com prisão preventiva e que esteja hoje cumprindo pena.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Soares) — Concedo a palavra ao nobre Senador João Menezes.

O SR. JOÃO MENEZES — Nobre Sr. Aloísio Carneiro, o Sr. é o Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura, e este é um órgão dos trabalhadores. Ele tem alguma ligação com o mundo oficial ou é uma associação independente?

O SR. ALOÍSIO CARNEIRO — Nós somos uma entidade sindical de grau superior. A Contag tem no seu Conselho Deliberativo, no seu Conselho de Representantes, 22 Federações de trabalhadores nos estados, 3.150 sindicatos de trabalhadores rurais no Brasil inteiro e representa mais de doze milhões na categoria de trabalhadores rurais, dos quais mais de sete milhões ou quase oito milhões são associados nos sindicatos de trabalhadores rurais. É uma entidade reconhecida pelo Ministério do Trabalho.

O SR. JOÃO MENEZES — Quantos funcionários tem aqui a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura?

O SR. ALOÍSIO CARNEIRO — Nós somos muito pouco, somos cerca de 20 e poucos funcionários para atender a este Brasil imenso. A demanda é muito grande, mas nós temos, além disso, as federações, que têm também seu corpo de assessores.

O SR. JOÃO MENEZES — Eu digo aqui a Confederação Nacional.

O SR. ALOÍSIO CARNEIRO — Aqui nós temos 32, mais ou menos.

O SR. JOÃO MENEZES — O Sr., como presidente, não sabe bem quantos funcionários tem?

O SR. ALOÍSIO CARNEIRO — Nós temos funcionários... Eu não sei até porque esta pergunta de V. Ex. aqui...

O SR. JOÃO MENEZES — Se o Sr. soubesse eu não estava lhe perguntando.

O SR. ALOÍSIO CARNEIRO — Temos funcionários que trabalham diretamente aqui e temos funcionários que são contratados pela entidade, que assessoram algumas federações. Parece-me que, ao todo, nós temos 35 funcionários, 32 atuando aqui na sede e 3 nos Estados do Rio de Janeiro e de Pernambuco.

O SR. JOÃO MENEZES — E esses funcionários da Confederação são todos remunerados?

O SR. ALOÍSIO CARNEIRO — São todos remunerados.

O SR. JOÃO MENEZES — Diretoria e todos são remunerados?

O SR. ALOÍSIO CARNEIRO — Sim.

O SR. JOÃO MENEZES — E qual é a renda da Confederação, do que ela usufrui, de onde vem o dinheiro para a Confederação funcionar? O Sr. disse que são 3.150 sindicatos e 22 federações filiadas e eu lhe pergunto, para a Federação o que que o Sr. conta aqui?

O SR. ALOÍSIO CARNEIRO — Senador, a renda que a Contag tem é quando o proprietário ou pequeno produtor paga o ITR, o Imposto Territorial Rural. Ali nele vem embutido uma taxa chamada contribuição sindical, que, aliás, tem também na área urbana. A Contag vive quase que exclusivamente desta contribuição sindical, é a renda que a Contag dispõe.

O SR. JOÃO MENEZES — Quanto é esta renda?

O SR. ALOÍSIO CARNEIRO — Eu não tenho assim de cabeça no momento, porque nós temos um departamento de contabilidade, mas não deve ser muita coisa do custeio da folha de pagamento anual. Deve sobrar alguma coisa para viagens, para assessoramento das próprias federações de outros Estados.

O SR. JOÃO MENEZES — Quer dizer que o Sr., como Presidente, não sabe quanto é a renda da Confederação, quanto arrecada, não é isto?

O SR. ALOÍSIO CARNEIRO — Posso não dar isto aqui agora, mas lhe garanto que a Contag trabalha com recursos dos trabalhadores rurais, que a contribuição sindical vem dos trabalhadores rurais, temos um departamento de contabilidade, ela está toda escriturada e é prestada conta ao seu Conselho, anteriormente ao Ministério do Trabalho, e hoje não é mais necessário ela está toda contabilizada em livros próprios, recolhemos todas as obrigações dos funcionários. Agora o valor, o volume de recurso do orçamento anual, eu, realmente, não tenho aqui.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Soares) — V. Ex. poderá depois informar à Comissão.

O SR. ALOÍSIO CARNEIRO — Se a Comissão nos solicitar isto, oficialmente, nós forneceremos.

O SR. JOÃO MENEZES — Então, o Sr. não sabe quanto é o orçamento da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, apesar de ser o seu Presidente. E estas viagens, o Sr. só trabalha aqui ou viaja pelo País todo?

O SR. ALOÍSIO CARNEIRO — Nós viajamos pelo país inteiro. Onde há necessidade de a Contag se fazer presente, esta atende às necessidades dos trabalhadores. Tanto assalariados quanto da área de conflito.

O SR. JOÃO MENEZES — E, aliás, são custeadas pela Contag.

O SR. ALOÍSIO CARNEIRO — As viagens são custeadas pela Contag!

O SR. JOÃO MENEZES — Depois dessas primeiras informações, eu gostaria de falar sobre esse problema agrário. Realmente, sou contrário a esse sistema de distribuição de lotes de terra. Não conheço muitos lugares da Bahia, mas alguns, eu conheço. Acho que isso não tem dado bom resultado. Essa compra e venda de terras tem sido ruim. Os resultados são muito precários. Se eu pudesse, tivesse alguma condição, eu reduziria esses assentamentos. Mas os que eu fizesse, faria em condições de funcionamento porque não adianta nada você dar terra para todo o mundo, aí, para quem vem e pede um lote de terra, leva e, disso, aí, 90% não usa. Não usa, porque, anteriormente, não tinha condições e até não era lavrador, não era agricultor. Não há um exame antecipado desse fato, para que ele vá, mesmo, cuidar da terra. Então, é essa perda enorme que existe porque o Governo teria de ver no órgão oficial que fosse, e, também, as pessoas interessadas, as confederações, todas deveriam contribuir para isso. Não só o Governo. O Governo não pode fazer tudo. Todos têm que contribuir. Tem de fazer a sua parte. Nós todos não podemos ficar pendurados no que o Governo dá. Nós todos temos que dar, de contribuir. Eu já visitei muitos lugares de ocupações de terras, de assentamentos e vi resultados fantásticos. Por exemplo, ali pelo norte do Pará vi a maior produção de arroz sequero, a melhor terra, lá, produziu isso.

Mas as dificuldades são muito grandes. E aqueles que tinham certas condições se mantiveram; produziram e tiveram bons resultados. Os que só receberam terras, esses, a maioria não usou. Não usou e aconteceu o quê? O Governo tem comprado enormes áreas de terra para serem distribuídas e redistribuídas, como já perguntou, aqui, o meu colega. E tem realmente, distribuído essas áreas de terra. E nessas áreas de terra o aproveitamento é mínimo, daqueles que recebem as terras.

Então, eu acho que a reforma agrária deve ser o problema número um, hoje, no País. Mas uma reforma agrária, não para dar terras,

mas reforma agrária para produzir. Uma reforma agrária para influir na produção, dar resultados. E nisso, o Governo teria de participar, talvez em menor escala, mas dando certo condicionamento, para que se pudesse fazer assentamentos de grupos, em localidades que tivessem vida mais ou menos própria. Porque se você não fizer isso, você não assenta o homem fora da cidade. Ele vem embora para a cidade. Sobre tudo agora, depois da televisão. Você vai lá no cafundó deste País e vê que o homem de lá não tem nada, não tem um banheiro para tomar banho, mas tem a televisão e o rádio. Ele não fica, vem embora, porque nesse assentamento não tem nenhuma praça para namorar. Ele não fica. Vem embora. Não tem um campo de futebol para bater uma pelota, lá. Não fica. Vem embora. Essa é a realidade brasileira. Eu conheço de perto. Já estive lá.

Então, eu acho que este é um grande problema. É preciso uma reforma agrária, mas uma reforma agrária que seja produtiva. Menos órgãos dirigentes e mais órgãos produtores.

A par disso, a reforma agrária tem servido no Brasil, hoje, com essa propaganda enorme, divulgação, com esses conflitos de terra em vários lugares. É o pistoleiro, é o dono da terra antiga, é o que ocupa a terra, agora, é padre metido no meio. Enfim, está uma confusão geral. Eu acho que nós precisamos da reforma agrária. Eu sou defensor da reforma agrária. Acho que ela tem que ser aplicada, mas tem que mudar os seus parâmetros. Eu defendi a mudança de parâmetros na reforma agrária. Que ela seja feita no sentido de, realmente, amparar aquele que produz. Não amparar aquele que quer a terra, mas amparar aquele que vai para a terra produzir.

Fato é o que eu acho que deveria ser, no nosso entender, um ponto capital. Eu sei que é até ruim falarmos nisso tudo perto de eleição. É um bocado ruim, mas é a realidade brasileira. E como eu tenho a felicidade ou a infelicidade de conhecer isso, eu sinto de perto, verifico de perto este problema. Nós não podemos fazer reforma agrária em grande extensão, se não temos nem saúde para isto, o que seria fundamental. Eu vi pessoas, famílias assentadas, famílias com 10 ou 12 pessoas, com grande produção e cada um já teve 12, 14 vezes malária. Não é nova a malária. É a mesma que ele tem, para buscar o Estado, porque cabe ao Estado dar assistência e não dá. Ele anda 48 horas para apanhar uma dose de remédio contra a malária.

Então, esses fatos todos estão aí. Não é só o Governo que é culpado. Não é o Presidente que é culpado. Nós todos somos culpados. Se queremos, realmente, mudar, povoar este País, nós temos que meter isso na cabeça, porque a responsabilidade, toda, é nossa. Cada um tem que fazer a sua parte. Então, eu estou vendo, aqui, o seu depoimento e o acho interessante. É difícil falar em conflito de terra, mas a gente sabe, pelos jornais, que tudo é igual, mas eu queria esses detalhes.

Estou vendo, aqui, a Contag tem 22 federações, tem 3.150 sindicalizados.

O SR. ALOÍSIO CARNEIRO — Sindicatos rurais.

O SR. JOÃO MENEZES — Sindicatos rurais. O senhor, naturalmente, não tem esses dados, aí. Eu gostaria de saber, o que essas 22 federações fizeram, também. Onde elas se implantaram? E esses 3.150 sindicatos, onde estão assentados? Se foram assentados ou se são somente sindicatos para pagar a sua taxa, porque eles devem pagar uma taxa. Eles devem pagar, porque se não pagarem, não vão votar. Para eleger o Presidente, eles não votam, porque não pagaram. O que eu vejo nesse mundo de meu Deus, do Brasil, que eu — graças a Deus ou graças ao Diabo — conheço.

Então, eu acho que vocês que são da Confederação Nacional dos Trabalhadores, podem colaborar. Podem, não. Devem. São obrigados a colaborar, como nós, também, somos. Agora, colaborar efetivamente. Ver o caminho que se possa chegar a um denominador comum e melhorar esta situação no interior brasileiro. Vamos fazer a reforma agrária. Vamos. Mas vamos encontrar um caminho para a reforma agrária. E não pensar que é tudo, só o Governo que tem que dar. Nós, também, temos que dar trabalho, temos que dar assistência, temos que nos sacrificar, tudo isso, se não não conseguimos. Mas eu vou esperar que o senhor mande para nós essas receitas da Confederação, ver quanto paga cada sindicalizado, cada homem desses filiados ao sindicato, quanto ele paga por mês. Essas federações, também. Qual é o orçamento dessas federações e onde estão localizadas.

Eu gostaria de ter esses dados para, oportunamente, também, nesses estudos que fazem sobre a reforma agrária, se pudéssemos ver o que se faz preciso. O que se precisa mais dar para essas Confederações para elas, realmente, entrarem na reforma agrária e não ficarem só dirigindo. Elas têm que participar.

Esse é o meu intuito e esta minha intervenção foi apenas para dar o meu ponto de vista favorável à reforma agrária, mudança no sistema em que está a reforma agrária, e que tem que ter a participação de todos. E eu fico aguardando o seu informativo.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Soares) — Senador João Menezes, o Presidente da CONTAG, evidentemente, vai remeter a esta Comissão os dados que V. Ex<sup>e</sup> está solicitando.

O SR. ALOÍSIO CARNEIRO — Eu gostaria só de fazer um comentário sobre o que S. Ex<sup>e</sup> falou, porque tem algumas coisas que eu vou ter que responder.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Soares) — Quanto às informações referentes a sindicatos rurais e às federações, naturalmente, ele, também, vai encaminhar, nobre Senador. Eu pediria, apenas, que nós nos circunscrevéssemos ao tema objeto da Comissão Parlamentar de Inquérito, porque vamos, já foi colocado, aqui, em reunião anterior, que a Comissão vai, oportunamente, se for o caso, se achar convenien-

te, voltar a convocar, novamente, os mesmos depoentes, já numa segunda etapa, até para poder colher aspectos que sejam julgados por ela, pela Comissão, e pelo Relator, como importantes para a formulação final do documento ou dos documentos, dos projetos de lei, das medidas que a Comissão achar por bem recomendar ao Plenário do Senado Federal.

Eu passo a palavra ao Presidente. Na realidade, V. Ex<sup>e</sup> está pedindo informações que vão ser encaminhadas posteriormente e fez considerações que representam o seu ponto de vista. De modo que, de certa forma, não pertine, a esta Comissão, determinados tipos de informações, conforme V. Ex<sup>e</sup> muito bem frisou.

O SR. ALOÍSIO CARNEIRO — Pois não, Sr. Presidente. Eu faria só um comentário a respeito do que falou o Senador. Eu, até, quando S. Ex<sup>e</sup> solicitou o número de funcionários que tem a Contag, fiquei procurando nos documentos, porque pensei que S. Ex<sup>e</sup> iria falar sobre o número de assassinatos que havia acontecido no campo, tendo em vista que estamos depondo numa Comissão que está apurando esses fatos.

Gostaria só de ler um trecho de um documento nosso, onde esse número está mais claramente colocado e onde está demonstrada a preocupação e a razão da nossa luta pela reforma agrária, que é exatamente para combater isso. Evidentemente, conhecemos o Congresso como um todo e sabemos que a correlação de forças no Congresso, hoje, totalmente desfavorável aos trabalhadores rurais, no que diz respeito a uma legislação mais contundente, mais do interesse social.

O SR. JOÃO MENEZES — V. S<sup>e</sup> está desinformado.

O SR. ALOÍSIO CARNEIRO — Eu gostaria de...

O SR. JOÃO MENEZES — Não houve um Congresso que tivesse tanta atenção com os trabalhadores rurais como este atual. V. S<sup>e</sup> está mal informado. Este número de assassinatos não impressiona porque é uma consequência do estado em que vivemos. São todos culpados. Não é só uma pessoa culpada. Nós todos somos culpados. V. S<sup>e</sup> é culpado. Eu sou culpado.

O SR. ALOÍSIO CARNEIRO — Eu não.

O SR. JOÃO MENEZES — V. S<sup>e</sup> é culpado também, porque V. S<sup>e</sup> faz parte da Federação. V. S<sup>e</sup> deveria tomar providências para que isso não acontecesse.

O SR. ALOÍSIO CARNEIRO — Nós entendemos, Sr. Senador, que há essa onda de violência exatamente pela falta de um projeto de reforma agrária.

O SR. JOÃO MENEZES — V. S<sup>e</sup> está começando errado. Eu não quis entrar em detalhes maiores, quis apenas ter essa informação para saber o que a Confederação tem, para poder saber o que V. S<sup>e</sup> pode fazer. Para V. S<sup>e</sup> vir aqui dizer que há isso, que mata, que morre,

isso estou vendo todos os dias nos jornais. Há mortes no Rio de Janeiro, há mortes em Brasília, há mortes em todo lugar. Não é só no campo. A violência está no País inteiro. Quando se abre jornais da Bahia, do Pará, do Acre, todos os dias há notícias de assassinatos.

O meu interesse é vermos quais elementos nós temos para, em conjunto, tentarmos fazer algo.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Soares) — É este o objetivo da nossa CPI. Como eu disse no início, o Senador João Menezes fez algumas considerações gerais e solicitou algumas informações que a Contag, evidentemente, vai encaminhar a nossa Comissão.

Mas, voltando ao tema da nossa CPI, eu passo a palavra ao Deputado Vicente Bogo.

O SR. VICENTE BOGO — Sr. Presidente, Srs. Senadores, agradeço inicialmente pela permissão de me dirigir à Contag, que está sendo inquirida neste momento nesta Comissão. Gostaria de cumprimentar a Comissão do Senado que está fazendo esse levantamento, esse trabalho importante sobre a violência no campo.

Gostaria de, inicialmente, fazer uma ponderação, retomando os fatos. Eu ouvi a Contag, expondo para poder indagar posteriormente.

Comentou-se aqui que um dos problemas da evasão dos sem-terra assentados seria o problema da falta de apoio da estrutura do Estado, do poder público, particularmente do Incra, ou do Governo, da diminuição das verbas destinadas para esse fim ou das sucessivas alterações nas direções do órgão responsável, ou seja, do Incra ou do seu sucedâneo anterior. Nesse sentido, nós tivemos o Ibra, o Incra, o Meaf — Ministério Extraordinário de Assuntos Fundiários no outro Governo. Tivemos o Mirad. Extinguiram-se todos eles. Voltou o Incra. Houve uma sucessão de alterações, sem contar os inúmeros ministros ou presidentes que passaram por cada uma dessas áreas. Assim, as políticas também de desapropriação, de assentamento ou de reforma agrária foram diferenciadas. Num primeiro momento houve as colonizações. Até hoje, algumas têm 60 anos, sem ter a sua emancipação ainda desde o início da sua autorização de realização. Tivemos, no período do Governo João Batista Figueiredo, a propaganda da maior reforma agrária do mundo, com mais de um milhão de concessões de títulos, que, na verdade, foi a chamada regularização fundiária, quando se concedeu títulos a quem já estava de posse de áreas e assim sucessivamente. Hoje se discute. Há uma certa paixão em torno do tema da reforma agrária, como se ela fosse a desapropriação de áreas produtivas. Mas, não quero entrar nessa discussão.

Só queria dizer isso, para colocar um dado que tenho informação e questionar a Contag. Qual seja, já faz 60 dias que o Incra foi recriado, com a rejeição pelo Congresso, do Decreto nº 2.363, de 20 de outubro do ano passado. E, até o momento, ainda não foi nomeado

o presidente do Incra, assim como no caso da Embrater, que ainda não tem a sua nomeação. Têm sido ventilados nomes para vir a ocupar o Incra, porque a aplicação de recurso depende muito de quem vai para lá, de quem coordenará essa política.

O nome que me chega ao conhecimento recente, de que estaria sendo cogitado para ser o presidente, por indicação do Presidente da República e com o aval de um colega Deputado, que é empreiteiro no norte do País, é o do Sr. Adilson Peres, que, por sinal, é proprietário da Empresa Adilson Peres Empreendimentos Imobiliários de Brasília. Até o dia 2 deste mês ainda havia anúncios nos jornais de vendas e comercialização de terras. Portanto, estar-se-ia querendo colocar na Presidência do Incra alguém que é proprietário na área de negócios imobiliários. Consta-me também que teria sido este Sr. Adilson Peres presidente da Federação de Futebol de Brasília. Então, surpreende-me o fato de que, eventualmente, o Presidente do Incra venha a ser uma pessoa que é proprietário de empresa imobiliária, que atue na área de negócios e que tenha como passado a sua vinculação ao futebol. Não sei se aqui se trata de fazer um loteamento para treinamento de futebol de várzea. Penso que não seria esse o caso.

Eu queria saber o que a CONTAG pensa a respeito da nomeação do futuro Presidente do INCRA?

O SR. PRESIDENTE (Odacir Soares) — Eu gostaria apenas de prestar um esclarecimento. O Ministro Íris Rezende disse aqui no primeiro depoimento prestado perante esta Comissão que o Governo vai recriar o Ministério da Reforma Agrária.

Passo a palavra ao Sr. Presidente da CONTAG.

O SR. VICENTE BOGO — Eu não tinha essas informações. Obrigado.

O SR. ALOÍSIO CARNEIRO — Sr. Deputado, com relação à preocupação de V. Ex., que é também uma preocupação da CONTAG, nós vivemos no passado à época das colonizações, quando as imobiliárias particulares tiveram grande influência na questão da colonização. Houve realmente grandes negociações.

Quando foi cogitado o nome desse Sr., a quem não conheço pessoalmente e sobre o qual não tenho dados que desmereçam a sua dignidade, mas pelo vínculo comercial de S. S., por ser proprietário de imobiliária, fico receoso de que o passado volte, um passado de grandes negociações agrárias na questão de áreas de assentamento. Já me manifestei oficialmente ao Presidente da República e ao próprio Ministro da Agricultura através de telex, colocando a minha preocupação com relação ao nome que teria sido indicado para a Presidência do INCRA. Que seja um nome que tenha um perfil identificado com o deslanchar do processo de reforma agrária. Quando vemos um nome que não tem vínculo algum com a área, que não tem um passado que

demonstre habilidade para esse setor ou convivência com ele, me preocupo não só com o andamento do plano de reforma agrária, porque isso depende até de uma política mais geral do Presidente da República, que já demonstrou que na prática não tem esse compromisso, mas também com o desmoronamento do próprio INCRA, que futuramente servirá para que um Governo que tenha compromisso utilize essa máquina de reforma agrária.

O SR. VICENTE BOGO — Eu só gostaria de saber se a CONTAG tinha essa mesma informação que tenho a respeito da cogitação do nome de S. S., embora a agregação dá informação posterior que eu não dispunha.

O SR. ALOÍSIO CARNEIRO — Tive a informação por alto, não tive a informação oficial, de que seria recriado o MIRAD.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Soares) — O Sr. Ministro disse isso aqui na Comissão.

O SR. ALOÍSIO CARNEIRO — Correto. Recebi informações também, por outro lado, de que essa idéia está praticamente fora de cogitação, tendo em vista o fato de que esse nome está sendo de certa forma imposto pelo Palácio do Planalto, até para evitar a recriação de um novo Ministério para a área de reforma agrária.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Soares) — Passo a palavra ao nobre Deputado Antônio Marangon.

O SR. ANTONIO MARANGON — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Presidente da CONTAG, faço parte da Comissão da Agricultura, do Estado do Rio Grande do Sul, e temos muito interesse, muita ligação com esse tema, que é a questão da violência no campo brasileiro, que, conforme os números que a própria CONTAG apresenta oficialmente e por outras entidades, existem mais mortes ainda. É um problema seriíssimo. Não é um problema do passado, portanto. É um problema muito presente. Gostaria de dar a minha contribuição na Comissão que o Congresso está realizando, muito pertinente, porque o tema é atual e exige respostas imediatas, já que os conflitos aumentam na proporção em que os dias passam.

Na Constituinte, pela CONTAG e pelo Movimento dos Sem-Terra em conjunto, foi levantado um corte, com 1 milhão e 200 mil assinaturas, nas emendas populares, onde se colava claramente de que acima de 750 hectares, pelo congresso da Contag, o Movimento dos Sem-Terra fez um congresso que colava o corte em 500 hectares, mas nós podemos pegar 1000 hectares. Acima disso é que seriam áreas para hoje se fazer realmente uma reforma agrária no País, num primeiro momento.

Vou dar um dado que não é novidade, porque está nos documentos oficiais, que se tivessemos como parâmetro 1000 hectares no País, para que o Governo pudesse realmente desapropriar para fins de reforma agrária, nós

atingiríamos apenas 2% dos proprietários, que teriam em suas mãos 50% da área total do País. O conflito no campo está-se dando porque não há realmente uma condução da reforma agrária dentro dos parâmetros que podiam ser dados. Quer dizer, tira-se a paixão da discussão. Eu coloco essa contribuição, porque o Congresso Nacional vai retomar esse assunto na lei complementar. Há uma proposta nossa na lei agrária de retomar esse corte de novo. Áreas consideradas para reforma agrária em diferentes Estados e regiões do País seriam acima de 500 ou de 750 ou de 1000 hectares, e aí nós tiramos essa discussão apaixonada, que está gerando esses conflitos todos e essas mortes. É a nossa contribuição aqui.

A questão que foi levantada, do agricultor ficar ou não ficar na terra, a gente sabe que o conflito no campo — não se dá só pela posse da terra em si, mas pela permanência. E aí entraremos em outro campo, que é a questão da política agrícola, sobre a qual este Congresso também terá que se pronunciar. E temos muito receio de que a discussão caminhe levando em conta só a questão técnica e a questão econômica, e o lado social fique de lado. Se caminharmos por este lado, Sr. Presidente, o conflito no campo vai continuar mais acirrado, porque se exige uma política agrícola que conte com o social. Que esses agricultores que estão querendo terra, tenham condições de nela trabalhar, através de uma política agrícola que conte com o social, porque ninguém sai da terra porque quer sair; e sai por que não tem condição de ficar.

**O SR. PRESIDENTE** (Odacir Soares) — Nos depoimentos que nós colhemos aqui nessa Comissão Parlamentar já está-se tornando comum se chegar a determinados parâmetros quanto à problemática da questão agrária e quanto às causas dos conflitos no campo, quanto à violência no campo. Algumas sugestões têm aparecido, têm surgido, mas nós hoje trabalhamos nesse setor condicionados pelas normas da Constituição. Esta é uma realidade da qual não podemos nos afastar, até porque a própria Constituição estabelece um prazo mínimo para que ela própria seja reformada, seja emendada. Apesar de haver, do ponto de vista jurídico, vozes que consideram que essa reformulação, essa reforma da Constituição poderia ocorrer em momento anterior àquele estabelecido por ela mesma. Mas a Constituição, logo no seu preâmbulo, estabelece o direito de propriedade, e mais na frente estabelece o conceito de propriedade produtiva, estabelece o pressuposto da prévia e justa indenização em dinheiro, essas coisas que demandaram discussões muito amplas durante os nossos trabalhos na Assembléia Nacional Constituinte e que terminaram às vezes até com prejuízos para o estágio que já tínhamos atingido no País, um estágio muito mais avançado nesse setor, até com o próprio Estatuto da Terra que já tinha avançado mais do que avançamos no Texto Constitucional em certos aspectos. Mas o fato é que nós temos uma Constituição em vigor com normas que precisam, por exigência dela mesma, serem com-

plementadas como na questão de se estabelecer um teto sumário para os processos de desapropriação etc. e também em relação à questão da função social da propriedade, que precisa ser também regulamentada quando se fala, no capítulo próprio da reforma agrária, na questão da desapropriação com a prévia e justa indenização em dinheiro e com títulos da dívida agrária.

Estou vendo aqui e isto me chamou a atenção, fiz aqui um elenco de perguntas. Mas se for o caso, posteriormente vou encaminhar ao Presidente da CONTAG. Mas tenho aqui às folhas 25, já no penúltimo e último parágrafo, nas conclusões do depoimento do Presidente, uma colocação que me chamou muito a atenção. Ele diz o seguinte: "Chamarmos a atenção para o fato de que já há 25 anos existe na lei o conceito de empresa rural, com estabelecimento de números quanto à produtividade e aproveitamento quantitativo de área, entre outras definições, que devem servir de parâmetro mínimo para a atual discussão sobre propriedade produtiva". E no parágrafo final o Presidente manifesta a sua apreensão de que o que já está inserido hoje no Estatuto da Terra possa, como definição do que é uma empresa rural, possa regredir a um estágio anterior, isto é, se possa exigir menos para a definição do que é hoje uma empresa rural. Tenho a impressão de que nós vivemos hoje condicionados pelas normas da Constituição, que precisam ser complementadas por legislação complementar ou por lei ordinária e, por outro lado, ante a premente necessidade de realmente se dar uma resposta aos milhões, aos dez ou doze milhões de famílias sem terra neste País, com a realidade fundiária aviltante, com a concentração de terras, às vezes até improdutivas nas mãos de poucas pessoas, o que tem gerado a violência indiscutível no campo. A vinculação do latifúndio com a violência é um fato incontestável. Isso foi dito aqui pelo Ministro Íris Rezende, foi dito aqui pelo Dr. Romeu Tuma, da Polícia Federal; e se depreendendo próprio depoimento do Presidente da CONTAG. Então, nós temos uma realidade infastável. Temos o latifúndio improdutivo e vinculado a ele a violência no campo.

Esta Comissão, quando se dispôs a levantar, não apenas a questão do conflito, as causas do conflito; ela também se propõe, naturalmente com a colaboração daqueles que estão aqui prestando depoimento, a encaminhar sugestões, a encaminhar soluções, a encaminhar propostas legislativas que possam adequar esta realidade àquilo que o Brasil precisa como Nação porque precisa se modernizar, pois país nenhum se moderniza se não resolver o seu problema fundiário, o seu problema agrário. E o Brasil está ante esse desafio. Ontem mesmo eu li na revista *Veja* um artigo do Senador Roberto Campos. Aliás eu tenho dito isto também, que o Brasil vive a fase pré-capitalista, o Brasil é um País pré-capitalista, ele não é capitalista no campo nem capitalista na cidade porque os parâmetros econômicos e sociais utilizados são parâmetros que re-

montam ainda em certos aspectos à Idade Média. Nem a empresa industrial brasileira é capitalista porque não se modernizou ao ponto de proteger socialmente os seus empregados, os seus trabalhadores. E no campo social é muito pior, as relações de trabalho, as relações de produção são realmente antiquadas, medievais, como reconhece — isso é muito importante — o próprio Senador Roberto Campos, que é uma voz que defende a livre iniciativa, a propriedade privada, a liberdade privada, a liberdade de concorrência, essa coisa toda.

Vou terminar por aqui, não vou fazer nenhuma indagação ao Sr. Presidente, porque o documento que encaminhou a esta Comissão é um documento que, eu diria, até exaure a parte fundamental que constitui o objeto desta CPI. A Comissão está satisfeita com os trabalhos que vêm desenvolvendo porque os documentos que nos têm chegado às mãos têm sido importantes para informar aos Senadores membros desta Comissão Parlamentar. No momento em que fui eleito presidente desta Comissão, deixei bem claro que vamos apurar realmente, vamos aprofundar as nossas investigações. Esta Comissão vai realizar os seus trabalhos com absoluta transparência. Nem a Presidência nem os Srs. Senadores têm alguma razão pessoal ou particular para deixar de apurar qualquer fato relacionado com a violência no campo. Eu, particularmente sequer sou proprietário rural. Eu não poderia dizer que não sou proprietário rural, porque tenho um lote rural de 30 hectares. Então, se quer sou proprietário rural. Sou um proprietário rural tão relaxado que agora, há uns dois meses, me avisaram que haviam roubado uma casa da minha propriedade. Então, a nossa posição aqui nesta CPI é de absoluta independência, absoluta isenção. Vamos aprofundar a discussão desse tema, vamos realmente procurar levantar as razões que já estão aflomando. Na última reunião, na semana passada, quando ouvimos aqui o Dr. Romeu Tuma, surgiu inclusive uma idéia, que vai facilitar muito esse trabalho de apuração que reside na fragmentação, do ponto de vista do inquérito policial, das providências que são tomadas pelas polícias estaduais de vários Estados e que terminam não chegando a lugar nenhum.

Dentre as atribuições da Polícia Federal, diz o art. 144, § 1º:

"I — apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija represão uniforme, segundo se dispuser em lei."

Inclusive, vamos encaminhar uma sugestão no sentido de que o conflito de terra e outros delitos que ainda não estão incluídos dentro das atribuições da polícia federal, mas que tenham, como acontece muitas vezes com a violência no campo, essa repercussão interestadual e às vezes a repercussão nacional,

como aconteceu agora com esse episódio do Chico Mendes, no Acre.

O que eu queria frisar, deixar bem claro, é que esta Comissão vai realmente aprofundar o seu trabalho, vai produzir o seu trabalho com absoluta transparência e sem estar, sob qualquer aspecto, sujeita a esta ou àquela in-

terferência de qualquer poder, daqueles que integram a União Federal no Brasil hoje.

De modo que agradeço a presença do Presidente da CONTAG, deixando em aberto a possibilidade de S. S<sup>o</sup> voltar aqui quando for considerado pertinente para esta Comissão.

Muito obrigado a todos os presentes, Senadores e Deputados que aqui compareceram.

Está encerrada a reunião.

*(Levanta-se a reunião às 11 horas e 58 minutos.)*

# DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

## PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusas as despesas de correio via terrestre)

### SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

Semestral .....	NCz\$ 17,04
Exemplar avulso .....	NCz\$ 0,11

### SEÇÃO II (Senado Federal)

Semestral .....	NCz\$ 17,04
Exemplar avulso .....	NCz\$ 0,11

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência — PS-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2, a favor do

### CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília — DF  
CEP: 70160.

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3738 e 224-5615, na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações — Coordenação de Atendimento ao Usuário.